

# Relatório de Atividades e Contas de 2019



Maio de 2020

1

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>EIXO ESTRATÉGICO – VALORIZAÇÃO DA ECONOMIA VERDE, COM BASE NOS ATIVOS DO TERRITÓRIO</b>	<b>4</b>
<b>Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural (FEADER)</b>	<b>5</b>
Avisos de Abertura de Concurso	5
Processo de Análise dos Pedidos de Apoio (PA)	6
Processo de Decisão dos Pedidos de Apoio (PA)	7
Processo de Contratação dos Pedidos de Apoio (PA)	8
Processo de Execução das operações aprovadas e contratualizadas (2019)	9
Relacionamento com a Autoridade de Gestão	10
Relacionamento com o Organismo Pagador	11
Articulação com outras medidas do PDR e outros instrumentos de Políticas do Território	11
<b>Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)</b>	<b>13</b>
Avisos de Abertura de Concurso	13
Processo de Análise das candidaturas FEDER	14
Processo de Decisão das candidaturas FEDER	15
Processo de Contratação das candidaturas FEDER	16
Processo de Execução das candidaturas (FEDER)	16
<b>Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Social Europeu (FSE)</b>	<b>18</b>
Aviso de Concurso	18
Processo de Análise das candidaturas FSE	18
Processo de Decisão das candidaturas FSE	20
Processo de Contratação das Operações FSE	21
Processo de Execução das Operações FSE	21
<b>IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>	<b>24</b>
Atividade: PACTO 2020 - Informação	24
Atividade: PACTO 2020 – REDE	24
Atividade: Iniciativas Locais, Nacionais e Internacionais	25
Atividade: Empreendedorismo	27
<b>COOPERAÇÃO</b>	<b>35</b>
<b>Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo</b>	<b>38</b>
1. Centro de Interpretação da Primeira República/Casa-Museu António José de Almeida (Vale da Vinha, Penacova)	40
2. Centro de Interpretação do Estado Novo (Vimieiro, Santa Comba Dão)	41
3. Centro de Interpretação do Antissemitismo e do Holocausto/Casa-Museu Aristides de Sousa Mendes (Cabanas de Viriato, Carregal do Sal)	42
4. Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo (Caramulo, Tondela)	43
5. Centro de Interpretação da Primeira República/Afonso Costa (Seia)	44
<b>CONTAS 2019</b>	<b>46</b>
Demonstração de Resultados por Naturezas	46
Balço	49
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>50</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>51</b>
Balço (31.12.2019)	52
Demonstração de Resultado por Natureza (31.12.2019)	53
Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Direto)	54
Demonstração (individual/consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais (31.12.2019)	55
Anexo às demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019	57

## INTRODUÇÃO

Nestes 29 anos de intensa atividade a ADICES tem contribuído de forma intensa e determinante para o desenvolvimento do seu Território de Intervenção.

No ano de 2019 esse desidrato não foi diferente. Com uma importante dinâmica na abertura de avisos e análise das diferentes candidaturas apresentadas no âmbito da medida 10 – Abordagem LEADER.

Foi também um período em que foi possível ajustar financeiramente as verbas atribuídas às solicitações que nos foram chegando em ordem a uma melhor resposta à dinâmica do Território e a uma boa execução financeira.

Em 2019 foram, também, efetuadas diversas validações aos pedidos de alteração da execução dos projetos SI2E na vertente FEDER e FSE.

No contexto da atividade formativa da ADICES ministrada no decurso do ano de 2019, esta caracterizou-se pela continuidade e encerramento do projeto formativo: “Capacitação para a Inclusão”, iniciativa desenvolvida pela ADICES em parceria com os CLAS – Conselhos Locais de Ação Social e os Municípios do território de intervenção. A conclusão desta candidatura permitiu à ADICES dar continuidade ao seu trabalho de participação e envolvimento ativo junto dos atores e entidades locais, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento do nosso território, potenciando a empregabilidade e reduzindo a vulnerabilidade económica da população local. Este plano de formação teve início ainda em 2018, (4 junho) e decorreu durante todo o ano de 2019, era composto por 11 cursos com 28 ações, e foram dinamizadas nos 5 concelhos de intervenção da Associação, nomeadamente Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela. Importa também realçar que estiveram envolvidos neste projeto 453 formandos dos quais 406 foram certificados com aproveitamento.

No que respeita à Cooperação, a ADICES viu este ano de 2019 duas candidaturas aprovadas, que serão relevantes para a dinamização do nosso território. Trata-se de um projeto de Cooperação transnacional denominado “Economia Verde – uso múltiplo da floresta”, já iniciado e um projeto com parceiros GAL’s nacionais “Aldeias de Portugal “a iniciar em 2020.

A Direção

ADICES, 29 de maio de 2020

## EIXO ESTRATÉGICO – VALORIZAÇÃO DA ECONOMIA VERDE, COM BASE NOS ATIVOS DO TERRITÓRIO

No ano de 2019, a ADICES deu continuidade ao trabalho das ações de encerramento da Iniciativa LEADER/PRODER (inserida na ELD que foi aprovada no quadro de programação anterior), ao nível do acompanhamento pós execução das operações, de acordo com os termos contratuais estipulados e regulamentados.

A Equipa Técnica Local (ETL) apenas procedeu ao acompanhamento e monitorização da atividade dos promotores e a realização de pontos de situação às operações aprovadas e executadas. Não existiram casos que originassem a reanálise dos pedidos de pagamento, por alterações contratuais.

Na implementação da matriz desenhada no **Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) rural / ADICES – Pacto 2020**, verificou-se a inexistência de consonância entre a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e a estrutura orçamental aprovada. De registar que essa situação é mais visível na tipologia de apoio FEADER.

Relativamente à avaliação importa referir de que se encontra prevista uma metodologia *on-going* implementada a diversos níveis: pela Equipa Técnica Local (ETL) no acompanhamento, esclarecimento e monitorização contínua dos Pedidos de Apoio, pela ETL nas reuniões semanais da equipa com a monitorização regular do plano de trabalho consubstanciado em relatórios e programações semanais; pelo Órgão de Gestão (OG) com a avaliação dos resultados atingidos; nas reuniões da Assembleia-geral da ADICES, nas quais é apresentado um relatório que contemple a prossecução dos objetivos de natureza qualitativa e quantitativa, incluindo os indicadores de resultado, realização e de impacto. As Plataformas de Intervenção, também, são envolvidas no processo de avaliação, mas ao nível sectorial.

## Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural (FEADER)

Dinamização, receção, análise e acompanhamento ao processo de decisão de candidaturas e apoio técnico à execução física e financeira das operações aprovadas, no âmbito da implementação do PACTO 2020.

### *Avisos de Abertura de Concurso*

No âmbito da implementação do Pacto 2020 – Rotas de Desenvolvimento – Um compromisso para o território, e no que respeita a esta atividade, durante o ano de 2019 foram realizados seis (6) Avisos de Abertura de Concurso, respetivamente: Operação 10.2.1.1 – Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola, Operação 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de produtos agrícolas; Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola; Operação 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais - Componente Cadeias Curtas; Operação 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais - Componente Mercados Locais e Operação 10.2.1.6 – Renovação de Aldeias.

**Quadro n.º 1 – PDR2020 (concursos abertos em 2019 – prazos e dotação orçamental para a apresentação de candidaturas)**

Implementação da EDL	Períodos de abertos no ano	Dotação Despesa Pública
10.2.1.1 Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola	De 15 de julho de 2019 a 20 de setembro de 2019	421 031,05 €
10.2.1.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	De 15 de julho de 2019 a 20 de setembro de 2019	308 973,94 €
10.2.1.3 Diversificação de atividades na exploração agrícola	De 01 de outubro de 2019 a 29 de novembro de 2019	504 482,44 €
10.2.1.4 Cadeias Curtas e Mercados Locais - CC	De 11 de novembro de 2019 a 31 de janeiro de 2020	75 000,00 €
10.2.1.4 Cadeias Curtas e Mercados Locais - ML	De 08 de novembro de 2019 a 31 de janeiro de 2020	25 000,00 €
10.2.1.6 Renovação de Aldeias	De 20 de dezembro de 2019 a 31 de janeiro de 2020	428 052,34 €

No âmbito dos 6 concursos realizados em 2019, foram rececionados 34 Pedidos de Apoio (PA) que totalizavam um investimento de 2.523.184,18€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor total de 1.633.930,59€.

Conforme podemos verificar, através da análise do quadro seguinte, as candidaturas rececionadas estão distribuídas pela Operação 10.2.1.1 – Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola (20 candidaturas); Operação 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de produtos agrícolas (1 candidatura); Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola (3 candidaturas); Operação 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais - Componente Cadeias Curtas (1 candidatura); Operação 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais - Componente Mercados Locais (2 candidaturas) e Operação 10.2.1.6 – Renovação de Aldeias (7 candidaturas).

Quadro n.º 2 – PDR2020 (Investimento e ajuda pública propostos em concursos do ano 2019)

Operação	Dotação orçamental	Candidaturas apresentadas		
		N.º	Investimento Total	Comparticipação
10.2.1.1	421.031,05 €	20	416.028,96 €	208.014,48 €
10.2.1.2	308.973,94 €	1	140.960,10 €	63.432,05 €
10.2.1.3	504.482,44 €	3	594.257,90 €	297.128,95 €
10.2.1.4	75.000,00 €	1	11.339,94 €	7.868,18 €
10.2.1.4	25.000,00 €	2	173.250,00 €	107.609,11 €
10.2.1.6	428.052,34 €	7	1.187.347,28 €	949.877,82 €
<b>TOTAL</b>	<b>1.762.539,77 €</b>	<b>34</b>	<b>2.523.184,18 €</b>	<b>1.633.930,59 €</b>

### *Processo de Análise dos Pedidos de Apoio (PA)*

O processo de análise, dos Pedidos de Apoio recebidos, iniciou após o termo de apresentação dos mesmos e foi realizado na plataforma eletrónica “Balcão 2020” do PDR2020 (PDR2020-BackOffice).

Este processo de análise tem de cumprir com o estabelecido na Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na sua redação atual, bem como nas Orientações Técnicas Específicas (OTE's) e nas Normas de Análise respetivas, que implicam um conjunto de procedimentos de análise faseados e que, para além do trabalho técnico interno da ETL, originam a solicitação de esclarecimentos e processos de audiência prévia aos promotores das operações que, resumidamente se estrutura da seguinte forma:

- Verificação dos critérios de elegibilidade do beneficiário;
- Verificação dos critérios de elegibilidade da operação;
- Verificação da documentação obrigatória;
- Verificação da coerência técnica, económica e financeira;
- Verificação da Despesa Elegível, níveis e limites aos apoios (inclui o apuro da razoabilidade de custos dos investimentos apresentados);
- Pedido de Esclarecimentos;
- Cálculo da Valia Global da Operação (VGO);
- Verificação das condicionantes do Pedido de Apoio;
- Parecer Final do Pedido de Apoio;
- Processo de Audiência Prévia;
- Hierarquização dos Pedidos de Apoio.

De registar que, para além da elevada carga burocrática, o processo de análise dos PA, devido a interpretações e orientações técnicas que, entretanto, vão sendo apresentadas aos GAL,

alterando procedimentos e análises e que originam a necessidade de rever situações pontuais, contribui para a morosidade do processo de decisão.

Finda a análise de todas as candidaturas apresentadas no mesmo período e após a audiência dos interessados, o GAL procede à hierarquização das mesmas através do Sistema de Informação do PDR2020, em função da Valia Global da Operação (VGO), dos critérios de desempate estabelecidos nos Regimes de Aplicação e nos Anúncios de abertura, de acordo com a dotação orçamental definida para cada período de abertura.

### *Processo de Decisão dos Pedidos de Apoio (PA)*

A decisão final sobre a aprovação dos Pedidos de Apoio, decorre da deliberação do Órgão de Gestão da ADICES, em função da pontuação obtida no cálculo da VGO e até ao limite da dotação orçamental disponível. A decisão é sempre precedida de audição da Comissão de Gestão do PDR2020, a qual é efetuada mediante consulta escrita com a apresentação das listagens das candidaturas selecionadas para decisão. Após a consulta, a Gestora profere decisão final, em despacho exarado sobre as listagens das candidaturas e o relatório da consulta efetuada.

A notificação da decisão ao beneficiário é efetuada por via eletrónica, através do Sistema de Informação do PDR2020 e, após homologação da operação quando esta existir.

Assim, no decorrer da análise das 24 candidaturas rececionadas no decorrer dos 3 avisos de concurso com término em 2019, verificamos que existiram 8 candidaturas aprovadas na operação 10.2.1.1. Registe-se que existiram 3 candidaturas cuja análise finalizou no ano de 2020 com parecer favorável. As restantes candidaturas obtiveram parecer desfavorável. Relativamente à operação 10.2.1.2 a única candidatura apresentada obteve parecer desfavorável. Na operação 10.2.1.3, embora as análises tenham finalizado no ano 2019, as decisões após as Audiências de Interessados ocorreram já no ano de 2020.

**Quadro n.º 3 – PDR2020 (Investimento e ajuda pública aprovado em concursos do ano 2019)**

Operação	Candidaturas Aprovadas			N.º postos trabalho criados
	N.º	Inv. Total	Comparticipação	
10.2.1.1 - Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	20	115 370,92 €	57 685,46 €	8
10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	1	0,00 €	0,00 €	0
10.2.1.3 - Diversificação de atividades na Exploração Agrícola	3	Em análise		
10.2.1.4 - Cadeias Curtas e Mercados Locais - Componente Cadeias Curtas	1	Concurso finalizou a 31.01.2020		
10.2.1.4 - Cadeias Curtas e Mercados Locais - Componente Mercados Locais	2	Concurso finalizou a 31.01.2020		
10.2.1.6 - Renovação de Aldeias	7	Concurso finalizou a 31.01.2020		
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>115 370,92 €</b>	<b>57 685,46 €</b>	<b>8</b>

De salientar, também, que o aviso de concurso à operação 10.2.1.4, nas suas duas componentes, e 10.2.1.6 finalizaram a 31.01.2020, pelo que não foram considerados os montantes referentes a esse aviso. No entanto, foram rececionadas 3 candidaturas à medida 10.2.1.4 (nas suas duas componentes), que totalizavam um investimento total de 184.589,94€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor de 115.477,29€ e, na medida 10.2.1.6, foram rececionadas 7 candidaturas que totalizavam um investimento total de 1.187.347,28€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor de 949.877,82€.

Registe-se que, dos projetos aprovados pela ADICES, a medida 10.2.1.1 é aquela onde se verifica uma maior incidência. Verificamos, também, que Santa Comba Dão é o concelho em que mais projetos foram aprovados, seguido de perto pelo concelho de Águeda e Tondela. Mortágua é o concelho onde se verifica uma dinâmica mais fraca.

Quadro n.º 4 – PDR2020 (Distribuição por concelho / Nº de projetos aprovados no ano 2019)

Operação	Águeda	Carregal do Sal	Mortágua	Santa Comba Dão	Tondela	TOTAL
10.2.1.1	12	5	1	14	11	43
10.2.1.2	1	1	1	0	2	5
10.2.1.3	1	3	1	0	0	5
10.2.1.4	0	0	0	0	0	0
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6	0	1	1	1	0	3
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>56</b>

#### *Processo de Contratação dos Pedidos de Apoio (PA)*

A comunicação dos dados de aprovação das candidaturas é realizada entre o sistema de informação da Autoridade de Gestão (AG) e o IFAP, IP via *web service* de interoperabilidade, para garantir a qualidade da informação e para que este último (IFAP) possa proceder à contratualização das operações aprovadas.

Importa registar, que neste processo o IFAP, I.P. poderá selecionar um (ou mais) projeto(s) para efeitos de Controlo de Qualidade.

Após verificação dos dados e autorização da disponibilização dos termos de aceitação das operações pelo IFAP, é desencadeado automaticamente pelo Sistema de Informação do IFAP (SIIFAP), encontrando-se na área reservada do beneficiário, a disponibilização do termo de aceitação, onde se encontram refletidas as condições de aprovação do projeto.

O promotor recebe uma mensagem de correio eletrónico, para o endereço que consta da sua identificação de beneficiário (IB), a informar da disponibilização do termo e do prazo para a sua aceitação. A assinatura deste é efetuada digitalmente, através do utilizador e palavra-chave do



beneficiário, sendo que após a sua assinatura, o formulário do pedido de pagamento fica disponível para a sua formalização.

Importa registar que, torna-se fundamental a atualização do endereço eletrónico da Identificação do Beneficiário (IB) para evitar constrangimentos desnecessários.

Neste contexto e, no conjunto das operações em processo de contratualização, regista-se apenas um caso de anulação do termo de aceitação, por incumprimento de prazos para a sua aceitação.

Quadro n.º 5 – PDR2020 (Distribuição por concelho dos projetos contratualizados no ano 2019)

Operação	Águeda	Carregal do Sal	Mortágua	Santa Comba Dão	Tondela	TOTAL
10.2.1.1	10	5	0	10	7	32
10.2.1.2	1	1	0	0	2	4
10.2.1.3	0	1	1	0	0	2
10.2.1.4	0	0	0	0	0	0
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6	0	1	1	1	0	3
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>41</b>

### *Processo de Execução das operações aprovadas e contratualizadas (2019)*

O trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2019 serviu de base para a execução financeira da ADICES, para o atual período de atuação, refletindo-se positivamente na aprovação e acompanhamento de projetos de relevância para o território, fomentando e incentivando ao investimento local e prosseguindo com os objetivos inscritos no âmbito do PACTO 2020 e sua Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL).

Importa recordar que a execução da EDL resulta de uma intervenção plurianual, tratando-se de um trabalho pluridisciplinar de continuidade, construído em torno de um sistema cíclico de abertura de candidaturas, análise de candidaturas, aprovação de pedidos de apoio, contratação e execução de projetos.

Atendendo aos diferentes ritmos de trabalho encetados não somente pelo GAL ADICES, como pelos beneficiários do programa, verifica-se com frequência a sobreposição e ocorrência simultânea de momentos distintos nas fases de operacionalidade da EDL e da execução das operações.

Esta situação foi particularmente evidente na execução da EDL no ano de 2019, em que, além do processo de análise, aprovação e contratação das operações, na sequência dos concursos realizados, foi ainda iniciado o acompanhamento da execução física e financeira das mesmas, conforme refletido no quadro n.º 6.

Quadro n.º 6 – PDR2020 (Nº de projetos com execução registados no ano 2019)

Operação	Águeda	Carregal do Sal	Mortágua	Santa Comba Dão	Tondela	TOTAL
10.2.1.1	7	5	0	5	5	22
10.2.1.2	1	0	0	0	2	3
10.2.1.3	0	0	1	0	0	1
10.2.1.4	0	0	0	0	0	0
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6	0	1	1	1	0	3
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>29</b>

Registe-se que, para 2020, a ADICES tem prevista ações de acompanhamento, esclarecimento e apoio aos potenciais beneficiários, para que estes apresentem as suas ideias de negócio devidamente fundamentadas e organizadas e em conformidade com os aspetos legais exigidos nos avisos de abertura de concurso, com vista ao conseguimento das metas e indicadores do programa.

Imagens de alguns projetos apoiados pelo PACTO 2020



### *Relacionamento com a Autoridade de Gestão*

O trabalho de preparação, desenvolvimento e consolidação da EDL, implica a um relacionamento direto e permanente entre a ADICES e a Autoridade de Gestão do PDR2020, em conformidade com os procedimentos e orientações definidos nos regulamentos para a implementação das Estratégias Locais de Desenvolvimento.

Durante o ano de 2019, verificou-se um contacto regular por correio eletrónico e contacto telefónico entre o GAL ADICES e a AG PDR2020, diretamente relacionado com as fases de trabalho e execução da EDL, indo desde a preparação de documentação no âmbito dos avisos de abertura de concurso, controlos efetuados, execução e acompanhamento dos projetos aprovados.

De uma forma geral, verificou-se uma grande diligência entre ambas as partes, no cumprimento das suas respetivas obrigações regulamentares. Frequentemente, foi solicitado o auxílio da AG PDR2020 para o esclarecimento de dúvidas e a opinião sobre alguns casos particulares decorrentes do processo de análise das candidaturas, permitindo o desbloqueio de alguns impedimentos ao regular desenvolvimento da EDL.

Paralelamente, o GAL ADICES procurou também ser diligente na prestação da informação e documentação solicitada pela AG PDR2020, que ao nível da regular execução da EDL, quer ao nível dos controlos de qualidade realizados por esta entidade.

### *Relacionamento com o Organismo Pagador*

À semelhança do que acontece com a AG PDR2020, também o relacionamento entre a ADICES e o IFAP, I.P. decorreu em cumprimento dos procedimentos e orientações aplicáveis, pese embora o envolvimento com o IFAP, I.P. se realiza sobretudo ao nível da execução dos Pedidos de Apoio.

No entanto, é importante referir que, em 2019, o relacionamento existente foi escasso, sobretudo, pela ADICES ter rececionado poucos pedidos de pagamento, mas também sem a necessidade de recorrer ao pedido de auxílio.

No entanto, sempre que existe alguma dúvida relativo à execução e a pedidos de pagamento, verifica-se o contacto entre as duas entidades, que ocorre de forma regular. Registe-se que, nem sempre, tem sido obtida resposta às questões colocadas ao [info.pagamentos@ifap.pt](mailto:info.pagamentos@ifap.pt). Nesses casos, temos contactado o Eng. Moita Brites que se tem revelado excecional e sempre pronto para ajudar na interpretação e esclarecimento de dúvidas.

### *Articulação com outras medidas do PDR e outros instrumentos de Políticas do Território*

Conforme se encontra definido na sua estratégia de atuação, a implementação da EDL segue uma lógica de permanente articulação e complementaridade entre as várias atividades, projetos e programas dinamizados pela ADICES e entre as demais iniciativas, projetos e programas desenvolvidos por entidades externas no território de intervenção do GAL ADICES.

Assim, verificamos por um lado, que internamente a estratégia de atuação da ADICES procura complementar-se em todas as suas vertentes de atuação, nomeadamente através da articulação entre:

- Sistema de Incentivos aos Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E);
- Trabalho em parceria e a participação em projetos e iniciativas desenvolvidas local ou regionalmente, permitem potenciar e aprofundar o conhecimento do território e o envolvimento com o trabalho desenvolvido por entidades parceiras e associadas.

Por outro lado, importa lembrar que a implementação da EDL, conforme se encontra definida na sua candidatura, procura articular e complementar com as demais políticas de âmbito nacional, regional, local e sectorial aplicáveis ao território de intervenção deste GAL.



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Lm'.

**Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)**  
Dinamização, receção, análise e acompanhamento ao processo de decisão de candidaturas e apoio técnico à execução física e financeira das operações aprovadas, no âmbito da implementação do PACTO 2020 (projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas, ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios).

### ***Avisos de Abertura de Concurso***

No âmbito da implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária - Pacto 2020 – Rotas de Desenvolvimento – Um compromisso para o território, e no que respeita a esta atividade, durante o ano de 2019, foi concluída a análise às candidaturas do aviso de concurso para a apresentação de candidaturas ao abrigo do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E).

As candidaturas podem mobilizar, de forma isolada ou conjunta, os dois Fundos da Coesão, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo Social Europeu (FSE). Deverão ter por objetivo a criação ou expansão de micro e pequenas empresas, envolvendo um projeto de investimento e a criação líquida de postos de trabalho, em qualquer das modalidades de apoio, permitindo que numa mesma candidatura sejam submetidas duas operações, para cada uma destas componentes.

O Aviso de concurso finalizou a 29 de dezembro de 2017, distribuído por três fases para receção das candidaturas (conforme quadro nº 7).

**Quadro n.º 7 – FEDER/FSE (concursos abertos em 2017 – prazos e dotação orçamental para a apresentação de candidaturas)**

<b>Fases de apresentação de candidaturas</b>	<b>Data Limite para a Comunicação da Decisão</b>	<b>Dotação Orçamental</b>
<b>Fase 1:</b> até 31.07. 2017 - 18h	25/10/2017	<b>605.622,06€</b>
<b>Fase 2:</b> até 16.10. 2017 - 18h	12/01/2018	
<b>Fase 3:</b> até 29.12.2017 - 18h	26/03/2018	

No entanto, tratando-se de dois fundos distintos (FEDER e FSE), com dotações orçamentais próprias, apresentamos, neste relatório, os resultados em separado, como se de duas atividades, no âmbito do PACTO2020, se tratassem.

Conforme podemos verificar, através da análise do quadro n.º 8, as candidaturas rececionadas encontram-se distribuídas pelas três fases definidas no Aviso de Concurso, realizado em 2017. No âmbito da análise dessas três fases foram rececionadas um total de 48 candidaturas, que perfizeram um investimento total de 3.691.863,10€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor total de 1.909.108,00€.

**Quadro n.º 8 – FEDER (Nº de candidaturas/Investimento e ajuda pública proposto em concursos)**

FEDER	Dotação orçamental	Candidaturas Apresentadas			PT a criar
		N.º	Investimento Total	Comparticipação	
1.ª Fase	605.622,06€	23	1.779.570,39 €	972.924,81 €	48
2.ª Fase		8	664.855,31 €	304.286,89 €	19
3.ª Fase		17	1.247.437,40 €	631.896,30 €	37
<b>TOTAL</b>		<b>48</b>	<b>3.691.863,10€</b>	<b>1.909.108,00€</b>	<b>104</b>

### *Processo de Análise das candidaturas FEDER*

O circuito de análise de uma candidatura ao SI2E, neste fundo de coesão, compreende três fases: análise de admissibilidade; análise técnica e análise financeira (que inclui a análise de mérito e proposta de parecer do técnico analista).

A primeira fase deste processo consiste na análise da admissibilidade da entidade beneficiária através da verificação dos seus requisitos formais exigidos por lei para acesso ao Fundo a que se candidata, nomeadamente critérios de elegibilidade e os impedimentos e condicionamentos aplicáveis aos beneficiários (previstos no Decreto-Lei das regras gerais de aplicação dos FEEI, nos Regulamentos Específicos e no Aviso de Abertura de Candidatura).

Numa segunda fase são verificados os critérios de elegibilidade das operações, ou seja, o seu enquadramento no programa e na tipologia de operação a que a candidatura respeita, os critérios de elegibilidade territorial e temporal, bem como os critérios específicos previstos nos regulamentos Específicos do domínio de intervenção e Aviso de Concurso que dão suporte ao programa de financiamento.

Registe-se que o processo de análise das candidaturas teve o seu início após o termo de apresentação das mesmas (1ª fase – ainda durante o ano de 2017), passando pelas fases de análise atrás descritas. Registe-se que na 1.ª fase, o circuito de análise não se encontrava uniformizado para todos os intervenientes no processo, o que fez com que as decisões transitassem para o ano de 2018. Importa registar que a ETL/ADICES, durante os vários quadros comunitários (e nos resultados dos controlos de qualidade obtidos), foi elaborando mecanismos e ferramentas, que foi aperfeiçoando ao longo dos anos, de forma a garantir a qualidade da análise das candidaturas e, que atualmente dão suporte à análise das mesmas, adequando-os às orientações existentes.

Assim, no decorrer da análise das 48 candidaturas entradas no aviso de concurso ao FEDER, verificamos que foram propostas a aprovação de 23 candidaturas que perfazem um valor total de investimento de 1.563.354,38€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor total de 874.508,33€. Registe-se que esse valor corresponde a 144% da dotação do concurso disponibilizada pela ADICES.

Importar referir que, apenas no ano de 2019, apenas os promotores da 2.ª e 3.ª fase do aviso de concurso receberam a notificação da decisão final (março e maio, respetivamente).

Registe-se que só após essa notificação é que os promotores puderam assinar os respetivos termos de aceitação.

Quadro n.º 9 – FEDER (Proposta de candidaturas aprovadas)

FEDER	Dotação orçamental	Candidaturas Aprovadas			PT a criar
		N.º	Investimento Total	Comparticipação	
1.ª Fase	605 622,06 €	16	1 085 645,90 €	602 677,31 €	37
2.ª Fase		1	67 470,02 €	40 482,01 €	1
3.ª Fase		6	410 238,46 €	231 349,01 €	11
<b>TOTAL</b>		<b>23</b>	<b>1 563 354,38 €</b>	<b>874 508,33 €</b>	<b>49</b>

### *Processo de Decisão das candidaturas FEDER*

Após a análise da admissibilidade do beneficiário, da análise técnica e financeira da candidatura, emissão da proposta de decisão e, para as propostas com parecer favorável, é efetuada a hierarquização das operações. Após a validação de todo o processo, pelo Órgão de Gestão, segue-se a apresentação do processo para cabimentação das mesmas (quando as propostas são para aprovação). A cabimentação precede o processo de decisão, que é tomado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). Também é da responsabilidade da CCDRC a notificação da proposta de decisão, tendo o promotor o direito a pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, bem como juntar documentos no âmbito da audiência prévia, se assim achar necessário, antes de ser tomada a decisão final.

A audiência prévia tem como objeto o exercício do contraditório, destinado a suprir eventuais insuficiências ou imprecisões do procedimento de análise, possibilitando a receção das alegações apresentadas pelo beneficiário e assumir um projeto de decisão a submeter à respetiva Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão (AG)/Organismo Intermédio (OI). Este projeto de decisão deverá refletir a apreciação do responsável pela análise, relativamente às alegações do beneficiário, eventualmente apresentadas.

É tomada a decisão final sobre as operações por parte da Autoridade de Gestão que adota a decisão relativa a cada candidatura, notificando o beneficiário da mesma. É registado, também, esse procedimento no respetivo Sistema de Informação (plataforma de gestão eletrónica).

Importar referir que, apenas no ano de 2019, apenas os promotores da 2.ª e 3.ª fase do aviso de concurso receberam a notificação da decisão final (março e maio, respetivamente). Registe-se que só após essa notificação é que os promotores puderam assinar os respetivos termos de aceitação. Este atraso proporcionou casos em que, com a submissão da candidatura, os promotores iniciaram os investimentos e, face aos atrasados na proposta de decisão da mesma, interromperam os investimentos. Acontece que, após 12 e 15 meses após a submissão



da candidatura, os promotores tiveram de executar rapidamente as operações e/ou efetuar pedido de prorrogação dos prazos de conclusão.

### *Processo de Contratação das candidaturas FEDER*

Uma vez tomada a decisão das operações, os beneficiários poderão proceder à assinatura do Termo de Aceitação. Este processo é desencadeado pelo Sistema de Informação da CCDRC, encontrando-se na área reservada do beneficiário, a disponibilização do termo de aceitação, onde se encontram refletidas as condições de aprovação da operação.

Desse modo, verificamos que 20 candidaturas aprovadas (de um universo de 24 candidaturas aprovadas) procederam à assinatura do termo de aceitação das mesmas: 13 candidaturas referentes à 1.ª fase, 1 candidatura referente à 2.ª fase e 6 candidaturas referentes à 3.ª fase.

Quadro n.º 10 – FEDER (Contratação das candidaturas aprovadas)

FEDER	Candidaturas Contratualizadas			PT a criar
	N.º	Investimento Total	Comparticipação	
1.ª Fase	13	895 722,55 €	498 986,24 €	30
2.ª Fase	1	67 470,02 €	40 482,01 €	1
3.ª Fase	6	457 712,15 €	263 764,66 €	8
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>1 420 904,72 €</b>	<b>803 232,91 €</b>	<b>39</b>

### *Processo de Execução das candidaturas (FEDER)*

O processo de execução das operações aprovadas consubstancia-se na formalização dos pedidos de reembolso/pagamento apresentados por parte do beneficiário, tendo por base a Norma de Procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E), publicada por despacho nº10548-B/2017, iremos destacar alguns procedimentos que os beneficiários deverão ter em conta neste processo:

1.- Os pagamentos da componente de incentivo FEDER são processados de acordo com as seguintes modalidades:

- Pagamento a Título de Adiantamento contra Termo de Aceitação (PTA-TA) – o pagamento do incentivo sem a correspondente contrapartida de despesa de investimento realizada, sendo processado na sequência da assinatura do Termo de Aceitação;
- Pagamento a Título de Adiantamento contra Fatura (PTA-Fatura) – o pagamento do incentivo contra a apresentação de despesas de investimento elegíveis faturadas e não liquidadas;



- Pagamento a Título de Reembolso (PTR) – o pagamento do incentivo contra apresentação de despesas de investimento elegíveis realizadas e pagas, podendo ser intercalar (PTRI) ou Final (PTRF).

2.- O primeiro pedido de pagamento, qualquer que seja a modalidade, deve ser solicitado pelo beneficiário até 1 mês após a assinatura do Termo de Aceitação, não devendo o prazo que medeia a apresentação dos demais pedidos de pagamento ser superior a três meses.

3.- A Autoridade de Gestão, ou entidade gestora designada nos termos do art.º 15 da Portaria nº105/2017 de 10 de março (GAL e/ou as CIM's) analisam a despesa apresentada e deliberam sobre o PTRI emitindo a correspondente ordem de pagamento. Consideramos que a análise deve ser sustentada pela realização de uma visita física ao local para a sua validação.

4.- O pagamento é assegurado pela Agência de Desenvolvimento e Coesão, IP, após a receção da ordem respetiva.

Importa assinalar que, em 2018, alguns promotores registaram o início do processo de execução das candidaturas. No entanto, em virtude de ser a CCDRC a entidade responsável pela análise dos pedidos de pagamento, não nos é possível quantificar o montante de execução da 1.ª fase do aviso de concurso.

**Imagens de alguns projetos apoiados pelo Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIzE)**



A handwritten signature or mark in the bottom right corner of the page.

## Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Social Europeu (FSE)

Dinamização, receção, análise e acompanhamento ao processo de decisão de candidaturas e apoio técnico à execução física e financeira das operações aprovadas, no âmbito da implementação do PACTO 2020 (projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos).

No seguimento da descrição da atividade anterior e, uma vez que as duas estão relacionadas, importa registar o seguinte:

### *Aviso de Concurso*

No âmbito das três fases do aviso de concurso realizado em 2017, o quadro abaixo regista a informação de 40 candidaturas rececionadas nesta componente, que totalizavam um apoio solicitado de 817.113,79.

Quadro n.º 11 – FSE (Nº de candidaturas/Ajuda pública proposta no aviso de concurso do ano 2017)

FSE	Dotação orçamental	Candidaturas Apresentadas		PT a criar
		N.º	Apoio Solicitado	
1.ª Fase	967 271,97 €	21	260 233,90 €	38
2.ª Fase		6	162 802,68 €	17
3.ª Fase		13	394 077,21 €	13
TOTAL		40	817 113,79 €	68

### *Processo de Análise das candidaturas FSE*

O circuito de análise de uma candidatura ao SIZÉ, neste fundo de coesão FSE (à semelhança do que acontece no FEDER) compreende três fases: Análise de admissibilidade; Análise técnica e Análise financeira (que inclui a proposta de parecer do técnico analista).

A primeira fase deste processo consiste na análise da admissibilidade da entidade beneficiária através da verificação dos seus requisitos formais exigidos por lei para acesso ao Fundo a que se candidata, nomeadamente critérios de elegibilidade e os impedimentos e condicionamentos aplicáveis aos beneficiários (previstos no Decreto-Lei das regras gerais de aplicação dos FEEI, nos Regulamentos Específicos e no Aviso de Abertura de Candidatura).

Numa segunda fase são verificados os critérios de elegibilidade das operações, ou seja, o seu enquadramento no programa e na tipologia de operação a que a candidatura respeita, os critérios de elegibilidade territorial e temporal, bem como os critérios específicos previstos nos regulamentos Específicos do domínio de intervenção e Aviso de Concurso que dão suporte ao programa de financiamento.

Registe-se que o processo de análise das candidaturas neste fundo teve o seu início durante a análise da componente FEDER (1ª fase – ainda durante o ano de 2017), passando pelas fases de

análise atrás descritas, e, também numa altura em que os procedimentos de análise não se encontravam definidos e muito menos uniformizados para todos os intervenientes no processo. Importa registar que, neste Fundo FSE, a análise das candidaturas ocorre após a conclusão da análise efetuada ao Fundo FEDER e, quando apresentadas em conjunto, uma vez que ambas se complementam, não podendo ser dissociadas. A análise consiste na validação do financiamento solicitado, tendo em conta o seguinte:

- a criação dos postos de trabalho para desempregados ou jovens à procura do primeiro emprego ou para a criação do próprio emprego, através da comparticipação total das remunerações de postos de trabalho criados, tendo por limite mensal o valor correspondente ao Indexante de Apoio Social (IAS), observando os seguintes períodos máximos: 9 meses, para contratos de trabalho sem termo ou criação do próprio emprego; e 3 meses, para os contratos de trabalho a termo, como uma duração mínima de 12 meses. Aos períodos máximos referidos acrescem majorações de 3 meses por cada uma das seguintes situações: projetos localizados em territórios de baixa densidade; projetos de criação de micro e pequenas empresas ou expansão ou modernização de micro e pequenas empresas criadas há menos de cinco anos; e para trabalhadores do género sub-representado, conforme lista anexa ao Aviso de abertura de concurso, ou para trabalhadores qualificados na aceção das alíneas g) e m) do artigo 2º do regulamento específico do SIZ.

A inserção da informação, resultante da análise efetuada em suporte de papel nas suas diversas componentes, nas várias operações apresentadas, é carregada no sistema informático do Portugal2020.

Assim, no decorrer da análise das 40 candidaturas entradas no aviso de concurso ao FSE, verificamos que foram propostas a aprovação de 21 candidaturas que perfazem um valor de ajuda pública no valor total de 192.121,92€. Registe-se que esse valor corresponde a apenas 20% da dotação do concurso disponibilizada pela ADICES.

Quadro n.º 12 – FSE (Proposta de candidaturas aprovadas)

FSE	Dotação orçamental	Candidaturas Aprovadas		PT a criar
		N.º	Apoio Solicitado	
1.ª Fase	967 271,97 €	14	136 507,68 €	27
2.ª Fase		1	5 055,84 €	1
3.ª Fase		6	50 558,40 €	9
<b>TOTAL</b>		<b>21</b>	<b>192 121,92 €</b>	<b>37</b>

Importar referir que, apenas no ano de 2019, apenas os promotores da 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> fase do aviso de concurso receberam a notificação da decisão final (março e maio, respetivamente). Registe-se que só após essa notificação é que os promotores puderam assinar os respetivos termos de aceitação.

### *Processo de Decisão das candidaturas FSE*

Após a análise da admissibilidade do beneficiário, da análise técnica e financeira da candidatura, emissão da proposta de decisão e, para as propostas com parecer favorável, é efetuada a hierarquização das operações. Após a validação de todo o processo, pelo Órgão de Gestão, segue-se a apresentação do processo para cabimentação das mesmas (quando as propostas são para aprovação). A cabimentação precede o processo de decisão, que é tomado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). Também é da responsabilidade da CCDRC a notificação da proposta de decisão, tendo o promotor o direito a pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, bem como juntar documentos no âmbito da audiência prévia, se assim achar necessário, antes de ser tomada a decisão final.

A audiência de interessados tem como objeto o exercício do contraditório, destinado a suprir eventuais insuficiências ou imprecisões do procedimento de análise, possibilitando a receção das alegações apresentadas pelo beneficiário e assumir um projeto de decisão a submeter à respetiva Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão (AG)/Organismo Intermédio (OI). Este projeto de decisão deverá refletir a apreciação do responsável pela análise, relativamente às alegações do beneficiário, eventualmente apresentadas.

É tomada a decisão final sobre as operações por parte da Autoridade de Gestão que adota a decisão relativa a cada candidatura, notificando o beneficiário da mesma. É registado, também, esse procedimento no respetivo Sistema de Informação (Portugal2020).

Importar referir que, apenas no ano de 2019, apenas os promotores da 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> fase do aviso de concurso receberam a notificação da decisão final (março e maio, respetivamente). Registe-se que só após essa notificação é que os promotores puderam assinar os respetivos termos de aceitação. Este atraso proporcionou casos em que, com a submissão da candidatura, os promotores iniciaram os investimentos e, face aos atrasados na proposta de decisão da mesma, interromperam os investimentos. Acontece que, após 12 e 15 meses após a submissão da candidatura, os promotores tiveram de executar rapidamente as operações e/ou efetuar pedido de prorrogação dos prazos de conclusão. Acresce, ainda, a dificuldade sentida pelos promotores em encontrar o perfil dos Postos de Trabalho pretendidos inscritos no IEFP, uma vez que esta entidade não dispõe de oferta, uma vez que a taxa de desemprego é baixa.

### *Processo de Contratação das Operações FSE*

Uma vez tomada a decisão das operações, os beneficiários poderão proceder à assinatura do Termo de Aceitação. Este processo é desencadeado pelo Sistema de Informação da CCDRC, encontrando-se na área reservada do beneficiário, a disponibilização do termo de aceitação, onde se encontram refletidas as condições de aprovação da operação.

Desse modo, verificamos que 18 candidaturas aprovadas (de um universo de 21 candidaturas aprovadas) procederam à assinatura do termo de aceitação das mesmas: 12 candidaturas referentes à 1.ª fase, 1 candidatura referente à 2.ª fase e 5 candidaturas referentes à 3.ª fase.

Quadro n.º 13 – FSE (Contratação das candidaturas aprovadas)

FSE	Candidaturas Contratualizadas		PT a criar
	N.º	Apoio Solicitado	
1.ª Fase	12	116 284,32 €	23
2.ª Fase	1	5 055,84 €	1
3.ª Fase	5	30 335,04 €	6
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>151 675,20 €</b>	<b>30</b>

### *Processo de Execução das Operações FSE*

O processo de execução das operações aprovadas consubstancia-se na formalização dos pedidos de reembolso/pagamento apresentados por parte do beneficiário, tendo por base a Norma de Procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E), publicada por despacho n.º10548-B/2017, esta, na sua redação do n.º3 do art.º1 refere:

*“os pagamentos aos beneficiários na componente FSE são efetuados nos termos dos n.º6 e 7 do artigo 25.º do Decreto Lei n.º159/2014, de 27 de outubro, e do artigo 12.º do regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego adotado pela Portaria n.º97-A/2015 de 30 de março, nas suas atuais redações”.*

Importa assinalar que, em 2019, alguns promotores registaram o início do processo de execução das candidaturas. No entanto, em virtude de ser a CCDRC a entidade responsável pela análise dos pedidos de pagamento, não nos é possível quantificar o montante de execução da 1.ª fase do aviso de concurso.

## PROBLEMAS ENCONTRADOS NA GESTÃO DA EDL E MEDIDAS CORRETIVAS

A abordagem DLBC Rural / ADICES - PACTO 2020 tem-se vindo a afirmar como um instrumento preponderante no território de intervenção da ADICES. Embora se considere que, ao longo dos últimos quadros comunitários, os procedimentos têm-se tornado demasiadamente burocráticos, a verdade é que os beneficiários continuam a considerar este os quadros comunitários como uma alternativa/opportunidade para a realização dos seus pequenos investimentos. Assim, continuamos a verificar, na Zona de Intervenção da ADICES, um elevado interesse por parte das populações relativamente à abertura de concursos, conforme refletido nos atendimentos realizados no arranque do presente quadro de apoio.

Cada vez mais a experiência da ADICES, consubstanciada nos seus 29 anos de atividade na gestão de programas comunitários, nos conduz à certeza que é fundamental rever a metodologia de apresentação e de análise dos Pedidos de Apoio, com vista a aliviar a carga burocrática em termos administrativos, sob pena do processo de análise se tornar muito longo. É da nossa opinião que, as características deste Programa, não se coadunam com as características dos potenciais beneficiários a que se destina – agricultores e/ou agrupamentos de produtores. A elevada burocracia de todo o processo de candidatura e posterior execução são o maior obstáculo com que os Técnicos Analistas e beneficiários se deparam todos os dias.

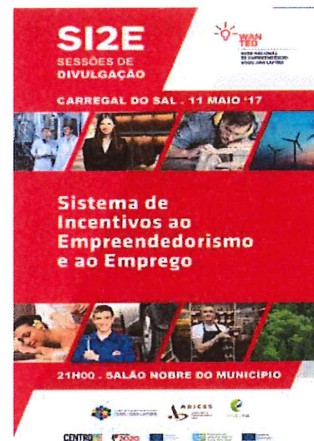
Para além da elevada carga burocrática, o processo de análise dos Pedidos de Apoio, devido a interpretações e orientações técnicas que, entretanto, vão sendo apresentadas aos GAL, alterando procedimentos e análises e que originam a necessidade de rever situações pontuais, contribui também para a morosidade do processo de decisão. É da nossa opinião que, o procedimento inicial neste quadro, em partilhar com todos os GAL as dúvidas e esclarecimentos, era fundamental para a uniformização de processos e o alívio de envio de questões à Autoridade de Gestão.

Um dos grandes desafios que se colocou à implementação do DLBC Rural / ADICES - PACTO 2020, no ano de 2019, refere-se ao tempo de demora que o processo de Audiência de Interessados eletrónico proporciona, o que provoca um atraso no processo de decisão do concurso (poderemos ter o concurso “preso” 35 dias úteis só porque um promotor não lê a sua audiência prévia. Registe-se que os TA dispõem de 35 dias úteis para efetuarem a sua análise técnica, o que parece uma grande incongruência). Registamos, ainda, o tempo referente ao processo de homologação dos concursos, bem como aos processos de Controlo de Qualidade solicitados (quer pelo PDR2020, quer pelo IFAP, I.P.). Um aspeto importante foi a possibilidade de efetuar decisões parciais na análise de concursos em que o montante total de apoio fosse inferior à dotação orçamental disponível no concurso. Desse modo, permitiu que candidaturas no estado “Para decisão” não tivessem de estar 2 meses a aguardar que todas as outras candidaturas estivessem nesse mesmo estado para se proceder à decisão final do concurso.

Relativamente ao **SIZE - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego**, que foi lançado no contexto dos apoios do Portugal 2020, verificamos uma morosidade no processo de Audiência de Interessados ao promotor da decisão tomada pelo Órgão de Gestão da ADICES.



Registe-se que as candidaturas referentes à 2.<sup>a</sup> fase e à 3.<sup>a</sup> fase só receberam as decisões finais em março e maio de 2019, respetivamente. Os promotores questionaram frequentemente a abordagem deste procedimento, uma vez que a demora de meses até que ao conhecimento da proposta de decisão trouxe transtornos no modo de gestão e visão para a realização dos investimentos propostos em candidatura. Registe-se que o promotor tem o direito a pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, bem como juntar documentos no âmbito da audiência de interessados, se assim achar necessário, antes de ser tomada a decisão final.



As metodologias, procedimentos e instrumentos de avaliação aplicados pela ADICES permitem garantir uma constante e permanente monitorização e avaliação da execução da EDL, assim como sinalizar desvios e necessidades de ajustamento à estratégia implementada e aos procedimentos adotados pelo GAL nas várias fases da gestão e implementação da EDL.

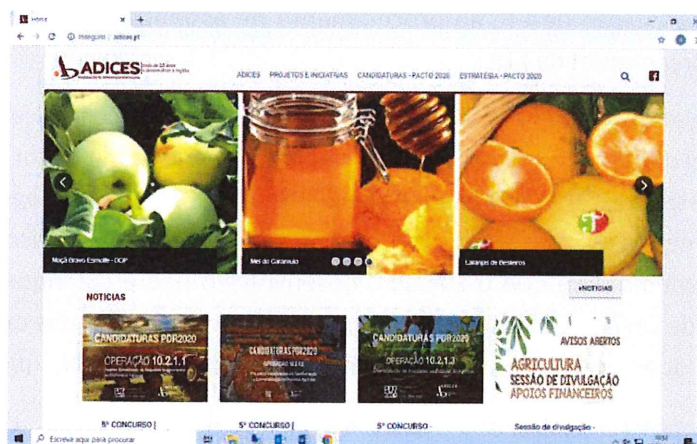
Para este efeito contribuem as deliberações tomadas pela OG, relativamente à abertura de concursos, à aprovação de PA, ao procedimento de assinatura dos termos de aceitação e ao ajustamento orçamental da EDL.

Relativamente aos procedimentos adotados pela ETL verificou-se a necessidade de se adaptar e evoluir ao nível da forma e metodologia de trabalho, visando uma maior eficiência e rapidez nos tempos de resposta. A atualização e melhoramento de metodologias e instrumentos de avaliação, nomeadamente face a um novo desafio - iniciativa agrícola, constitui particular relevância na medida em que o trabalho desenvolvido não é estanque, está em permanente evolução e pode ser alvo de alterações e ajustamento em função das orientações diversas que vão surgindo, quer por parte dos organismos reguladores da EDL, quer de outras fontes de decisão.

## IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### Atividade: PACTO 2020 - Informação

No que respeita a esta atividade, a ADICES pretendeu dar continuidade a um conjunto de iniciativas promotoras da circulação e disponibilização de informação relevante para o território com o objetivo de envolver ativamente os parceiros e criar dinâmicas e mecanismos de transferência de informação comuns. Neste contexto, a comunicação direta e presencial com os parceiros foi privilegiada e aconteceu através das Assembleias Gerais/Assembleias de Parceiros da ADICES, em sessões de trabalho, reuniões (formais e informais) bem como em momentos de debate e reflexão. A ADICES recorreu, também, a diversos suportes externos nomeadamente com o envolvimento dos órgãos de comunicação social local e regional, com a criação e elaboração de comunicados de imprensa e sessões de trabalho nas quais se mobilizam estes órgãos para temáticas relevantes no território. A disseminação de informação através de suportes de informação virtuais, nomeadamente, a “página web” da ADICES e o "facebook", e a articulação com os portais de outros parceiros, configurou-se como uma ferramenta fundamental de apoio à organização e divulgação do território.



### Atividade: PACTO 2020 – REDE

Participação e envolvimento da ADICES em órgãos e projetos locais, nacionais e transnacionais, participação em seminários, encontros e congressos e mobilização de parceiros em iniciativas da associação.

No que concerne a este objetivo, durante o ano de 2019 pretendeu dar-se continuidade à participação e envolvimento da ADICES no trabalho desenvolvido pelos parceiros no território, nomeadamente: a participação nas Redes Sociais de Carregal do Sal, de Mortágua, de Santa Comba Dão, e Tondela; participação no Conselho Municipal de Segurança de Santa Comba Dão, envolvimento ativo no Núcleo Executivo da Rede Social de Mortágua e de Santa Comba Dão; participação como membro representante da Comunidade Local nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas de Tondela e Santa Comba Dão. A ADICES acompanhou e participou ainda, em algumas iniciativas no âmbito da promoção da Rede Regional de Empreendedorismo desenvolvidas pelas CIM Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra.



## Atividade: Iniciativas Locais, Nacionais e Internacionais

Durante o ano de 2019, a equipa técnica participou em diversas iniciativas locais, nacionais e internacionais relevantes para as temáticas de trabalho da associação e para a preparação do próximo período de programação nomeadamente, seminários; encontros e “workshops”; sessões técnicas sobre incentivos financeiros e sessões/formações.

São exemplo dessas participações as seguintes iniciativas que passamos a apresentar:

- ✓ Participação no II Seminário “Inovação Social” – na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, em Viseu;
- ✓ Reunião “Jovem Empresário Rural” com os GAL e AIRV em Viseu;
- ✓ Participação na Reunião do CLAS de Tondela;
- ✓ Participação na “Feira da Pinha e do Pinhão” - Saberes e Sabores de Terras de Carregal do Sal, dinamizada pelo Município de Carregal do Sal;
- ✓ Reunião sobre “Caramulo e Patrimónios: caminhos e desafios para um desenvolvimento sustentável”, no Caramulo;
- ✓ Sessão de Capacitação sobre RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais), no Bombarral;
- ✓ Participação na Sessão DLBC/Reunião de Coordenadores, na Assembleia Geral da Federação Minha Terra e Sessão de Formação/Informação Assembleia Geral PDR2020 e Federação Minha Terra;
- ✓ Participação na apresentação da Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal, em Tondela, com a presença da CIM Coimbra e CIM Viseu Dão Lafões;
- ✓ Participação na Conferência “Região de Coimbra, Empreendedorismo e Sustentabilidade” em Coimbra;
- ✓ Presença na Cerimónia de Encerramento das Comemorações do Centenário do Ministério da Agricultura, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa;
- ✓ Participação na Sessão *Focus Group* na CIM Viseu Dão Lafões em Tondela;
- ✓ Participação na FIT – Feira Ibérica de Turismo 2019, realizada na Guarda;
- ✓ Visita à XXXI Feira do Queijo Rabaçal em Ansião;
- ✓ Participação no II Encontro Nacional DLBC – Gestão PRODERAM 2020, RRR e Federação Minha Terra realizado na Madeira;
- ✓ Participação na cerimónia dos “20 Anos do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos e Urbanos da AMRPB em Tondela;
- ✓ Participação na EXPOMORTÁGUA'19 - Câmara Municipal de Mortágua;
- ✓ Participação na 13ª Semana Gastronómica do Cabrito da Serra do Caramulo – XX Feira do Artesanato e Produtos Locais no Caramulo;
- ✓ Presença no Colóquio denominado de “Vinha e Vinho, Turismo e património Cultural nos Territórios dos GAL” – na Feira Nacional da Agricultura 2019 em Santarém;
- ✓ Participação no Seminário “Desenvolvimento Sustentável ao Nível Local” na Universidade Católica de Lisboa;
- ✓ Assinatura do Pacto 2030 – Federação Minha Terra em Campo Maior;

- ✓ Sessões de Esclarecimento sobre os atuais programas de Apoio ao investimento Empresarial Portugal 2020 no Território da ADICES: Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela;
- ✓ Reunião da - Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2030, em Coimbra;
- ✓ Presença na Exposição Comemorativa dos 100 Anos no Museu da Republica António José de Almeida, com a presença do Sr. Presidente da República Dr. Marcelo Rebelo de Sousa;
- ✓ Participação no workshop Regional “Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do PT2020”, na CCDR Centro em Coimbra;
- ✓ Presença na Conferência Internacional “Florestas saudáveis, Benefícios para Todos” que decorreu em Aveiro;
- ✓ “Seminário Agrícola” – Agricultura, Circuitos Curtos, Agroalimentares, Medidas de Apoio em Santa Comba Dão;
- ✓ Participação Solene de abertura oficial da Feira do Vinho do Dão 2019, no Auditório do edifício Multiusos na Praça do Município de Nelas;
- ✓ Participação na Assembleia Geral de Consorciados do PROVERE “Termas do Centro” - 2019- 2021, que decorreu no Luso;
- ✓ Participação na FICTON 2018 - Câmara Municipal de Tondela;
- ✓ Reunião de Acompanhamento da execução da medida 10.2 – Autoridade de Gestão – PDR220 – Implementação das Estratégias LEADER;
- ✓ Participação no Workshop – Dinamização de CCA e Estratégias Alimentares Territoriais, em Oeiras;
- ✓ Participação no Colóquio – 20 anos da ENLCD: Passado, Presente e Futuro- Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu – em Viseu;
- ✓ Ação de Formação de Controlo Administrativo dos Pedidos de Pagamento FEADER- FEAMP, em Vila Real;
- ✓ Participação na Conferência – LEADER/CLLD - 2019 Conference, em Amarante;
- ✓ Presença no Ciclo de Conferências “O Futuro da Europa” – Política Regional da EU em Penela;
- ✓ Participação no Evento - “Diáspora”, em Viseu;
- ✓ Participação na Conferência - Capital Humano – O Novo Desafio da Estratégia Empresarial – ISCAC – em Coimbra.
- ✓ Assembleia Geral da Federação Minha Terra, em Tomar.

## Atividade: Empreendedorismo

Participação na Plataforma de Cooperação Institucional organizada em Redes no âmbito da estratégia Portugal 2020, na qual a região Viseu Dão Lafões viu aprovado o seu Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial 2020 (PDCT 2020), a ADICES participou, nas reuniões da Plataforma - Rede Emprego, Empresas e Empreendedorismo. Estas Redes têm por objetivo central assegurar a relevância e a eficácia dos projetos concebidos e a executar no âmbito do PDCT e, designadamente, animar/dinamizar, suportar e monitorizar intervenções concebidas e desenvolvidas na região, pelos seus atores, dirigidas a públicos diferenciados e com necessidades diversas.

Os trabalhos decorreram ao longo do ano de 2019, tendo o objeto dos mesmos sido candidatado a um aviso da RIS3.

Paralelamente a ADICES em parceria com o Município de Mortágua o SERQ- Centro de Inovação e Competências da Floresta , juntamente com mais dezassete (17) Entidades Parceiras, candidatou-se ao Aviso do Projeto Piloto para a Constituição de uma Rede Regional para a Valorização da Fileira da Floresta na Região Centro, nº Centro - 64 - 2019 - 05, no sentido de implementar naquele Município um projeto piloto na área da floresta denominado "F4F-FOREST for the FUTURE ", sendo o SERQ a Entidade Gestora.

No âmbito da Rede de Empresas e Empreendedorismo a CIM Viseu Dão Lafões, organizou um grupo de trabalho com o objetivo de implementar um projeto piloto para a valorização da pinha e do pinhão - concelho de Carregal do Sal. São parceiros neste grupo de trabalho, a CIM, o Município de Carregal do Sal, a Prof. Rosa Pires, a AIRV, o IPV, a ESAV, o Prof. Alfredo Simões e a ADICES.



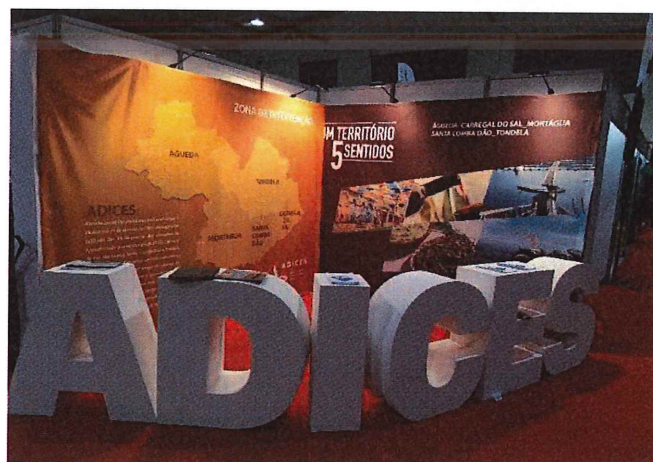
### **Atividade: Cooperar para Desenvolver**

Construção dos projetos de cooperação no âmbito da abordagem LEADER/DLBC (promoção externa de bens e serviços transacionáveis, de promoção da gastronomia, dos produtos endógenos e recursos empresariais, eficiência energética, boas práticas de desenvolvimento local, etc.)

No que concerne à temática da Promoção do Território e da Valorização dos Produtos Locais, destacamos, algumas iniciativas de organização/participação em eventos de promoção/divulgação dos produtos e produtores locais, em certames locais e nacionais como a Feira da Pinha e do Pinhão do concelho de Carregal do Sal, EXPOMORTAGUA, FICTON, Semana Gastronómica do Cabrito e da Serra do Caramulo, e em certames nacionais, nomeadamente a presença no evento CHRISTMAS STATION RURAL MARKET, em Lisboa.

### **Eventos Locais**

**Feira da Pinha e do Pinhão, EXPOMORTAGUA, Semana Gastronómica do Cabrito e da Serra do Caramulo, FICTON 2019**



## Eventos Nacionais

### CHRISTMAS STATION RURAL MARKET - *Natal é no Centro de Portugal!!*

O evento CHRISTMAS STATION RURAL MARKET Natal, teve como intuito promover e divulgar os produtos tradicionais e artesanato da região Centro de Portugal, tratando-se de uma iniciativa de 15 Associações de Desenvolvimento Local gestoras da Abordagem LEADER (*ADAE, ADELO, ADIBER, ADICES, ADIRN, ADRACES, GAL AVEIRO NORTE, GAL AVEIRO SUL, ECOMAR|ECOCOAST, DUECEIRA, LEADER OESTE, PINHAL MAIOR, PINHAIS DO ZÊZERE E TERRAS DE SICÓ*), com o apoio das Infraestruturas de Portugal. O Mercado de Natal Rural, realizou-se no dia 13 dezembro no Largo Duque de Cadaval, junto à estação do Rossio em Lisboa, entre as 10h00 e as 18h00, com uma Mostra de Natal com o que de melhor é produzido pelos produtores locais dos territórios presentes nesta iniciativa!

Esta iniciativa decorreu no âmbito da promoção do território, produtos locais e artesanato, onde estas entidades e os produtores locais dos territórios participantes, apresentaram o que de melhor se faz no mundo rural!



Vinhos, queijos, enchidos, azeite, compotas, doces, mel, entre tantos outros, são os produtos de excelência com garantia de qualidade que aqui poderá encontrar e que se apresentam como excelentes propostas para ofertas de Natal! No que respeita à participação da ADICES, no seu stand foi possível provar, degustar e comprar alguns dos melhores enchidos do Fumeiro Flor do Sal de Carregal do Sal.

Para além de pretender dar a conhecer os produtos tradicionais, esta iniciativa pretendeu incentivar a visita aos territórios rurais do centro de Portugal e divulgar a qualidade dos produtos da região Centro, estimulando a atividade económica dos produtores locais.





## ATIVIDADE FORMATIVA – projeto formação Capacitação para a Inclusão

A atividade formativa da ADICES ministrada no decurso do ano de 2019 caracterizou-se pela continuidade do desenvolvimento do projeto formativo: Capacitação para a Inclusão, iniciativa desenvolvida pela ADICES em parceria com os CLAS – Conselhos Locais de Ação Social e os Municípios do território de intervenção.

Este projeto formativo foi financiado pelo POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no âmbito da tipologia 3.05 – “Capacitação para a Inclusão”. Pretendeu-se com este projeto ir ao encontro dos objetivos definidos na ELD - Estratégia Local de Desenvolvimento da ADICES para o território, nos Planos de Desenvolvimento Social definidos no seio de cada Rede Social envolvida e também no âmbito das necessidades formativas e de emprego de cada concelho.

A concretização desta candidatura permitiu à ADICES dar continuidade ao seu trabalho de participação e envolvimento ativo junto dos atores e entidades locais, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento do nosso território, e principalmente para reforçar e promover a capacitação e desenvolvimento de competências de natureza pessoal, social e profissional que facilitem o acesso ao mercado de trabalho, potenciando a empregabilidade e reduzindo a vulnerabilidade económica da população local.

**INSCRIÇÕES ABERTAS**

# FORMAÇÃO

- 300h CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO DOMÉSTICA E FAMILIAR
- 300h CAPACITAÇÃO PARA PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL
- 300h CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO PESSOAL E PREVENÇÃO DE SOBREENVIDAMENTO
- 300h CAPACITAÇÃO PARA O PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO COM BASE AGRÍCOLA
- 30h GESTÃO DE CONFLITOS
- 60h INCLUSÃO DIGITAL
- 60h SAÚDE - HÁBITOS E ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS
- 60h EDUCAÇÃO CÍVICA E PREVENÇÃO DE VIOLENCIA
- 120h LITERACIA DIGITAL
- 60h CAPACITAÇÃO E EMPODERAMENTO FEMININO
- 60h SABER ESTAR ONLINE

**ADICES**  
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL  
Rua. General Humberto Delgado, nº15 2645-025 Santa Comba Dão  
Tél: 232 990 102 | Fax: 232 990 101  
E-mail: adt@adices.pt | www.adices.pt

**DGERT**  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
PROGRAMA OPERACIONAL DE INTERVENÇÃO EM TERREITÓRIOS RURAIS

Quilómetros  
POISE  
2020

Os destinatários destas ações de formação, foram grupos potencialmente vulneráveis, constituídos nomeadamente por pessoas com baixos rendimentos, desempregados de longa duração, beneficiários do RSI, adultos que não sejam detentores das competências básicas de leitura, escrita, cálculo e TIC ou com baixos níveis de qualificação.

O plano formativo aprovado decorreu de 4 de junho de 2018 a 27 de novembro de 2019, sendo composto por 11 cursos com 28 ações, com diferentes cargas horárias e foram dinamizadas nos 5 concelhos de intervenção da Associação, (Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela).

**CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO - CURSOS / AÇÕES APROVADAS**

<b>Designação do Curso/Ação</b>	<b>Concelho</b>
Capacitação para a gestão doméstica e familiar	Carregal do Sal
	Mortágua
	Santa Comba Dão
Capacitação para processo de autonomização pessoal e profissional	Carregal do Sal
	Mortágua
	Santa Comba Dão
Capacitação para a gestão pessoal e prevenção de sobre-endividamento	Águeda
	Tondela
Capacitação para o processo de autonomização com base agrícola	Águeda
	Santa Comba Dão
Gestão de conflitos	Águeda
	Santa Comba Dão
Inclusão digital	Carregal do Sal
	Santa Comba Dão
	Mortágua
Saúde - Hábitos e estilos de vida saudáveis	Tondela
	Carregal do Sal
	Mortágua
Educação cívica e prevenção de violência	Águeda
	Carregal do Sal
	Mortágua
Literacia digital	Tondela
	Carregal do Sal
Capacitação e empoderamento feminino	Carregal do Sal
	Águeda
	Mortágua
Saber estar online	Águeda
	Tondela





As ações desenvolvidas por concelho e concluídas em 2019 foram as seguintes:

Designação do Curso/Ação	Concelho
Capacitação para a gestão doméstica e familiar	Mortágua
	Santa Comba Dão
Capacitação para processo de autonomização pessoal e profissional	Carregal do Sal
	Mortágua
	Santa Comba Dão
Capacitação para a gestão pessoal e prevenção de sobre-endividamento	Águeda
	Tondela
Capacitação para o processo de autonomização com base agrícola	Águeda
	Santa Comba Dão
Gestão de conflitos	Águeda
Inclusão digital	Carregal do Sal
	Mortágua
Saúde - Hábitos e estilos de vida saudáveis	Tondela
Educação cívica e prevenção de violência	Águeda
Literacia digital	Tondela
Capacitação e empoderamento feminino	Águeda
	Mortágua
Saber estar online	Águeda

As seguintes 3 ações, de 300 horas cada, iniciaram ainda no final de 2018 e tiveram a sua conclusão em 2019:

Designação do Curso/Ação	Concelho
Capacitação para a gestão pessoal e prevenção de sobre-endividamento (300H)	Tondela
Capacitação para a gestão doméstica e familiar (300H)	Mortágua
	Santa Comba Dão

A tabela seguinte resume os principais indicadores físicos do projeto na sua globalidade:

Nº de ações aprovadas/ concluídas	28
Nº de formandos efetivos	453
Nº de formandos Certificados	406
Taxa de execução de participantes	107,80%
Volume de formação executado	60057
Taxa de execução (volume executado/ volume aprovado):	96,71%
Nº de formadores envolvidos	24
Nº de ações iniciadas em 2018 a transitar para 2019	3

#### Imagens de algumas ações de formação



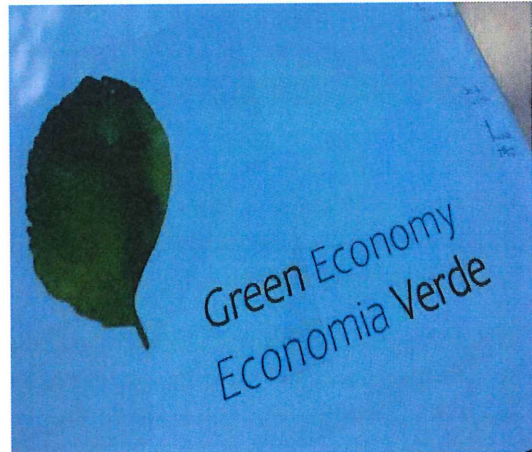
## COOPERAÇÃO

A medida da Cooperação constituiu-se um excelente instrumento de atuação pelo conhecimento que proporciona e pela experiência que transporta.

A ADICES viu em 2019 a aprovação de duas importantes candidaturas no âmbito da Cooperação. O projeto de Cooperação transnacional denominado “Economia Verde – uso múltiplo da floresta” e o projeto de cooperação interterritorial “Aldeias de Portugal”.

No que respeita ao projeto de Cooperação transnacional “Economia Verde – uso múltiplo da floresta” (*Green Economy Multiple use of forest*, na versão transnacional), é de grande importância para o território, atendendo à área florestal ocupada nos 5 Municípios, às preocupações de natureza económica e ambiental do tema e à pertinência de novas abordagens relativas à gestão das florestas.

O projecto *Green Economy*/Economia Verde é co-financiado no âmbito da Abordagem LEADER/DLBC do PDR2020 – Programa de Desenvolvimento Rural e pretende-se que o mesmo contribua para que os diferentes territórios rurais possam partilhar boas práticas relacionadas com a economia verde, o sector florestal e o desenvolvimento sustentável, nomeadamente num conhecimento mútuo de sistemas florestais e de gestão florestal com características diferenciadas; usos sustentáveis da floresta nas áreas de: produtos, recursos, energia, turismo, entre outros.



Decorrente destes objetivos, são vários os projetos de natureza produtiva, cultural e patrimonial, ambiental, educativa e turística que constituirão o enfoque desta Conferência, sendo que se encontra preparado um Programa de atividades diversificado e intenso que percorrerá os territórios das 3 entidades.

Neste contexto a Parceria composta pelos GAL - Grupos de Ação Local **ADELO** (concelhos de Cantanhede, Mealhada, Mira, Montemor-O-Velho, Figueira da Foz e Penacova), **ADICES (Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tondela)** e **DUECEIRA** (Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares) recebeu entre os dias 21 e 25 de outubro, a comitiva de representantes de congéneres da Suécia, Finlândia e Luxemburgo, parceiros internacionais no âmbito deste projeto de Cooperação Transnacional *GREEN ECONOMY – Multiple Use of Forest* / ECONOMIA VERDE- Uso Múltiplo da Floresta.

O programa no território da ADICES contou inicialmente com uma visita ao Hotel Palace do Bussaco que para além de cerca de sessenta representantes da parceria, entre diretores, técnicos, empresários e outros Agentes dos territórios, contou ainda com convidados institucionais das diferentes tutelas.

Também neste primeiro dia foi realizada uma plantação simbólica de árvore na Mata Nacional do Bussaco.



Seguiu-se uma visita à empresa Pellets Power, Lda. Em Mortágua. Esta empresa é de grande importância para o território pois dedica-se à produção de *pellets* que são produzidos com os resíduos de madeira natural.

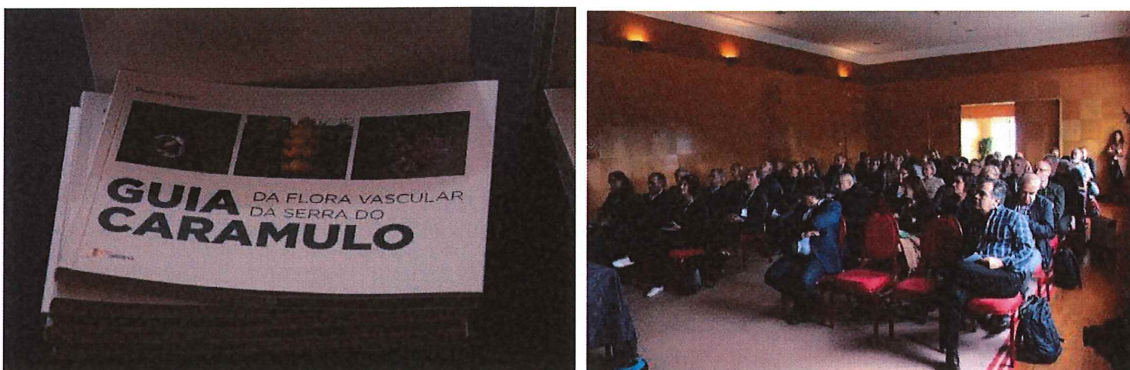
Outra das visitas realizadas foi à visitou-se a Central de Biomassa também instalada no concelho de Mortágua e inserida numa extensa área florestal englobando 29 concelhos, que contribuem para o abastecimento da central. Os resíduos da limpeza das florestas representam uma importante fonte de energia renovável e uma excelente prática ambiental. Além da energia produzida e do contributo para a limpeza das matas, esta central tem um significativo impacto socioeconómico, ao contribuir para o desenvolvimento de novas atividades económicas em regiões com tendência para a desertificação humana. A central emprega cerca de 20 trabalhadores e estima-se que gerará, indiretamente, cerca de 200 postos de trabalho.



No último dia de visita ao nosso território foi apresentado no Hotel do Caramulo a Edição do **Guia da Flora Vasculuar da Serra do Caramulo**.

O CEISCaramulo – Centro de Estudos e Interpretação da Serra do Caramulo é o parceiro desta vontade feita ação.

A publicação do “Guia da Flora Vasculuar da Serra do Caramulo” pretende ser alavanca de esperança renovada, após uma parte significativa do maciço da “mais linda serra” ter sido, gravemente ferido, nos grandes incêndios de 2013 e 2017.



No que respeita à candidatura “Aldeias de Portugal”, esta foi submetida em 2018, tendo sido aprovada no final do ano, dezembro de 2019, com dotação orçamental de 80.198,92 Euros. Esta candidatura foi elaborada em parceria com 16 GAL’s nacionais e tem por objetivos promover a capacidade e animação do nosso território através da classificação de uma aldeia em cada um dos nossos cinco municípios.

No que se refere a esta candidatura - “Aldeias de Portugal” o mesmo pretende classificar e dinamizar cinco (5) Aldeias do nosso Território de intervenção uma (1) por Município.

Essa classificação e posterior dinamização das atividades associadas será concretizada em estreita articulação com os respetivos Municípios, através dos seus interlocutores, entretanto já designados.

## Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo

A ADICES — Associação de Desenvolvimento Local, em parceria com a Câmara Municipal de Penacova, Câmara Municipal de Seia; Câmara Municipal de Santa Comba Dão, Câmara Municipal de Carregal do Sal e da Câmara Municipal de Tondela, contando com a consultoria científica, tecnológica e deontológica do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC), está a estruturar nos próximos dois anos a Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo. Incluirá a mesma valência de salvaguarda e reutilização de património cultural, de divulgação científica e animação cultural, de debate sobre questões de memória histórica e de formação para a cidadania, de lazer e turismo culturais e de natureza.

Visando reforçar a respetiva capacidade de potenciar o desenvolvimento de territórios de baixa densidade, a Rede estabelecerá laços de cooperação com espaços contíguos e já consolidados enquanto ofertas qualificadas em termos de património cultural e natural, nomeadamente, a cidade de Coimbra (antes de mais, a Universidade de Coimbra — Alta e Sofia e a Fundação Bissaya Barreto), a cidade de Viseu e o Parque Natural da Serra da Estrela. Procurará, ainda, alcançar o apoio de entidades como o Museu da Presidência da República, o Ministério da Cultura, o Turismo de Portugal, a Direção Regional de Cultura do Centro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, o Turismo Centro Portugal, a Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra, a Comunidade Intermunicipal Viseu, Dão, Lafões e a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Quanto aos vetores nucleares da Rede, serão o Centro de Interpretação da Primeira República/Casa-Museu António José de Almeida (Vale da Vinha, Penacova), o Centro de Interpretação do Estado Novo (Vimieiro, Santa Comba Dão), o Centro de Interpretação do Antissemitismo e do Holocausto/Casa-Museu Aristides de Sousa Mendes (Cabanas de Viriato, Carregal do Sal), o Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo (Caramulo, Tondela) e o Centro de Interpretação da Primeira República/Afonso Costa (Seia). Ocorrerá a reabilitação e reutilização de cinco edifícios (duas ex-residências familiares, duas ex-escolas e um ex-sanatório), bem como a salvaguarda e rentabilização social de outro património cultural material (integrado e móvel) e imaterial.

Quer a concepção das estruturas museológicas (reabilitação dos edifícios, exposições de longa duração e exposições temporárias), quer as atividades complementares — de âmbito local e regional, nacional e global — decorrerão dos pressupostos deontológicos e epistemológicos, teóricos e metodológicos da nova historiografia e da nova museologia. A consultoria científica, tecnológica e deontológica da Rede ficará a cargo, na etapa inicial, do CEIS20/UC; numa segunda fase, de um Conselho Consultivo para o qual serão convidados o Museu da Presidência da República, unidades de investigação, subunidades orgânicas de instituições de ensino superior, associações cívicas.

Tendo por objetivos a promoção do aprofundamento da democracia e do desenvolvimento integrado/sustentável, a Rede decorrerá de uma postura intelectual objectivante e problematizadora (de reconstituição e contextualização, comparação e interpretação), comprometendo-se a atenuar os riscos de inculcação ideológica (avaliação laudatória ou

condenatória, ocultação de factores relevantes ou negacionismo) ou de promoção sensacionalista (saudosismo e naturalização de questões inequivocamente fracturantes). A Rede procurará, igualmente, por um lado, acolher iniciativas oriundas das comunidades envolventes de cada um dos seus vectores nucleares; por outro, fomentar a intervenção dessas mesmas comunidades.

No que concerne às valências complementares, estarão em causa, entre outras, a edição de materiais de divulgação (catálogos, obras coletivas e monografias, filmes, jogos educativos, etc.) e a organização de eventos (colóquios, debates, mini-cursos, ciclos de cinema, campos de férias, etc.); a participação em atividades comemorativas e o acolhimento de públicos pré-estruturados; a atração de públicos nacionais e internacionais interessados em temáticas como a implantação de regimes demoliberais e a Primeira Grande Guerra, as ditaduras de tipo fascista e o antisemitismo/o Holocausto; a dinamização de rotas temáticas a propósito de património cultural e/ou natural.

O lazer e o turismo são uma das motivações da Rede, sendo expectável a territorialização de efeitos positivos (diretos e indiretos), com um impacte equacionado pelo menos em duas dimensões. Em primeiro lugar, a Rede implica o enriquecimento da Região Centro, identificando pontos de interesse e diversificando a eficácia apelativa do território. Com as respetivas narrativas biográficas, políticas e sócio-culturais, os Centros de Interpretação alargam a cartografia turística da região, gerando o aumento da procura e o reforço da relevância de um conjunto diversificado de lugares. A integração destas diferentes geografias numa mensagem turística articulada será, ainda, uma oportunidade de coesão numa região condicionada por alguns fatores estruturais de desagregação.

Este conjunto de espaços museológicos comprova a participação do território em causa na história política do século XX português. Um tal facto poderá, ao mesmo tempo, motivar a participação ativa das comunidades locais e gerar novos fluxos, com motivações específicas. Através do turismo, a Rede será uma oportunidade para aumentar os conhecimentos sobre o percurso recente de Portugal, para promover a elevação da cultura política e do pensamento crítico, ambos estratégicos no atual contexto europeu e mundial.

Em segundo, para além da motivação de novos fluxos turísticos, a Rede deverá associar-se às procuras já existentes, facultando-lhe outras opções e permitindo estadas mais alargadas. Para além da articulação interna da Rede, este projeto deve apontar para a procura de 'nexos turísticos' a partir de cada um dos vértices do sistema. Numa dinâmica de geometria variável que integrará múltiplas escalas geográficas, cada um dos Centros de Interpretação deve estar associado a outras ofertas e redes turísticas que, a começar pela escala municipal, ampliem os interesses e permitam a procura de produtos turísticos integrados. A partir do Caramulo e de Seia será importante a associação ao turismo de serra e montanha, como será importante, por exemplo, a ligação de Cabanas de Viriato e de Coimbra às redes nacionais e internacionais de judiarias e turismo judaico.

Nesta lógica de capitalização horizontal dos diferentes nexos turísticos, será importante associar o sistema ao Rio Mondego, um eixo que poderá agregar toda esta estrutura (com umnexo muito particular em Penacova), a partir do qual se pode enriquecer esta narrativa turística com storytellings objectivantes que representem a vida política, social, económica e cultural do país

durante o século XX. A Rede contribui, finalmente, para o desenvolvimento do turismo criativo (atual vanguarda do turismo cultural). Ao mesmo tempo, pode contribuir para a concretização de algumas das metas turísticas projetadas para o futuro, alinhando a região com a Estratégia Turismo 2027, que aponta para a sustentabilidade social e ambiental desta atividade.

### **1. Centro de Interpretação da Primeira República/Casa-Museu António José de Almeida (Vale da Vinha, Penacova)**

ex-residência familiar

#### **Temas da exposição permanente:**

- A casa de Vale da Vinha e o contexto familiar;
- Biografia pessoal, profissional e política de António José de Almeida;
- A fase da “propaganda republicana”;
- A Primeira República;
- A Ditadura Militar e o Estado Novo;
- A memória de António José de Almeida e da Primeira República;
- A Europa e o Mundo no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- Ligações a fenómenos atuais associáveis (condições sócio-económicas e sócio-culturais, ideologias e regimes políticos, religiosidades e sociedades; arte contemporânea e design, jornalismo e comunicação, sociabilidades e religiosidades, educação cívica e ambiental).

#### **Exposições temporárias:**

- Vale da Vinha, São Pedro de Alva e Penacova no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- Coimbra e a Universidade de Coimbra no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- São Tomé e Príncipe e outros “territórios não autónomos” sob tutela portuguesa no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- Lisboa no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- O Brasil no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- A viagem de 1922;
- O PRP e outras organizações republicanas;
- A Primeira Grande Guerra;
- O sidonismo;



- A crise dos regimes demoliberais em Portugal, na Europa e no Mundo;
- Escritores e jornalistas no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- Correntes intelectuais e artísticas no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX.

## **2. Centro de Interpretação do Estado Novo (Vimieiro, Santa Comba Dão)**

ex-escola primária

### **Temas da exposição permanente:**

- A Ditadura Militar, o Estado Novo — instituições e organizações dos regimes; Igreja e “ação católica”; tradicionalistas, conservadores e/ou modernizadores; o debate acerca da natureza autoritária ou totalitária e fascista ou não fascista; “Estado de exceção” e “Estado normal” — e outras ditaduras na Europa/no Mundo durante a “Época do Fascismo” e ao longo da “Guerra Fria”;
- Repressão e enquadramento na Ditadura Militar, no Estado Novo e noutras ditaduras na Europa/no Mundo durante a “Época do Fascismo” e ao longo da “Guerra Fria”;
- Apoio, absentismo, resistência informal e oposição formal à Ditadura Militar, ao Estado Novo e a outras ditaduras na Europa/no Mundo durante a “Época do Fascismo” e ao longo da “Guerra Fria”;
- Mais vetores nucleares da Ditadura Militar e do Estado Novo (nacionalismo e catolicismo, corporativismo e centralismo, colonialismo e bilateralismo assimétrico, anti-democracia e anti-socialismos, darwinismo social e sexismo; colónias/protectorados/mandatos, guerras/guerras civis/guerras coloniais), comparando com outras ditaduras na Europa/no Mundo durante a “Época do Fascismo” e ao longo da “Guerra Fria”;
- Características e funções dos ditadores na Ditadura Militar, no Estado Novo e em outras ditaduras na Europa/no Mundo durante a “Época do Fascismo” e ao longo da “Guerra Fria”;
- As políticas da Ditadura Militar e do Estado Novo, bem como outras ditaduras na Europa/no Mundo durante a “Época do Fascismo” e ao longo da “Guerra Fria”, para a educação e para o urbanismo/a arquitectura;
- A imagem externa do Estado Novo em resultado da iniciativa de portugueses e de estrangeiros;
- Poderes locais e poderes regionais na Ditadura Militar, no Estado Novo e em outras ditaduras na Europa/no Mundo durante a “Época do Fascismo” e ao longo da “Guerra Fria”;
- A Guerra Colonial, o Golpe Militar e a Revolução do 25 de Abril de 1974;
- Ligações a fenómenos atuais associáveis às noções de democracia e de ditadura (regimes políticos, populismos e irracionalismos, condições sócio-laborais e relações sócio-culturais, violência e enquadramento das populações, imigrantes e exilados, conflitos militares e refugiados, recursos naturais e ambiente, etc.);

- Ligações a fenómenos atuais associáveis a uma noção ampla e multifacetada de liberdade (arte contemporânea e design, jornalismo e comunicação, sociabilidades e religiosidades, educação cívica e ambiental, etc.).

#### **Exposições temporárias:**

- A memória, quer da Ditadura Militar e do Estado Novo, quer da resistência à ditadura (antes e depois do Golpe Militar/Revolução de 25 de Abril de 1974);
- Os ditadores: António de Oliveira Salazar e Marcello Caetano;
- Outros dirigentes do Estado Novo: Pedro Teotónio Pereira, Armindo Monteiro, Santos Costa, etc.;
- Sidonismo, Ditadura Militar e Estado Novo;
- O Estado Novo, a ONU e os “territórios não autónomos”;
- O Estado Novo e as Forças Armadas;
- A propaganda no Estado Novo;
- O ensino no Estado Novo;
- A Igreja e a “ação católica” no Estado Novo;
- O Estado Novo, a OECE/o “Plano Marshall”, a CEE e a EFTA;
- O Estado Novo e a NATO.

### ***3. Centro de Interpretação do Antissemitismo e do Holocausto/Casa-Museu Aristides de Sousa Mendes (Cabanas de Viriato, Carregal do Sal)***

ex-residência familiar

#### **Temas da exposição permanente:**

- Judeus, cripto-judeus e “marranos”, em Portugal, na Europa e no Mundo, durante a Época Contemporânea;
- Sefarditas e asquenazitas; diferentes posturas face à religião e ao Estado-Nação(ões); tradicionalismo, integração, ajudatismo e sionismo; cidadãos, imigrantes, refugiados e exilados;
- Antijudaísmo, antissemitismo (moderado, radical e genocidário), filosemitismo; nacionalismo e darwinismo social, xenofobia e racismo; regimes políticos, “sociedades civis”, violência de massas e genocídio;
- Portugal, as comunas judaicas e os cristãos novos; judeus, criptojudeus e “marranos”; a CIL e a CIP; o Capitão Artur de Barros Basto e a “Obra do Resgate”; a diáspora sefardita e o ladino;

- O regime, o aparelho de Estado e a “sociedade civil” portuguesa de 1933 a 1939, de 1939 a 1941 e de 1941 a 1945; os imigrantes, os refugiados e os exilados de origem judaica; o antissemitismo radical, a violência de massas e o Holocausto;
- Aristides de Sousa Mendes, o MNE e os refugiados de origem judaica;
- A memória social de Aristides de Sousa Mendes.

#### **Exposições temporárias:**

- Aristides de Sousa Mendes, o seu contexto familiar e o seu percurso de vida;
- Joaquim Mendes dos Remédios, o Portugal do último quartel do século XX/do primeiro quartel do século XIX e discursos sobre os judeus;
- A diáspora judaica e o Estado de Israel;
- O ladino e a diáspora sefardita;
- Antijudaísmo, antissemitismo e filosemitismo no Portugal da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX;
- Judeus em Portugal na Época Contemporânea;
- A CIL e a CIP;
- Os “marranos” no Portugal contemporâneo;
- As relações entre Portugal e Israel.

#### **4. Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo (Caramulo, Tondela)**

##### **Temas da exposição permanente:**

- A tuberculose e outras doenças infecto-contagiosas no Portugal, na Europa e no Mundo da primeira metade do século XX;
- Políticas, instituições e organizações de saúde no Portugal da Primeira metade do século XX em comparação com outros países da Europa e do Mundo;
- A Estância Sanatorial do Caramulo e a resposta de Portugal ao problema da tuberculose na primeira metade do século XX;
- Doentes e famílias, médicos e enfermeiros, funcionários e comunidades envolventes;
- A Família Lacerda e a Estância Sanatorial do Caramulo;
- A Estância Sanatorial do Caramulo, António de Oliveira Salazar e o Estado Novo;
- A Estância Sanatorial do Caramulo depois da “Época da tuberculose”.

##### **Exposições temporárias:**

- Quotidianos na Estância Sanatorial do Caramulo;
- A tuberculose na produção artística;
- Políticas de saúde em Portugal e noutros países;
- Outros sanatórios em Portugal;
- Outras “exceções à regra”: o percurso de Bissaya Barreto;
- Projetos de salvaguarda e revitalização da Estância Sanatorial do Caramulo.

### **5. Centro de Interpretação da Primeira República/Afonso Costa (Seia)**

ex-escola primária

#### **Temas da exposição permanente:**

- Seia e o contexto familiar;
- Biografia pessoal, profissional e política de Afonso Costa;
- A fase da “propaganda republicana”;
- A Primeira República;
- A Ditadura Militar e o Estado Novo;
- A memória de Afonso Costa e da Primeira República;
- A Europa e o Mundo no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- Ligações a fenómenos atuais associáveis (condições sócio-económicas e sócio-culturais, ideologias e regimes políticos, religiosidades e sociedades; arte contemporânea e design, jornalismo e comunicação, sociabilidades e religiosidades, educação cívica e ambiental).

#### **Exposições temporárias:**

- Seia no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- Coimbra e a Universidade de Coimbra no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- Lisboa no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- O PRP e outras organizações republicanas;
- A Primeira Grande Guerra;
- O sidonismo;
- O Tratado de Versalhes e a SDN;
- A crise dos regimes demoliberaes em Portugal, na Europa e no Mundo.

## **Estruturas de governação e gestão:**

1. Estatutos
2. Direção
3. Conselho Consultivo (unidades de investigação, subunidades orgânicas de instituições de ensino superior, Museu da Presidência da República, associações cívicas: Alberto De Bernardi, Fernando Rosas, Avraham Milgram, Elvira de Azevedo Mea, José Pacheco Pereira, Luís Farinha, Raquel Henriques da Silva; Museu da Presidência da República, Casa dos Patudos, APCM, DHEEAA/FLUC, CEIS20/UC, DH/FCSH/UNL, IHC/FCSH/UNL, DHEPI/FLUP, CITCEM/UP, DH/UE, DH/UM, DH/FLUL, DH/ISCTE-IUL, ICS/UL, CEHR/UCP)
4. Gabinete de Investigação
5. Serviço de Relações Públicas (imagem e comunicação, angariação de públicos, acompanhamento de públicos, acessibilidade(s))
6. Recepções, auditórios e segurança
7. Lojas e cafetarias
8. Laboratório de conservação e conservação preventiva
9. Reserva técnica
10. Atelier de museografia
11. Acessibilidade
12. Centro de Documentação (documentação escrita de arquivo e impressa, documentação gráfica e audio-visual, documentação material, documentação oral de memória e de pós-memória, livros/revistas e filmes, etc.).

## **Modalidades de funcionamento:**

- Exposições de longa duração (objetos de valor intrínseco e cenografia, textos e conteúdos multimédia com diferentes dimensões/acessos, cronologias e organigramas);
- Produção e permuta de exposições temporárias (objetos de valor intrínseco e cenografia, textos e conteúdos multimédia com diferentes dimensões/acessos, cronologias e organigramas);
- Organização de eventos (locais e concelhios, regionais e nacionais, internacionais);
- Colóquios e cursos + publicações e outros produtos;
- Correlacionamento com educação e formação formais, lazer e turismo;
- Ligações a Coimbra (Universidade de Coimbra — Alta e Sofia, Portugal dos Pequenitos), Arouca, Viseu, Serra da Estrela.

## CONTAS 2019

O ano 2019 foi marcado pela continuidade do PDR – FEADER, a Cooperação, o SIFE - FERDER e FSE, pela continuidade/conclusão da formação do POISE - Capacitação para a Inclusão, sem esquecer a preparação de candidaturas tais como: o CLDS 4G de Santa Comba Dão, o F4F de Mortágua e os Centros Interpretativos.

É de salientar que, a contabilidade se encontra organizada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e que, para uma análise adequada dos valores das contas, se encontram em anexo quatro documentos produzidos pelos serviços de contabilidade, de acordo com a Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), no anexo 1 - Demonstração de Resultados por Natureza; Anexo 2 - Balanço e o Anexo 3 - Anexo às Demonstrações Financeiras para o ano de 2019.

Importa então, analisar a situação das contas neste ano, no que respeita às questões que se referem aos rendimentos e aos custos.

### Demonstração de Resultados por Naturezas

A demonstração de resultados por naturezas revela um resultado líquido positivo do período, no valor de 95.982,15€ cuja estrutura de Rendimentos e Gastos é a seguinte:

- Subsídios, Doações e Legados à exploração (75) = +488.774,94 €
- Fornecimentos e Serviços Externos (62) = - 176.303,54€;
- Gastos com o Pessoal (63) = - 281.818,86€;
- Gastos de Depreciação e Amortização (64) = -6.251,03€;
- Outros Rendimentos (78) = + 77.033,51€;
- Outros Gastos (68) = - 5.586,74€;
- Juros e Rendimentos Similares Obtidos (79) = + 139,43€;
- Juros e Rendimentos Similares Suportados (69) = 5,56€
- Resultado Líquido do Período = + 95.982,15€

Para um melhor entendimento dos valores que dão suporte aos dados da demonstração de resultados, passamos a apresentar algumas notas explicativas aos mesmos:

- **Subsídios, doações e legados à exploração (75)** - Esta conta apresenta um saldo de +488.774,94€ que provêm do Estado e Outros Entes Públicos, mais concretamente do PRD 2020 – Medida 10.4.1.- Funcionamento e animação, da Medida 10.3.1.- Cooperação Interterritorial e Transnacional – GREEN Economy, Aldeias de Portugal e Entre Serras e da Medida 20.2.1.- Assistência Técnica - Rede Rural Nacional, do POI SE – Tipologia 3.05 – Capacitação para a Inclusão e do PORCentro – CCDRC – Capacitação Institucional nas parcerias DLBC.

- **Fornecimentos e serviços externos (62)** - Esta conta apresenta o saldo de 88.833,88€, em custos suportados com o funcionamento dos projetos e da Associação, tais como: trabalhos especializados, publicidade e propaganda, vigilância, honorários, conservação e reparações, livros e documentação técnica, material de escritório, artigos para oferta, eletricidade, combustíveis, água, deslocações e estadas, serviços diversos, rendas e alugueres, comunicação, seguros, contencioso e notariado, despesas de representação, limpeza e higiene e conforto, outros serviços e gastos com garantias bancárias, subdivididos da seguinte forma:

- Trabalhos especializados no valor de 51.876,81€, com especial destaque para a prestação de serviços, da Made In Action, Lda (9.225,00€) e da Mestreclique, Lda (7.086,63€.) no apoio à execução da candidatura da formação, no âmbito do POISE e da Cancela Contabilidade, Lda (6.180,75€);
- A publicidade e propaganda no valor de 5.869,03€, com destaque para a Blackmedia (2.706,00€) com a produção de do vídeo institucional, a CIM-RC (1.208,00€) com a participação na “Fête des Vendanges-2017”, e a publicação de anúncios e spots publicitários para a promoção e divulgação das medidas do PACTO 2020;
- Honorários no valor de 70.333,20€ com especial relevo para a prestação de serviços dos formadores do POI SE;
- Conservação e reparações no montante de 2.014,00€, com destaque para os serviços de manutenção das viaturas e de equipamentos;
- Os materiais de escritório e outros artigos, no valor de 13.005,97€, adquiridos em especial para a formação e funcionamento geral da associação;
- A energia e os fluídos no valor de 6.881,81€, com os custos energéticos e consumo de água, para o funcionamento geral da Associação, consumo de combustíveis para as deslocações efetuadas para participação em seminários, congressos, reuniões e ações de formação e as relacionadas com o acompanhamento do PDR2020 e do S12E e acompanhamento das ações de formação a decorrer nos diversos concelhos;
- Deslocações, estadas e transportes no montante de 5.860,13€, com destaque para a participação no projeto de cooperação Green Economy - Luxemburgo, as portagens nas deslocações relacionadas com as participações em seminários, workshops, reuniões e ações de formação;
- Serviços diversos, no valor de 19.969,39€ distribuídos por:
  - Rendas e alugueres com o montante de 4.760,87€, relativo ao arrendamento de espaços e aluguer de equipamentos para o bom desenrolar das acções de formação a decorrer no âmbito do POI SE;
  - Comunicação no valor de 3.408,38€, com especial incidência na relacionada com o acompanhamento PDR2020, do S12E e da Formação - POI SE;
  - Seguro das viaturas, multiriscos do edifício e dos painéis solares, no valor de 2.068,23€;

- Contencioso e notariado no valor de 76,51€;
- Despesas de representação no valor de 1.969,38€;
- Limpeza, higiene e conforto no valor de 1.881,89€;
- Outros serviços no valor de 2.631,96€, em custos com serviços bancários nomeadamente os custos de manutenção da conta corrente, anuidades dos cartões MB e transferências interbancárias;
- Gastos com a garantia bancária necessária para o adiantamento funcionamento, no âmbito do PDR2020, no valor de 3.172,17€.

- **Gastos com Pessoal (63)** - Esta conta apresenta o saldo de 281.818,86€. Destacando-se aqui o facto de serem apenas 6 os funcionários ao serviço, em 2019.

Os custos encontram-se repartidos entre:

- Remunerações com o pessoal, que englobam os subsídios de férias e natal, no valor de 147.786,98€;
- Bolsas de formação a formandos, no montante de 48.200,19€;
- Ajudas de custo no valor de 1.688,96€;
- Encargos sobre remunerações num total de 35.056,50€; em TSU, CGA, ADSE e Fundo de Garantia;
- Seguros de acidentes de trabalho no valor de 1.956,82€;
- Seguros de acidentes pessoais dos formandos, no montante de 892,42€;
- Medicina no Trabalho num total de 290,70€;
- Subsídio de alimentação dos técnicos no valor de 5.824,17€;
- Subsídio de alimentação dos formandos num total de 32.650,65€;
- Subsídio de transporte dos formandos, no montante de 6.353,72€;
- Abono para falhas no valor de 1 200,00€.

- **Outros Rendimentos (78)** - Esta conta apresenta um saldo de 77.033,51€, com especial destaque para os rendimentos que advêm das quotizações dos associados, no valor de 74.820,00€, a receita proveniente da miniprodução de energia dos painéis fotovoltaicos no valor de 2.213,51€

- **Outros Gastos (68)** - Esta conta apresenta um saldo de 5.586,74€, com destaque para:

- Impostos no montante de 3.508,11€, com especial destaque para o IMI e o IUC;
- Quotização da Federação Munha terra, no montante de 2.000,00€.

- **Juros e rendimentos similares obtidos (79)** - Esta conta apresenta um saldo de 139,43€ de onde se relevam os juros obtidos das aplicações financeiras.

- **Juros e rendimentos similares suportados (69)** - 5,56€



**Resultado líquido do período (818)** - Esta conta apresenta um saldo de +95.982,15€.

## Balanço

Para um melhor entendimento dos valores que dão suporte aos dados do balanço, passamos a apresentar algumas notas explicativas aos mesmos:

### **Ativo não corrente: €785.700,86**

- Ativos Fixos Tangíveis (43) - Esta conta apresenta um saldo de 779.707,88€, distribuído entre terreno, edifício e outras construções, equipamento administrativo e de transporte e as depreciações acumuladas.
- Ativos Intangíveis (44) - Esta conta apresenta um saldo de 1.051,65€, devido à aquisição de programas para computadores.
- Investimentos Financeiros (41) - Esta conta apresenta o saldo de 4.941,33€, em que 4.000,00€ correspondem à participação da ADICES no Capital Social da ProRegiões, Lda e 941,33€ ao Fundo de compensação do trabalho.

### **Ativo corrente: €455.705,19**

- Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros (26) - Esta conta apresenta o saldo de 10 000,00€, que diz respeito ao capital subscrito na ProRegiões, Lda.
- Outras ativos correntes (14) - Esta conta apresenta o saldo de 125.000,00€, que engloba os valores aplicados a prazo na CCAM.
- Caixa e Depósitos bancários (11/12) - Estas contas apresentam o saldo de 271.822,01€.

### **Fundos Patrimoniais: €1.236.445,20**

- Resultados Transitados (56) - Apresentando o saldo de 686.536,31€ resultados transitados de anos anteriores.
- Excedentes de revalorização - Apresentando o saldo de 648.437,26€, valor atribuído ao património da ADICES (edifício sede, viaturas, equipamentos administrativos e outros).
- Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais - Apresentando o saldo de 194 511,12€, que diz respeito à doação dos *Dumpers* ao Município e Juntas de Freguesia de Carregal do Sal, ocorrida em 2014.
- Resultados líquidos do período (818) - Esta conta apresenta o saldo de 95.982,15€.

### **Passivo corrente: €4.960,85**

Estado e outros entes Públicos (24) - Esta conta apresenta o saldo de 6.823,46€ e refere-se a valores relativos a Segurança Social, IRS, CGA e ADSE, a regularizar em janeiro de 2019.

## CONCLUSÃO

A análise económico-financeira apresentada sintetiza os resultados alcançados pela ADICES, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019.

Pelo exposto conclui-se que a ADICES obteve um Resultado Contabilístico Positivo no exercício de 2019 no valor de 95.982,15€, aumentando assim os seus Fundos Patrimoniais neste valor.

A Direção propõe à Assembleia-geral, a aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2019 e ainda que os resultados sejam contabilizados como resultados transitados.

## ADICES – Associação de Desenvolvimento Local

*Santa Comba Dão, 29 de abril de 2020*

# ANEXOS

## Balanço (31.12.2019)

ATIVO	DATAS		VARIACÃO	
	31-12-2019	31-12-2018		
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis	779 707,88	785 897,41	-6 189,53	-0,01 €
Bens do património histórico e cultural			0,00	
Ativos Intangíveis	1 051,65	1 051,65	0,00	0,00 €
Investimentos Financeiros	4 941,33	4 653,66	287,67	0,06 €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00	
Outros créditos e ativos não correntes			0,00	
	785 700,86	791 602,72	-5 901,86	-0,01 €
<b>Ativo corrente</b>				
Inventários			0,00	
Créditos a receber	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00 €
Diferimentos			0,00	
Outros ativos correntes	173 883,18	166 749,62	7 133,56	0,04 €
Caixa e depósitos bancários	271 822,01	180 327,37	91 494,64	0,51 €
	455 705,19	357 076,99	98 628,20	0,28 €
<b>Total do ativo</b>	<b>1 241 406,05</b>	<b>1 148 679,71</b>	<b>92 726,34</b>	<b>0,08 €</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>				
Fundos			0,00	
Excedentes técnicos			0,00	
Reservas			0,00	
Resultados transitados	686 536,91	662 487,33	24 049,58	0,04
Excedentes de revalorização	648 437,26	648 437,26	0,00	0,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	-194 511,12	-194 511,12	0,00	0,00
Resultado líquido do período	95 982,15	24 048,98	71 933,17	2,99
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>	<b>1 236 445,20</b>	<b>1 140 462,45</b>	<b>95 982,75</b>	<b>0,08</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Provisões			0,00	
Provisões específicas			0,00	
Financiamentos obtidos			0,00	
Outras dívidas a pagar			0,00	
	0,00	0,00	0,00	
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	-1 862,83	1 535,67	-3 398,50	-2,21
Estado e outros entes públicos	6 823,68	6 681,59	142,09	0,02
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00	
Financiamentos obtidos			0,00	
Diferimentos			0,00	
Outros passivos correntes	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
	4 960,85	8 217,26	-3 256,41	-0,40
<b>Total do Passivo</b>	<b>4 960,85</b>	<b>8 217,26</b>	<b>-3 256,41</b>	<b>-0,40</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>	<b>1 241 406,05</b>	<b>1 148 679,71</b>	<b>92 726,34</b>	<b>0,08</b>

**Demonstração de Resultado por Natureza (31.12.2019)**

	RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	DATAS		VARIACÃO
	31-12-2019	31-12-2018		31-12-2019	31-12-2018	
Vendas e serviços prestados						
Subsídios, doações e legados à exploração						
Variação nos inventários de produção				285 812,83	202 962,11	71%
Trabalhos para a própria entidade						
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas						
Fornecimentos e serviços externos				-176 303,54	-87 469,66	98%
Gastos com o pessoal				-281 818,86	-32 495,07	13%
Gastos de Depreciação e Amortização				-6 251,03	-1,03	0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)						
Provisões (aumentos / reduções)						
Provisões específicas (aumentos/reduções)						
Outras imparidades (perdas / reversões)						
Aumentos / reduções de justo valor						
Outros rendimentos				77 033,51	-11 086,70	-13%
Outros gastos				-5 586,74	26,98	0%
<b>Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos</b>				<b>23 911,65</b>	<b>71 936,63</b>	<b>301%</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização						
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>				<b>23 911,65</b>	<b>71 936,63</b>	<b>301%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos				139,43	2,10	2%
Juros e rendimentos similares suportados				-5,56	-5,56	#DIV/0!
<b>Resultado antes de impostos</b>				<b>24 048,98</b>	<b>71 933,17</b>	<b>299%</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>						
<b>Resultado líquido do período</b>				<b>24 048,98</b>	<b>71 933,17</b>	<b>299%</b>

## Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Direto)

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2019	2018
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes		0,00	1 670,77
Pagamentos a Fornecedores		-99 721,88	-9 319,35
Pagamentos ao Pessoal		-195 645,45	-249 323,79
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-295 367,33</b>	<b>-256 972,37</b>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		34,86	194,53
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		154 358,77	116 259,63
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>-140 973,70</b>	<b>-140 518,21</b>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			0,00
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros			0,00
Outros Activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Activos			
Subsídios ao investimento		232 334,47	
Juros e rendimentos similares			137,33
Dividendos			
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>232 334,47</b>	<b>137,33</b>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento		139,43	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		-5,56	
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de actividades de financiamento (3)</b>		<b>133,87</b>	<b>0,00</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		91 494,64	-140 380,88
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		180 327,37	320 708,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período		271 822,01	180 327,37

**Demonstração (individual/consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais (31.12.2019)**

NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
	Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transiçoes	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	662.487,33	0,00	648.437,26	-194.511,12	24.048,98	1.140.462,45	0,00	1.140.462,45
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00		0,00
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												0,00		0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.049,58	0,00	0,00	0,00	71.933,17	71.933,17	0,00	71.933,17
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>														
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.049,58	0,00	0,00	0,00	71.933,17	95.982,75	0,00	95.982,75
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	686.536,91	0,00	648.437,26	-194.511,12	95.982,15	1.236.445,20	0,00	1.236.445,20

## Demonstração (individual/consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais (31.12.2019)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais			
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1</b>		0,00			0,00	0,00	636 531,91		648 437,26	-194 511,12	25 955,42	1 116 413,47		1 116 413,47
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00		0,00
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												0,00		0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 955,42	0,00	0,00	0,00	0,00	25 955,42	0,00	25 955,42
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>												0,00		0,00
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>												-1 906,44		-1 906,44
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>														
Realizações de capital														0,00
Realizações de prémios de emissão														0,00
Distribuições														0,00
Entradas para cobertura de perdas														0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	662 487,33	0,00	648 437,26	-194 511,12	24 048,98	1 140 462,45	0,00	1 140 462,45



## **1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A ADICES - Associação de Desenvolvimento Local é uma Associação constituída em 21 de janeiro de 1991, com sede na Avenida General Humberto Delgado, nº 19 em Santa Comba Dão e sem fins lucrativos, à qual foi atribuído o número de contribuinte 502 573 430.

A ADICES é constituída por cinco municípios sendo:

- Município de Águeda
- Município de Carregal do Sal
- Município de Mortágua
- Município de Santa Comba Dão
- Município de Tondela

## **2- REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo – ESNL.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2019, são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

## **3- PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS**

### **Ativos Fixos Tangíveis**

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Não é considerada qualquer quantia residual.

Os dispêndios com reparação que não aumentam a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

### **Imparidade dos Activos**

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos activos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a activos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

### **Custos de Empréstimos Obtidos**

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

### **Instrumentos Financeiros**

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

#### **i) Fornecedores e Outras Dívidas a Terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

## ii) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com um risco de alteração de valor não significativo.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

## Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afetam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras são as que compreendem as vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

#### 4- FLUXOS DE CAIXA

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2019			31.12.2018		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	381,90		381,90	430,35		430,35
	...			0,00			0,00
	Subtotais	381,90	0,00	381,90	430,35	0,00	430,35
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	271 440,11		271 440,11	179 897,02		179 897,02
	Outros depósitos bancários			0,00			0,00
	...			0,00			0,00
	Subtotais	271 440,11	0,00	271 440,11	179 897,02	0,00	179 897,02
Outros equivalentes de caixa	Títulos de Participação			0,00			0,00
	Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Totais</b>		<b>271 822,01</b>	<b>0,00</b>	<b>271 822,01</b>	<b>180 327,37</b>	<b>0,00</b>	<b>180 327,37</b>

#### 5- FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2019	2018
Trabalhos Especializados	51 876,81 €	25 990,52 €
Publicidade e Propaganda	5 869,03 €	6 694,10 €
Vigilância e segurança	60,89 €	60,89 €
Honorários	70 333,20 €	15 000,00 €
Conservação e reparações	2 014,00 €	4 809,79 €
Outros	432,31 €	381,94 €
Livros e documentação técnica	0,00 €	11,92 €
Material de escritório	7 580,93 €	4 560,40 €
Artigos para oferta	5 213,66 €	1 246,50 €
Outros	211,38 €	153,80 €
Eletricidade	3 868,46 €	4 513,55 €
Combustíveis	2 694,64 €	2 798,57 €
Água	318,71 €	258,85 €
Deslocações e estadas	5 860,13 €	8 206,61 €
Rendas e alugueres	4 760,87 €	1 787,80 €
Comunicação	3 408,38 €	2 722,04 €
Seguros	2 068,23 €	1 692,51 €
Contencioso e notariado	76,51 €	95,12 €
Despesas de representação	1 969,38 €	249,40 €
Limpeza, higiene e conforto	1 881,89 €	1 780,18 €
Outro serviços	2 631,96 €	3 633,52 €
Gasto com garantias bancárias	3 172,17 €	2 185,87 €
<b>TOTAL</b>	<b>176 303,54 €</b>	<b>88 833,88 €</b>

## 6- GASTOS COM O PESSOAL

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Vencimentos	195 904,92 €	181 594,10 €
Ajudas de custo	1 688,96 €	1 340,33 €
Encargos com remunerações	35 033,19 €	35 652,93 €
Fundo de garantia do trabalho	23,31 €	21,96 €
Seguro de acidentes no trabalho	2 849,24 €	3 145,45 €
Medicina no trabalho	290,70 €	769,65 €
Subsidio de alimentação	5 824,17 €	6 873,56 €
Subsidio de alimentação - formandos	32 650,65 €	15 492,96 €
Subsidio de transporte - formandos	6 353,72 €	3 217,85 €
Abono para falhas	1 200,00 €	1 200,00 €
Formação externa do pessoal	0,00 €	15,00 €

TOTAL 281 818,86 € 249 323,79 €

## 7- OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos incluem os rendimentos a seguir discriminados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Quotizações	74 820,00 €	74 820,00 €
Painéis fotovoltaicos	2 213,51 €	3 030,12 €
Ganhos em sinistros	0,00 €	1 321,60 €
Correções relativas a anos anteriores	0,00 €	8 948,49 €

TOTAL 77 033,51 € 88 120,21 €

## 8- OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas correspondem a gastos relativos às seguintes sub rubricas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos directos		
IMI - Imposto municipal sobre imóveis	3 230,02 €	3 230,02 €
Comissões bancárias	0,00 €	0,00 €
IUC das viaturas	278,09 €	274,65 €
Taxas	0,00 €	109,05 €
Quotizações - Minha Terra	2 000,00 €	2 000,00 €
Outros não especificados	78,63 €	0,00 €

TOTAL 5 586,74 € 5 613,72 €

## 9- ACTIVO FIXO TANGÍVEL

Equipamento básico	168 270,16 €	168 270,16 €
Equipamento de transporte	38 139,91 €	38 139,91 €
Equipamento administrativo	82 113,52 €	82 052,02 €
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>39 505,05 €</b>	<b>39 505,05 €</b>
Diminuições		
Depreciações	-26 980,32 €	-20 729,29 €
<b>Quantia escriturada líquida final</b>	<b>779 707,88 €</b>	<b>785 897,41 €</b>

## 10- JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

	2019	2018
Juros suportados	5,56 €	0,00 €
	<b>5,56 €</b>	<b>0,00 €</b>

## 11- CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica clientes apresentava as seguintes maturidades:

a Receber	2019	2018
< 90 dias	0,00 €	0,00 €
90 - 180 dias	0,00 €	0,00 €
>180 dias	0,00 €	0,00 €
	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>

## 12- ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias (activo):

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IRC	425,71 €	426,22 €
IRS - trabalho dependente	2 352,00 €	2 411,00 €
IRS - Trabalho Independente	290,20 €	-159,80 €
TSU - segurança Social	3 668,53 €	4 429,07 €
ADSE	-0,25 €	-876,76 €
Caixa Geral de Aposentações	87,49 €	451,86 €
<b>TOTAL</b>	<b>6 823,68 €</b>	<b>6 681,59 €</b>

## 13- OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Acréscimos de rendimentos:</b>		
Interreg III C	3 849,09 €	3 849,09 €
Portugal 2020-PDR- Medida 10,4,1	-22 629,96 €	25 247,44 €
Portugal 2020-PDR-Medida 20,2,2	4 966,66 €	2 502,55 €
Portugal 2020-PDR- Medida 10,3,1 - GREEN	39 949,32 €	9 775,70 €
Portugal 2020-PDR-Medida 10,3,1 - Aldeia	604,53 €	146,55 €
Portugal 2020-PDR-Medida 10,3,1 - SERRAS	196,99 €	95,06 €
Portugal 2020 - POISE - Inclusão	81 521,18 €	73 693,81 €
Portugal 2020 - CENTRO - FSE	88 270,53 €	49 579,67 €
<b>Adiantamentos:</b>		
Adiantamento PDR - Medida 10,4,1	-128 291,80 €	-128 291,80 €
Adiantamento POISE INCLUSAO	-24 704,91 €	0,00 €
Município de Santa Comba Dão	-12,43 €	-12,43 €
Município de Mortágua	-23,57 €	-23,57 €
<b>Municípios - Quotas:</b>		
Município de Santa Comba Dão	3 940,55 €	3 940,55 €
Município de Águeda	1 247,00 €	1 247,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>48 883,18 €</b>	<b>41 749,62 €</b>

## 14- CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica caixa e depósitos bancários apresentava as seguintes composições:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	381,90 €	430,35 €
Depósitos bancários		
CA - Caixa Agrícola	200 363,75 €	140 403,18 €
CGD - Caixa Geral de Depósitos	71 076,36 €	39 493,84 €
<b>TOTAL</b>	<b>271 822,01 €</b>	<b>180 327,37 €</b>

## 15- FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica fornecedora apresentava as seguintes maturidades:

<u>a Pagar</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
< 90 dias	1 862,83 €	1 535,67 €
90 - 180 dias	0,00 €	0,00 €
>180 dias	0,00 €	0,00 €
	<b>1 862,83 €</b>	<b>1 535,67 €</b>

A Direção

---

O Contabilista Certificado

---

Santa Comba Dão, 31 de dezembro de 2019





h

# Relatório de Atividades e Contas de 2019



Maio de 2020

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>EIXO ESTRATÉGICO – VALORIZAÇÃO DA ECONOMIA VERDE, COM BASE NOS ATIVOS DO TERRITÓRIO</b>	<b>4</b>
<b>Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural (FEADER)</b>	<b>5</b>
Avisos de Abertura de Concurso	5
Processo de Análise dos Pedidos de Apoio (PA)	6
Processo de Decisão dos Pedidos de Apoio (PA)	7
Processo de Contratação dos Pedidos de Apoio (PA)	8
Processo de Execução das operações aprovadas e contratualizadas (2019)	9
Relacionamento com a Autoridade de Gestão	10
Relacionamento com o Organismo Pagador	11
Articulação com outras medidas do PDR e outros instrumentos de Políticas do Território	11
<b>Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)</b>	<b>13</b>
Avisos de Abertura de Concurso	13
Processo de Análise das candidaturas FEDER	14
Processo de Decisão das candidaturas FEDER	15
Processo de Contratação das candidaturas FEDER	16
Processo de Execução das candidaturas (FEDER)	16
<b>Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Social Europeu (FSE)</b>	<b>18</b>
Aviso de Concurso	18
Processo de Análise das candidaturas FSE	18
Processo de Decisão das candidaturas FSE	20
Processo de Contratação das Operações FSE	21
Processo de Execução das Operações FSE	21
<b>IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>	<b>24</b>
Atividade: PACTO 2020 - Informação	24
Atividade: PACTO 2020 – REDE	24
Atividade: Iniciativas Locais, Nacionais e Internacionais	25
Atividade: Empreendedorismo	27
<b>COOPERAÇÃO</b>	<b>35</b>
<b>Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo</b>	<b>38</b>
1. Centro de Interpretação da Primeira República/Casa-Museu António José de Almeida (Vale da Vinha, Penacova)	40
2. Centro de Interpretação do Estado Novo (Vimieiro, Santa Comba Dão)	41
3. Centro de Interpretação do Antissemitismo e do Holocausto/Casa-Museu Aristides de Sousa Mendes (Cabanas de Viriato, Carregal do Sal)	42
4. Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo (Caramulo, Tondela)	43
5. Centro de Interpretação da Primeira República/Afonso Costa (Seia)	44
<b>CONTAS 2019</b>	<b>46</b>
Demonstração de Resultados por Naturezas	46
Balço	49
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>50</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>51</b>
Balço (31.12.2019)	52
Demonstração de Resultado por Natureza (31.12.2019)	53
Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Direto)	54
Demonstração (individual/consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais (31.12.2019)	55
Anexo às demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019	57

## INTRODUÇÃO

Nestes 29 anos de intensa atividade a ADICES tem contribuído de forma intensa e determinante para o desenvolvimento do seu Território de Intervenção.

No ano de 2019 esse desidrato não foi diferente. Com uma importante dinâmica na abertura de avisos e análise das diferentes candidaturas apresentadas no âmbito da medida 10 – Abordagem LEADER.

Foi também um período em que foi possível ajustar financeiramente as verbas atribuídas às solicitações que nos foram chegando em ordem a uma melhor resposta à dinâmica do Território e a uma boa execução financeira.

Em 2019 foram, também, efetuadas diversas validações aos pedidos de alteração da execução dos projetos SIZÉ na vertente FEDER e FSE.

No contexto da atividade formativa da ADICES ministrada no decurso do ano de 2019, esta caracterizou-se pela continuidade e encerramento do projeto formativo: “Capacitação para a Inclusão”, iniciativa desenvolvida pela ADICES em parceria com os CLAS – Conselhos Locais de Ação Social e os Municípios do território de intervenção. A conclusão desta candidatura permitiu à ADICES dar continuidade ao seu trabalho de participação e envolvimento ativo junto dos atores e entidades locais, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento do nosso território, potenciando a empregabilidade e reduzindo a vulnerabilidade económica da população local. Este plano de formação teve início ainda em 2018, (4 junho) e decorreu durante todo o ano de 2019, era composto por 11 cursos com 28 ações, e foram dinamizadas nos 5 concelhos de intervenção da Associação, nomeadamente Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela. Importa também realçar que estiveram envolvidos neste projeto 453 formandos dos quais 406 foram certificados com aproveitamento.

No que respeita à Cooperação, a ADICES viu este ano de 2019 duas candidaturas aprovadas, que serão relevantes para a dinamização do nosso território. Trata-se de um projeto de Cooperação transnacional denominado “Economia Verde – uso múltiplo da floresta”, já iniciado e um projeto com parceiros GAL’s nacionais “Aldeias de Portugal” a iniciar em 2020.

A Direção

ADICES, 29 de maio de 2020

## EIXO ESTRATÉGICO – VALORIZAÇÃO DA ECONOMIA VERDE, COM BASE NOS ATIVOS DO TERRITÓRIO

No ano de 2019, a ADICES deu continuidade ao trabalho das ações de encerramento da Iniciativa LEADER/PRODER (inserida na ELD que foi aprovada no quadro de programação anterior), ao nível do acompanhamento pós execução das operações, de acordo com os termos contratuais estipulados e regulamentados.

A Equipa Técnica Local (ETL) apenas procedeu ao acompanhamento e monitorização da atividade dos promotores e a realização de pontos de situação às operações aprovadas e executadas. Não existiram casos que originassem a reanálise dos pedidos de pagamento, por alterações contratuais.

Na implementação da matriz desenhada no **Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) rural / ADICES – Pacto 2020**, verificou-se a inexistência de consonância entre a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e a estrutura orçamental aprovada. De registar que essa situação é mais visível na tipologia de apoio FEADER.

Relativamente à avaliação importa referir de que se encontra prevista uma metodologia *on-going* implementada a diversos níveis: pela Equipa Técnica Local (ETL) no acompanhamento, esclarecimento e monitorização contínua dos Pedidos de Apoio, pela ETL nas reuniões semanais da equipa com a monitorização regular do plano de trabalho consubstanciado em relatórios e programações semanais; pelo Órgão de Gestão (OG) com a avaliação dos resultados atingidos; nas reuniões da Assembleia-geral da ADICES, nas quais é apresentado um relatório que contemple a prossecução dos objetivos de natureza qualitativa e quantitativa, incluindo os indicadores de resultado, realização e de impacto. As Plataformas de Intervenção, também, são envolvidas no processo de avaliação, mas ao nível sectorial.

## Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural (FEADER)

Dinamização, receção, análise e acompanhamento ao processo de decisão de candidaturas e apoio técnico à execução física e financeira das operações aprovadas, no âmbito da implementação do PACTO 2020.

### *Avisos de Abertura de Concurso*

No âmbito da implementação do Pacto 2020 – Rotas de Desenvolvimento – Um compromisso para o território, e no que respeita a esta atividade, durante o ano de 2019 foram realizados seis (6) Avisos de Abertura de Concurso, respetivamente: Operação 10.2.1.1 – Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola, Operação 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de produtos agrícolas; Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola; Operação 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais - Componente Cadeias Curtas; Operação 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais - Componente Mercados Locais e Operação 10.2.1.6 – Renovação de Aldeias.

**Quadro n.º 1 – PDR2020 (concursos abertos em 2019 – prazos e dotação orçamental para a apresentação de candidaturas)**

Implementação da EDL	Períodos de abertos no ano	Dotação Despesa Pública
10.2.1.1 Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola	De 15 de julho de 2019 a 20 de setembro de 2019	421 031,05 €
10.2.1.2 Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	De 15 de julho de 2019 a 20 de setembro de 2019	308 973,94 €
10.2.1.3 Diversificação de atividades na exploração agrícola	De 01 de outubro de 2019 a 29 de novembro de 2019	504 482,44 €
10.2.1.4 Cadeias Curtas e Mercados Locais - CC	De 11 de novembro de 2019 a 31 de janeiro de 2020	75 000,00 €
10.2.1.4 Cadeias Curtas e Mercados Locais - ML	De 08 de novembro de 2019 a 31 de janeiro de 2020	25 000,00 €
10.2.1.6 Renovação de Aldeias	De 20 de dezembro de 2019 a 31 de janeiro de 2020	428 052,34 €

No âmbito dos 6 concursos realizados em 2019, foram rececionados 34 Pedidos de Apoio (PA) que totalizavam um investimento de 2.523.184,18€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor total de 1.633.930,59€.

Conforme podemos verificar, através da análise do quadro seguinte, as candidaturas rececionadas estão distribuídas pela Operação 10.2.1.1 – Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola (20 candidaturas); Operação 10.2.1.2 – Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de produtos agrícolas (1 candidatura); Operação 10.2.1.3 – Diversificação de atividades na exploração agrícola (3 candidaturas); Operação 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais - Componente Cadeias Curtas (1 candidatura); Operação 10.2.1.4 – Cadeias Curtas e Mercados Locais - Componente Mercados Locais (2 candidaturas) e Operação 10.2.1.6 – Renovação de Aldeias (7 candidaturas).

Quadro n.º 2 – PDR2020 (Investimento e ajuda pública propostos em concursos do ano 2019)

Operação	Dotação orçamental	Candidaturas apresentadas		
		N.º	Investimento Total	Comparticipação
10.2.1.1	421.031,05 €	20	416.028,96 €	208.014,48 €
10.2.1.2	308.973,94 €	1	140.960,10 €	63.432,05 €
10.2.1.3	504.482,44 €	3	594.257,90 €	297.128,95 €
10.2.1.4	75.000,00 €	1	11.339,94 €	7.868,18 €
10.2.1.4	25.000,00 €	2	173.250,00 €	107.609,11 €
10.2.1.6	428.052,34 €	7	1.187.347,28 €	949.877,82 €
<b>TOTAL</b>	<b>1.762.539,77 €</b>	<b>34</b>	<b>2.523.184,18 €</b>	<b>1.633.930,59 €</b>

### *Processo de Análise dos Pedidos de Apoio (PA)*

O processo de análise, dos Pedidos de Apoio recebidos, iniciou após o termo de apresentação dos mesmos e foi realizado na plataforma eletrónica “Balcão 2020” do PDR2020 (PDR2020-BackOffice).

Este processo de análise tem de cumprir com o estabelecido na Portaria n.º 152/2016, de 25 de maio, na sua redação atual, bem como nas Orientações Técnicas Específicas (OTE’s) e nas Normas de Análise respetivas, que implicam um conjunto de procedimentos de análise faseados e que, para além do trabalho técnico interno da ETL, originam a solicitação de esclarecimentos e processos de audiência prévia aos promotores das operações que, resumidamente se estrutura da seguinte forma:

- Verificação dos critérios de elegibilidade do beneficiário;
- Verificação dos critérios de elegibilidade da operação;
- Verificação da documentação obrigatória;
- Verificação da coerência técnica, económica e financeira;
- Verificação da Despesa Elegível, níveis e limites aos apoios (inclui o apuro da razoabilidade de custos dos investimentos apresentados);
- Pedido de Esclarecimentos;
- Cálculo da Valia Global da Operação (VGO);
- Verificação das condicionantes do Pedido de Apoio;
- Parecer Final do Pedido de Apoio;
- Processo de Audiência Prévia;
- Hierarquização dos Pedidos de Apoio.

De registar que, para além da elevada carga burocrática, o processo de análise dos PA, devido a interpretações e orientações técnicas que, entretanto, vão sendo apresentadas aos GAL,



alterando procedimentos e análises e que originam a necessidade de rever situações pontuais, contribui para a morosidade do processo de decisão.

Finda a análise de todas as candidaturas apresentadas no mesmo período e após a audiência dos interessados, o GAL procede à hierarquização das mesmas através do Sistema de Informação do PDR2020, em função da Valia Global da Operação (VGO), dos critérios de desempate estabelecidos nos Regimes de Aplicação e nos Anúncios de abertura, de acordo com a dotação orçamental definida para cada período de abertura.

### *Processo de Decisão dos Pedidos de Apoio (PA)*

A decisão final sobre a aprovação dos Pedidos de Apoio, decorre da deliberação do Órgão de Gestão da ADICES, em função da pontuação obtida no cálculo da VGO e até ao limite da dotação orçamental disponível. A decisão é sempre precedida de audição da Comissão de Gestão do PDR2020, a qual é efetuada mediante consulta escrita com a apresentação das listagens das candidaturas selecionadas para decisão. Após a consulta, a Gestora profere decisão final, em despacho exarado sobre as listagens das candidaturas e o relatório da consulta efetuada.

A notificação da decisão ao beneficiário é efetuada por via eletrónica, através do Sistema de Informação do PDR2020 e, após homologação da operação quando esta existir.

Assim, no decorrer da análise das 24 candidaturas rececionadas no decorrer dos 3 avisos de concurso com término em 2019, verificamos que existiram 8 candidaturas aprovadas na operação 10.2.1.1. Registe-se que existiram 3 candidaturas cuja análise finalizou no ano de 2020 com parecer favorável. As restantes candidaturas obtiveram parecer desfavorável. Relativamente à operação 10.2.1.2 a única candidatura apresentada obteve parecer desfavorável. Na operação 10.2.1.3, embora as análises tenham finalizado no ano 2019, as decisões após as Audiências de Interessados ocorreram já no ano de 2020.

**Quadro n.º 3 – PDR2020 (Investimento e ajuda pública aprovado em concursos do ano 2019)**

Operação	Candidaturas Aprovadas			N.º postos trabalho criados
	N.º	Inv. Total	Comparticipação	
10.2.1.1 - Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	20	115 370,92 €	57 685,46 €	8
10.2.1.2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	1	0,00 €	0,00 €	0
10.2.1.3 - Diversificação de atividades na Exploração Agrícola	3	Em análise		
10.2.1.4 - Cadeias Curtas e Mercados Locais - Componente Cadeias Curtas	1	Concurso finalizou a 31.01.2020		
10.2.1.4 - Cadeias Curtas e Mercados Locais - Componente Mercados Locais	2	Concurso finalizou a 31.01.2020		
10.2.1.6 - Renovação de Aldeias	7	Concurso finalizou a 31.01.2020		
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>115 370,92 €</b>	<b>57 685,46 €</b>	<b>8</b>

De salientar, também, que o aviso de concurso à operação 10.2.1.4, nas suas duas componentes, e 10.2.1.6 finalizaram a 31.01.2020, pelo que não foram considerados os montantes referentes a esse aviso. No entanto, foram rececionadas 3 candidaturas à medida 10.2.1.4 (nas suas duas componentes), que totalizavam um investimento total de 184.589,94€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor de 115.477,29€ e, na medida 10.2.1.6, foram rececionadas 7 candidaturas que totalizavam um investimento total de 1.187.347,28€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor de 949.877,82€.

Registe-se que, dos projetos aprovados pela ADICES, a medida 10.2.1.1 é aquela onde se verifica uma maior incidência. Verificamos, também, que Santa Comba Dão é o concelho em que mais projetos foram aprovados, seguido de perto pelo concelho de Águeda e Tondela. Mortágua é o concelho onde se verifica uma dinâmica mais fraca.

Quadro n.º 4 – PDR2020 (Distribuição por concelho / Nº de projetos aprovados no ano 2019)

Operação	Águeda	Carregal do Sal	Mortágua	Santa Comba Dão	Tondela	TOTAL
10.2.1.1	12	5	1	14	11	43
10.2.1.2	1	1	1	0	2	5
10.2.1.3	1	3	1	0	0	5
10.2.1.4	0	0	0	0	0	0
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6	0	1	1	1	0	3
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>15</b>	<b>13</b>	<b>56</b>

### *Processo de Contratação dos Pedidos de Apoio (PA)*

A comunicação dos dados de aprovação das candidaturas é realizada entre o sistema de informação da Autoridade de Gestão (AG) e o IFAP, IP via *web service* de interoperabilidade, para garantir a qualidade da informação e para que este último (IFAP) possa proceder à contratualização das operações aprovadas.

Importa registar, que neste processo o IFAP, I.P. poderá selecionar um (ou mais) projeto(s) para efeitos de Controlo de Qualidade.

Após verificação dos dados e autorização da disponibilização dos termos de aceitação das operações pelo IFAP, é desencadeado automaticamente pelo Sistema de Informação do IFAP (SIIFAP), encontrando-se na área reservada do beneficiário, a disponibilização do termo de aceitação, onde se encontram refletidas as condições de aprovação do projeto.

O promotor recebe uma mensagem de correio eletrónico, para o endereço que consta da sua identificação de beneficiário (IB), a informar da disponibilização do termo e do prazo para a sua aceitação. A assinatura deste é efetuada digitalmente, através do utilizador e palavra-chave do



beneficiário, sendo que após a sua assinatura, o formulário do pedido de pagamento fica disponível para a sua formalização.

Importa registar que, torna-se fundamental a atualização do endereço eletrónico da Identificação do Beneficiário (IB) para evitar constrangimentos desnecessários.

Neste contexto e, no conjunto das operações em processo de contratualização, regista-se apenas um caso de anulação do termo de aceitação, por incumprimento de prazos para a sua aceitação.

Quadro n.º 5 – PDR2020 (Distribuição por concelho dos projetos contratualizados no ano 2019)

Operação	Águeda	Carregal do Sal	Mortágua	Santa Comba Dão	Tondela	TOTAL
10.2.1.1	10	5	0	10	7	32
10.2.1.2	1	1	0	0	2	4
10.2.1.3	0	1	1	0	0	2
10.2.1.4	0	0	0	0	0	0
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6	0	1	1	1	0	3
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>41</b>

### *Processo de Execução das operações aprovadas e contratualizadas (2019)*

O trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2019 serviu de base para a execução financeira da ADICES, para o atual período de atuação, refletindo-se positivamente na aprovação e acompanhamento de projetos de relevância para o território, fomentando e incentivando ao investimento local e prosseguindo com os objetivos inscritos no âmbito do PACTO 2020 e sua Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL).

Importa recordar que a execução da EDL resulta de uma intervenção plurianual, tratando-se de um trabalho pluridisciplinar de continuidade, construído em torno de um sistema cíclico de abertura de candidaturas, análise de candidaturas, aprovação de pedidos de apoio, contratação e execução de projetos.

Atendendo aos diferentes ritmos de trabalho encetados não somente pelo GAL ADICES, como pelos beneficiários do programa, verifica-se com frequência a sobreposição e ocorrência simultânea de momentos distintos nas fases de operacionalidade da EDL e da execução das operações.

Esta situação foi particularmente evidente na execução da EDL no ano de 2019, em que, além do processo de análise, aprovação e contratação das operações, na sequência dos concursos realizados, foi ainda iniciado o acompanhamento da execução física e financeira das mesmas, conforme refletido no quadro n.º 6.

Quadro n.º 6 – PDR2020 (Nº de projetos com execução registados no ano 2019)

Operação	Águeda	Carregal do Sal	Mortágua	Santa Comba Dão	Tondela	TOTAL
10.2.1.1	7	5	0	5	5	22
10.2.1.2	1	0	0	0	2	3
10.2.1.3	0	0	1	0	0	1
10.2.1.4	0	0	0	0	0	0
10.2.1.5	0	0	0	0	0	0
10.2.1.6	0	1	1	1	0	3
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>29</b>

Registe-se que, para 2020, a ADICES tem prevista ações de acompanhamento, esclarecimento e apoio aos potenciais beneficiários, para que estes apresentem as suas ideias de negócio devidamente fundamentadas e organizadas e em conformidade com os aspetos legais exigidos nos avisos de abertura de concurso, com vista ao conseguimento das metas e indicadores do programa.

Imagens de alguns projetos apoiados pelo PACTO 2020



### *Relacionamento com a Autoridade de Gestão*

O trabalho de preparação, desenvolvimento e consolidação da EDL, implica a um relacionamento direto e permanente entre a ADICES e a Autoridade de Gestão do PDR2020, em conformidade com os procedimentos e orientações definidos nos regulamentos para a implementação das Estratégias Locais de Desenvolvimento.

Durante o ano de 2019, verificou-se um contacto regular por correio eletrónico e contacto telefónico entre o GAL ADICES e a AG PDR2020, diretamente relacionado com as fases de trabalho e execução da EDL, indo desde a preparação de documentação no âmbito dos avisos de abertura de concurso, controlos efetuados, execução e acompanhamento dos projetos aprovados.

De uma forma geral, verificou-se uma grande diligência entre ambas as partes, no cumprimento das suas respetivas obrigações regulamentares. Frequentemente, foi solicitado o auxílio da AG PDR2020 para o esclarecimento de dúvidas e a opinião sobre alguns casos particulares decorrentes do processo de análise das candidaturas, permitindo o desbloqueio de alguns impedimentos ao regular desenvolvimento da EDL.

Paralelamente, o GAL ADICES procurou também ser diligente na prestação da informação e documentação solicitada pela AG PDR2020, que ao nível da regular execução da EDL, quer ao nível dos controlos de qualidade realizados por esta entidade.

### *Relacionamento com o Organismo Pagador*

À semelhança do que acontece com a AG PDR2020, também o relacionamento entre a ADICES e o IFAP, I.P. decorreu em cumprimento dos procedimentos e orientações aplicáveis, pese embora o envolvimento com o IFAP, I.P. se realiza sobretudo ao nível da execução dos Pedidos de Apoio.

No entanto, é importante referir que, em 2019, o relacionamento existente foi escasso, sobretudo, pela ADICES ter rececionado poucos pedidos de pagamento, mas também sem a necessidade de recorrer ao pedido de auxílio.

No entanto, sempre que existe alguma dúvida relativo à execução e a pedidos de pagamento, verifica-se o contacto entre as duas entidades, que ocorre de forma regular. Registe-se que, nem sempre, tem sido obtida resposta às questões colocadas ao [info.pagamentos@ifap.pt](mailto:info.pagamentos@ifap.pt). Nesses casos, temos contactado o Eng. Moita Brites que se tem revelado excecional e sempre pronto para ajudar na interpretação e esclarecimento de dúvidas.

### *Articulação com outras medidas do PDR e outros instrumentos de Políticas do Território*

Conforme se encontra definido na sua estratégia de atuação, a implementação da EDL segue uma lógica de permanente articulação e complementaridade entre as várias atividades, projetos e programas dinamizados pela ADICES e entre as demais iniciativas, projetos e programas desenvolvidos por entidades externas no território de intervenção do GAL ADICES.

Assim, verificamos por um lado, que internamente a estratégia de atuação da ADICES procura complementar-se em todas as suas vertentes de atuação, nomeadamente através da articulação entre:

- Sistema de Incentivos aos Empreendedorismo e ao Emprego (SIE);
- Trabalho em parceria e a participação em projetos e iniciativas desenvolvidas local ou regionalmente, permitem potenciar e aprofundar o conhecimento do território e o envolvimento com o trabalho desenvolvido por entidades parceiras e associadas.



Por outro lado, importa lembrar que a implementação da EDL, conforme se encontra definida na sua candidatura, procura articular e complementar com as demais políticas de âmbito nacional, regional, local e sectorial aplicáveis ao território de intervenção deste GAL.



**Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)**  
Dinamização, receção, análise e acompanhamento ao processo de decisão de candidaturas e apoio técnico à execução física e financeira das operações aprovadas, no âmbito da implementação do PACTO 2020 (projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas, ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios).

### *Avisos de Abertura de Concurso*

No âmbito da implementação da Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária - Pacto 2020 – Rotas de Desenvolvimento – Um compromisso para o território, e no que respeita a esta atividade, durante o ano de 2019, foi concluída a análise às candidaturas do aviso de concurso para a apresentação de candidaturas ao abrigo do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E).

As candidaturas podem mobilizar, de forma isolada ou conjunta, os dois Fundos da Coesão, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo Social Europeu (FSE). Deverão ter por objetivo a criação ou expansão de micro e pequenas empresas, envolvendo um projeto de investimento e a criação líquida de postos de trabalho, em qualquer das modalidades de apoio, permitindo que numa mesma candidatura sejam submetidas duas operações, para cada uma destas componentes.

O Aviso de concurso finalizou a 29 de dezembro de 2017, distribuído por três fases para receção das candidaturas (conforme quadro nº 7).

**Quadro n.º 7 – FEDER/FSE (concursos abertos em 2017 – prazos e dotação orçamental para a apresentação de candidaturas)**

Fases de apresentação de candidaturas	Data Limite para a Comunicação da Decisão	Dotação Orçamental
Fase 1: até 31.07. 2017 - 18h	25/10/2017	<b>605.622,06€</b>
Fase 2: até 16.10. 2017 - 18h	12/01/2018	
Fase 3: até 29.12.2017 - 18h	26/03/2018	

No entanto, tratando-se de dois fundos distintos (FEDER e FSE), com dotações orçamentais próprias, apresentamos, neste relatório, os resultados em separado, como se de duas atividades, no âmbito do PACTO2020, se tratassem.

Conforme podemos verificar, através da análise do quadro n.º 8, as candidaturas rececionadas encontram-se distribuídas pelas três fases definidas no Aviso de Concurso, realizado em 2017. No âmbito da análise dessas três fases foram rececionadas um total de 48 candidaturas, que perfizeram um investimento total de 3.691.863,10€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor total de 1.909.108,00€.

**Quadro n.º 8 – FEDER (Nº de candidaturas/Investimento e ajuda pública proposto em concursos)**

FEDER	Dotação orçamental	Candidaturas Apresentadas			PT a criar
		N.º	Investimento Total	Comparticipação	
1.ª Fase	605.622,06€	23	1.779.570,39 €	972.924,81 €	48
2.ª Fase		8	664.855,31 €	304.286,89 €	19
3.ª Fase		17	1.247.437,40 €	631.896,30 €	37
<b>TOTAL</b>		<b>48</b>	<b>3.691.863,10€</b>	<b>1.909.108,00€</b>	<b>104</b>

### *Processo de Análise das candidaturas FEDER*

O circuito de análise de uma candidatura ao SIZI, neste fundo de coesão, compreende três fases: análise de admissibilidade; análise técnica e análise financeira (que inclui a análise de mérito e proposta de parecer do técnico analista).

A primeira fase deste processo consiste na análise da admissibilidade da entidade beneficiária através da verificação dos seus requisitos formais exigidos por lei para acesso ao Fundo a que se candidata, nomeadamente critérios de elegibilidade e os impedimentos e condicionamentos aplicáveis aos beneficiários (previstos no Decreto-Lei das regras gerais de aplicação dos FEEL, nos Regulamentos Específicos e no Aviso de Abertura de Candidatura).

Numa segunda fase são verificados os critérios de elegibilidade das operações, ou seja, o seu enquadramento no programa e na tipologia de operação a que a candidatura respeita, os critérios de elegibilidade territorial e temporal, bem como os critérios específicos previstos nos regulamentos Específicos do domínio de intervenção e Aviso de Concurso que dão suporte ao programa de financiamento.

Registe-se que o processo de análise das candidaturas teve o seu início após o termo de apresentação das mesmas (1ª fase – ainda durante o ano de 2017), passando pelas fases de análise atrás descritas. Registe-se que na 1.ª fase, o circuito de análise não se encontrava uniformizado para todos os intervenientes no processo, o que fez com que as decisões transitassem para o ano de 2018. Importa registar que a ETL/ADICES, durante os vários quadros comunitários (e nos resultados dos controlos de qualidade obtidos), foi elaborando mecanismos e ferramentas, que foi aperfeiçoando ao longo dos anos, de forma a garantir a qualidade da análise das candidaturas e, que atualmente dão suporte à análise das mesmas, adequando-os às orientações existentes.

Assim, no decorrer da análise das 48 candidaturas entradas no aviso de concurso ao FEDER, verificamos que foram propostas a aprovação de 23 candidaturas que perfazem um valor total de investimento de 1.563.354,38€, correspondendo a um pedido de ajuda pública no valor total de 874.508,33€. Registe-se que esse valor corresponde a 144% da dotação do concurso disponibilizada pela ADICES.

Importar referir que, apenas no ano de 2019, apenas os promotores da 2.ª e 3.ª fase do aviso de concurso receberam a notificação da decisão final (março e maio, respetivamente).



Registe-se que só após essa notificação é que os promotores puderam assinar os respetivos termos de aceitação.

Quadro n.º 9 – FEDER (Proposta de candidaturas aprovadas)

FEDER	Dotação orçamental	Candidaturas Aprovadas			PT a criar
		N.º	Investimento Total	Comparticipação	
1.ª Fase	605 622,06 €	16	1 085 645,90 €	602 677,31 €	37
2.ª Fase		1	67 470,02 €	40 482,01 €	1
3.ª Fase		6	410 238,46 €	231 349,01 €	11
<b>TOTAL</b>		<b>23</b>	<b>1 563 354,38 €</b>	<b>874 508,33 €</b>	<b>49</b>

### *Processo de Decisão das candidaturas FEDER*

Após a análise da admissibilidade do beneficiário, da análise técnica e financeira da candidatura, emissão da proposta de decisão e, para as propostas com parecer favorável, é efetuada a hierarquização das operações. Após a validação de todo o processo, pelo Órgão de Gestão, segue-se a apresentação do processo para cabimentação das mesmas (quando as propostas são para aprovação). A cabimentação precede o processo de decisão, que é tomado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). Também é da responsabilidade da CCDRC a notificação da proposta de decisão, tendo o promotor o direito a pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, bem como juntar documentos no âmbito da audiência prévia, se assim achar necessário, antes de ser tomada a decisão final.

A audiência prévia tem como objeto o exercício do contraditório, destinado a suprir eventuais insuficiências ou imprecisões do procedimento de análise, possibilitando a receção das alegações apresentadas pelo beneficiário e assumir um projeto de decisão a submeter à respetiva Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão (AG)/Organismo Intermédio (OI). Este projeto de decisão deverá refletir a apreciação do responsável pela análise, relativamente às alegações do beneficiário, eventualmente apresentadas.

É tomada a decisão final sobre as operações por parte da Autoridade de Gestão que adota a decisão relativa a cada candidatura, notificando o beneficiário da mesma. É registado, também, esse procedimento no respetivo Sistema de Informação (plataforma de gestão eletrónica).

Importar referir que, apenas no ano de 2019, apenas os promotores da 2.ª e 3.ª fase do aviso de concurso receberam a notificação da decisão final (março e maio, respetivamente). Registe-se que só após essa notificação é que os promotores puderam assinar os respetivos termos de aceitação. Este atraso proporcionou casos em que, com a submissão da candidatura, os promotores iniciaram os investimentos e, face aos atrasados na proposta de decisão da mesma, interromperam os investimentos. Acontece que, após 12 e 15 meses após a submissão

da candidatura, os promotores tiveram de executar rapidamente as operações e/ou efetuar pedido de prorrogação dos prazos de conclusão.

### *Processo de Contratação das candidaturas FEDER*

Uma vez tomada a decisão das operações, os beneficiários poderão proceder à assinatura do Termo de Aceitação. Este processo é desencadeado pelo Sistema de Informação da CCDRC, encontrando-se na área reservada do beneficiário, a disponibilização do termo de aceitação, onde se encontram refletidas as condições de aprovação da operação.

Desse modo, verificamos que 20 candidaturas aprovadas (de um universo de 24 candidaturas aprovadas) procederam à assinatura do termo de aceitação das mesmas: 13 candidaturas referentes à 1.ª fase, 1 candidatura referente à 2.ª fase e 6 candidaturas referentes à 3.ª fase.

Quadro n.º 10 – FEDER (Contratação das candidaturas aprovadas)

FEDER	Candidaturas Contratualizadas			PT a criar
	N.º	Investimento Total	Comparticipação	
1.ª Fase	13	895 722,55 €	498 986,24 €	30
2.ª Fase	1	67 470,02 €	40 482,01 €	1
3.ª Fase	6	457 712,15 €	263 764,66 €	8
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>1 420 904,72 €</b>	<b>803 232,91 €</b>	<b>39</b>

### *Processo de Execução das candidaturas (FEDER)*

O processo de execução das operações aprovadas consubstancia-se na formalização dos pedidos de reembolso/pagamento apresentados por parte do beneficiário, tendo por base a Norma de Procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIE), publicada por despacho n.º10548-B/2017, iremos destacar alguns procedimentos que os beneficiários deverão ter em conta neste processo:

1.- Os pagamentos da componente de incentivo FEDER são processados de acordo com as seguintes modalidades:

- Pagamento a Título de Adiantamento contra Termo de Aceitação (PTA-TA) – o pagamento do incentivo sem a correspondente contrapartida de despesa de investimento realizada, sendo processado na sequência da assinatura do Termo de Aceitação;
- Pagamento a Título de Adiantamento contra Fatura (PTA-Fatura) – o pagamento do incentivo contra a apresentação de despesas de investimento elegíveis faturadas e não liquidadas;

- Pagamento a Título de Reembolso (PTR) – o pagamento do incentivo contra apresentação de despesas de investimento elegíveis realizadas e pagas, podendo ser intercalar (PTRI) ou Final (PTRF).

2.- O primeiro pedido de pagamento, qualquer que seja a modalidade, deve ser solicitado pelo beneficiário até 1 mês após a assinatura do Termo de Aceitação, não devendo o prazo que medeia a apresentação dos demais pedidos de pagamento ser superior a três meses.

3.- A Autoridade de Gestão, ou entidade gestora designada nos termos do art.º 15 da Portaria nº105/2017 de 10 de março (GAL e/ou as CIM's) analisam a despesa apresentada e deliberam sobre o PTRI emitindo a correspondente ordem de pagamento. Consideramos que a análise deve ser sustentada pela realização de uma visita física ao local para a sua validação.

4.- O pagamento é assegurado pela Agência de Desenvolvimento e Coesão, IP, após a receção da ordem respetiva.

Importa assinalar que, em 2018, alguns promotores registaram o início do processo de execução das candidaturas. No entanto, em virtude de ser a CCDRC a entidade responsável pela análise dos pedidos de pagamento, não nos é possível quantificar o montante de execução da 1.ª fase do aviso de concurso.

Imagens de alguns projetos apoiados pelo Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIzE)



### Atividade: Apoiar a Iniciativa Local – Fundo Social Europeu (FSE)

Dinamização, receção, análise e acompanhamento ao processo de decisão de candidaturas e apoio técnico à execução física e financeira das operações aprovadas, no âmbito da implementação do PACTO 2020 (projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos).

No seguimento da descrição da atividade anterior e, uma vez que as duas estão relacionadas, importa registar o seguinte:

#### *Aviso de Concurso*

No âmbito das três fases do aviso de concurso realizado em 2017, o quadro abaixo regista a informação de 40 candidaturas rececionadas nesta componente, que totalizavam um apoio solicitado de 817.113,79.

Quadro n.º 11 – FSE (N.º de candidaturas/Ajuda pública proposta no aviso de concurso do ano 2017)

FSE	Dotação orçamental	Candidaturas Apresentadas		PT a criar
		N.º	Apoio Solicitado	
1.ª Fase	967 271,97 €	21	260 233,90 €	38
2.ª Fase		6	162 802,68 €	17
3.ª Fase		13	394 077,21 €	13
<b>TOTAL</b>		<b>40</b>	<b>817 113,79 €</b>	<b>68</b>

#### *Processo de Análise das candidaturas FSE*

O circuito de análise de uma candidatura ao S2E, neste fundo de coesão FSE (à semelhança do que acontece no FEDER) compreende três fases: Análise de admissibilidade; Análise técnica e Análise financeira (que inclui a proposta de parecer do técnico analista).

A primeira fase deste processo consiste na análise da admissibilidade da entidade beneficiária através da verificação dos seus requisitos formais exigidos por lei para acesso ao Fundo a que se candidata, nomeadamente critérios de elegibilidade e os impedimentos e condicionamentos aplicáveis aos beneficiários (previstos no Decreto-Lei das regras gerais de aplicação dos FEEI, nos Regulamentos Específicos e no Aviso de Abertura de Candidatura).

Numa segunda fase são verificados os critérios de elegibilidade das operações, ou seja, o seu enquadramento no programa e na tipologia de operação a que a candidatura respeita, os critérios de elegibilidade territorial e temporal, bem como os critérios específicos previstos nos regulamentos Específicos do domínio de intervenção e Aviso de Concurso que dão suporte ao programa de financiamento.

Registe-se que o processo de análise das candidaturas neste fundo teve o seu início durante a análise da componente FEDER (1ª fase – ainda durante o ano de 2017), passando pelas fases de

análise atrás descritas, e, também numa altura em que os procedimentos de análise não se encontravam definidos e muito menos uniformizados para todos os intervenientes no processo.

Importa registar que, neste Fundo FSE, a análise das candidaturas ocorre após a conclusão da análise efetuada ao Fundo FEDER e, quando apresentadas em conjunto, uma vez que ambas se complementam, não podendo ser dissociadas. A análise consiste na validação do financiamento solicitado, tendo em conta o seguinte:

- a criação dos postos de trabalho para desempregados ou jovens à procura do primeiro emprego ou para a criação do próprio emprego, através da comparticipação total das remunerações de postos de trabalho criados, tendo por limite mensal o valor correspondente ao Indexante de Apoio Social (IAS), observando os seguintes períodos máximos: 9 meses, para contratos de trabalho sem termo ou criação do próprio emprego; e 3 meses, para os contratos de trabalho a termo, como uma duração mínima de 12 meses. Aos períodos máximos referidos acrescem majorações de 3 meses por cada uma das seguintes situações: projetos localizados em territórios de baixa densidade; projetos de criação de micro e pequenas empresas ou expansão ou modernização de micro e pequenas empresas criadas há menos de cinco anos; e para trabalhadores do género sub-representado, conforme lista anexa ao Aviso de abertura de concurso, ou para trabalhadores qualificados na aceção das alíneas g) e m) do artigo 2º do regulamento específico do SI2E.

A inserção da informação, resultante da análise efetuada em suporte de papel nas suas diversas componentes, nas várias operações apresentadas, é carregada no sistema informático do Portugal2020.

Assim, no decorrer da análise das 40 candidaturas entradas no aviso de concurso ao FSE, verificamos que foram propostas a aprovação de 21 candidaturas que perfazem um valor de ajuda pública no valor total de 192.121,92€. Registe-se que esse valor corresponde a apenas 20% da dotação do concurso disponibilizada pela ADICES.

Quadro n.º 12 – FSE (Proposta de candidaturas aprovadas)

FSE	Dotação orçamental	Candidaturas Aprovadas		PT a criar
		N.º	Apoio Solicitado	
1.ª Fase	967 271,97 €	14	136 507,68 €	27
2.ª Fase		1	5 055,84 €	1
3.ª Fase		6	50 558,40 €	9
TOTAL		21	192 121,92 €	37

Importar referir que, apenas no ano de 2019, apenas os promotores da 2.ª e 3.ª fase do aviso de concurso receberam a notificação da decisão final (março e maio, respetivamente). Registe-se que só após essa notificação é que os promotores puderam assinar os respetivos termos de aceitação.

### *Processo de Decisão das candidaturas FSE*

Após a análise da admissibilidade do beneficiário, da análise técnica e financeira da candidatura, emissão da proposta de decisão e, para as propostas com parecer favorável, é efetuada a hierarquização das operações. Após a validação de todo o processo, pelo Órgão de Gestão, segue-se a apresentação do processo para cabimentação das mesmas (quando as propostas são para aprovação). A cabimentação precede o processo de decisão, que é tomado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC). Também é da responsabilidade da CCDRC a notificação da proposta de decisão, tendo o promotor o direito a pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, bem como juntar documentos no âmbito da audiência prévia, se assim achar necessário, antes de ser tomada a decisão final.

A audiência de interessados tem como objeto o exercício do contraditório, destinado a suprir eventuais insuficiências ou imprecisões do procedimento de análise, possibilitando a receção das alegações apresentadas pelo beneficiário e assumir um projeto de decisão a submeter à respetiva Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão (AG)/Organismo Intermédio (OI). Este projeto de decisão deverá refletir a apreciação do responsável pela análise, relativamente às alegações do beneficiário, eventualmente apresentadas.

É tomada a decisão final sobre as operações por parte da Autoridade de Gestão que adota a decisão relativa a cada candidatura, notificando o beneficiário da mesma. É registado, também, esse procedimento no respetivo Sistema de Informação (Portugal2020).

Importar referir que, apenas no ano de 2019, apenas os promotores da 2.ª e 3.ª fase do aviso de concurso receberam a notificação da decisão final (março e maio, respetivamente). Registe-se que só após essa notificação é que os promotores puderam assinar os respetivos termos de aceitação. Este atraso proporcionou casos em que, com a submissão da candidatura, os promotores iniciaram os investimentos e, face aos atrasados na proposta de decisão da mesma, interromperam os investimentos. Acontece que, após 12 e 15 meses após a submissão da candidatura, os promotores tiveram de executar rapidamente as operações e/ou efetuar pedido de prorrogação dos prazos de conclusão. Acresce, ainda, a dificuldade sentida pelos promotores em encontrar o perfil dos Postos de Trabalho pretendidos inscritos no IEFP, uma vez que esta entidade não dispõe de oferta, uma vez que a taxa de desemprego é baixa.

### *Processo de Contratação das Operações FSE*

Uma vez tomada a decisão das operações, os beneficiários poderão proceder à assinatura do Termo de Aceitação. Este processo é desencadeado pelo Sistema de Informação da CCDRC, encontrando-se na área reservada do beneficiário, a disponibilização do termo de aceitação, onde se encontram refletidas as condições de aprovação da operação.

Desse modo, verificamos que 18 candidaturas aprovadas (de um universo de 21 candidaturas aprovadas) procederam à assinatura do termo de aceitação das mesmas: 12 candidaturas referentes à 1.ª fase, 1 candidatura referente à 2.ª fase e 5 candidaturas referentes à 3.ª fase.

Quadro n.º 13 – FSE (Contratação das candidaturas aprovadas)

FSE	Candidaturas Contratualizadas		PT a criar
	N.º	Apoio Solicitado	
1.ª Fase	12	116 284,32 €	23
2.ª Fase	1	5 055,84 €	1
3.ª Fase	5	30 335,04 €	6
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>151 675,20 €</b>	<b>30</b>

### *Processo de Execução das Operações FSE*

O processo de execução das operações aprovadas consubstancia-se na formalização dos pedidos de reembolso/pagamento apresentados por parte do beneficiário, tendo por base a Norma de Procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E), publicada por despacho nº10548-B/2017, esta, na sua redação do nº3 do artº1 refere:

*“os pagamentos aos beneficiários na componente FSE são efetuados nos termos dos n.6 e 7 do artigo 25º do Decreto Lei nº159/2014, de 27 de outubro, e do artigo 12º do regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego adotado pela Portaria nº97-A/2015 de 30 de março, nas suas atuais redações”.*

Importa assinalar que, em 2019, alguns promotores registaram o início do processo de execução das candidaturas. No entanto, em virtude de ser a CCDRC a entidade responsável pela análise dos pedidos de pagamento, não nos é possível quantificar o montante de execução da 1.ª fase do aviso de concurso.

## PROBLEMAS ENCONTRADOS NA GESTÃO DA EDL E MEDIDAS CORRETIVAS

A abordagem DLBC Rural / ADICES - PACTO 2020 tem-se vindo a afirmar como um instrumento preponderante no território de intervenção da ADICES. Embora se considere que, ao longo dos últimos quadros comunitários, os procedimentos têm-se tornado demasiadamente burocráticos, a verdade é que os beneficiários continuam a considerar estes os quadros comunitários como uma alternativa/oportunidade para a realização dos seus pequenos investimentos. Assim, continuamos a verificar, na Zona de Intervenção da ADICES, um elevado interesse por parte das populações relativamente à abertura de concursos, conforme refletido nos atendimentos realizados no arranque do presente quadro de apoio.

Cada vez mais a experiência da ADICES, consubstanciada nos seus 29 anos de atividade na gestão de programas comunitários, nos conduz à certeza que é fundamental rever a metodologia de apresentação e de análise dos Pedidos de Apoio, com vista a aliviar a carga burocrática em termos administrativos, sob pena do processo de análise se tornar muito longo. É da nossa opinião que, as características deste Programa, não se coadunam com as características dos potenciais beneficiários a que se destina – agricultores e/ou agrupamentos de produtores. A elevada burocracia de todo o processo de candidatura e posterior execução são o maior obstáculo com que os Técnicos Analistas e beneficiários se deparam todos os dias.

Para além da elevada carga burocrática, o processo de análise dos Pedidos de Apoio, devido a interpretações e orientações técnicas que, entretanto, vão sendo apresentadas aos GAL, alterando procedimentos e análises e que originam a necessidade de rever situações pontuais, contribui também para a morosidade do processo de decisão. É da nossa opinião que, o procedimento inicial neste quadro, em partilhar com todos os GAL as dúvidas e esclarecimentos, era fundamental para a uniformização de processos e o alívio de envio de questões à Autoridade de Gestão.

Um dos grandes desafios que se colocou à implementação do DLBC Rural / ADICES - PACTO 2020, no ano de 2019, refere-se ao tempo de demora que o processo de Audiência de Interessados eletrónico proporciona, o que provoca um atraso no processo de decisão do concurso (poderemos ter o concurso “preso” 35 dias úteis só porque um promotor não lê a sua audiência prévia. Registe-se que os TA dispõem de 35 dias úteis para efetuarem a sua análise técnica, o que parece uma grande incongruência). Registamos, ainda, o tempo referente ao processo de homologação dos concursos, bem como aos processos de Controlo de Qualidade solicitados (quer pelo PDR2020, quer pelo IFAP, I.P.). Um aspeto importante foi a possibilidade de efetuar decisões parciais na análise de concursos em que o montante total de apoio fosse inferior à dotação orçamental disponível no concurso. Desse modo, permitiu que candidaturas no estado “Para decisão” não tivessem de estar 2 meses a aguardar que todas as outras candidaturas estivessem nesse mesmo estado para se proceder à decisão final do concurso.

Relativamente ao **SIZE - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego**, que foi lançado no contexto dos apoios do Portugal 2020, verificamos uma morosidade no processo de Audiência de Interessados ao promotor da decisão tomada pelo Órgão de Gestão da ADICES.



Registe-se que as candidaturas referentes à 2.ª fase e à 3.ª fase só receberam as decisões finais em março e maio de 2019, respetivamente. Os promotores questionaram frequentemente a abordagem deste procedimento, uma vez que a demora de meses até que ao conhecimento da proposta de decisão trouxe transtornos no modo de gestão e visão para a realização dos investimentos propostos em candidatura. Registe-se que o promotor tem o direito a pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, bem como juntar documentos no âmbito da audiência de interessados, se assim achar necessário, antes de ser tomada a decisão final.



As metodologias, procedimentos e instrumentos de avaliação aplicados pela ADICES permitem garantir uma constante e permanente monitorização e avaliação da execução da EDL, assim como sinalizar desvios e necessidades de ajustamento à estratégia implementada e aos procedimentos adotados pelo GAL nas várias fases da gestão e implementação da EDL.

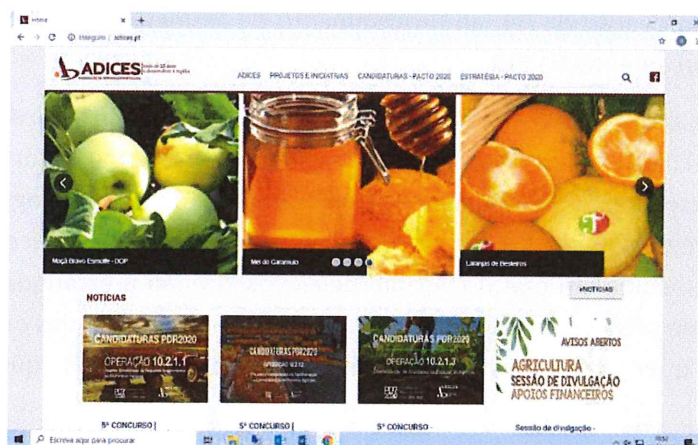
Para este efeito contribuem as deliberações tomadas pela OG, relativamente à abertura de concursos, à aprovação de PA, ao procedimento de assinatura dos termos de aceitação e ao ajustamento orçamental da EDL.

Relativamente aos procedimentos adotados pela ETL verificou-se a necessidade de se adaptar e evoluir ao nível da forma e metodologia de trabalho, visando uma maior eficiência e rapidez nos tempos de resposta. A atualização e melhoramento de metodologias e instrumentos de avaliação, nomeadamente face a um novo desafio - iniciativa agrícola, constitui particular relevância na medida em que o trabalho desenvolvido não é estanque, está em permanente evolução e pode ser alvo de alterações e ajustamento em função das orientações diversas que vão surgindo, quer por parte dos organismos reguladores da EDL, quer de outras fontes de decisão.

## IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### Atividade: PACTO 2020 - Informação

No que respeita a esta atividade, a ADICES pretendeu dar continuidade a um conjunto de iniciativas promotoras da circulação e disponibilização de informação relevante para o território com o objetivo de envolver ativamente os parceiros e criar dinâmicas e mecanismos de transferência de informação comuns. Neste contexto, a comunicação direta e presencial com os parceiros foi privilegiada e aconteceu através das Assembleias Gerais/Assembleias de Parceiros da ADICES, em sessões de trabalho, reuniões (formais e informais) bem como em momentos de debate e reflexão. A ADICES recorreu, também, a diversos suportes externos nomeadamente com o envolvimento dos órgãos de comunicação social local e regional, com a criação e elaboração de comunicados de imprensa e sessões de trabalho nas quais se mobilizam estes órgãos para temáticas relevantes no território. A disseminação de informação através de suportes de informação virtuais, nomeadamente, a “página web” da ADICES e o "facebook", e a articulação com os portais de outros parceiros, configurou-se como uma ferramenta fundamental de apoio à organização e divulgação do território.



### Atividade: PACTO 2020 – REDE

Participação e envolvimento da ADICES em órgãos e projetos locais, nacionais e transnacionais, participação em seminários, encontros e congressos e mobilização de parceiros em iniciativas da associação.

No que concerne a este objetivo, durante o ano de 2019 pretendeu dar-se continuidade à participação e envolvimento da ADICES no trabalho desenvolvido pelos parceiros no território, nomeadamente: a participação nas Redes Sociais de Carregal do Sal, de Mortágua, de Santa Comba Dão, e Tondela; participação no Conselho Municipal de Segurança de Santa Comba Dão, envolvimento ativo no Núcleo Executivo da Rede Social de Mortágua e de Santa Comba Dão; participação como membro representante da Comunidade Local nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas de Tondela e Santa Comba Dão. A ADICES acompanhou e participou ainda, em algumas iniciativas no âmbito da promoção da Rede Regional de Empreendedorismo desenvolvidas pelas CIM Viseu Dão Lafões e da Região de Coimbra.



## Atividade: Iniciativas Locais, Nacionais e Internacionais

Durante o ano de 2019, a equipa técnica participou em diversas iniciativas locais, nacionais e internacionais relevantes para as temáticas de trabalho da associação e para a preparação do próximo período de programação nomeadamente, seminários; encontros e “workshops”; sessões técnicas sobre incentivos financeiros e sessões/formações.

São exemplo dessas participações as seguintes iniciativas que passamos a apresentar:

- ✓ Participação no II Seminário “Inovação Social” – na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu, em Viseu;
- ✓ Reunião “Jovem Empresário Rural” com os GAL e AIRV em Viseu;
- ✓ Participação na Reunião do CLAS de Tondela;
- ✓ Participação na “Feira da Pinha e do Pinhão” - Saberes e Sabores de Terras de Carregal do Sal, dinamizada pelo Município de Carregal do Sal;
- ✓ Reunião sobre “Caramulo e Patrimónios: caminhos e desafios para um desenvolvimento sustentável”, no Caramulo;
- ✓ Sessão de Capacitação sobre RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais), no Bombarral;
- ✓ Participação na Sessão DLBC/Reunião de Coordenadores, na Assembleia Geral da Federação Minha Terra e Sessão de Formação/Informação Assembleia Geral PDR2020 e Federação Minha Terra;
- ✓ Participação na apresentação da Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal, em Tondela, com a presença da CIM Coimbra e CIM Viseu Dão Lafões;
- ✓ Participação na Conferência “Região de Coimbra, Empreendedorismo e Sustentabilidade” em Coimbra;
- ✓ Presença na Cerimónia de Encerramento das Comemorações do Centenário do Ministério da Agricultura, no Auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa;
- ✓ Participação na Sessão *Focus Group* na CIM Viseu Dão Lafões em Tondela;
- ✓ Participação na FIT – Feira Ibérica de Turismo 2019, realizada na Guarda;
- ✓ Visita à XXXI Feira do Queijo Rabaçal em Ansião;
- ✓ Participação no II Encontro Nacional DLBC – Gestão PRODERAM 2020, RRN e Federação Minha Terra realizado na Madeira;
- ✓ Participação na cerimónia dos “20 Anos do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos e Urbanos da AMRPB em Tondela;
- ✓ Participação na EXPOMORTÁGUA'19 - Câmara Municipal de Mortágua;
- ✓ Participação na 13ª Semana Gastronómica do Cabrito da Serra do Caramulo – XX Feira do Artesanato e Produtos Locais no Caramulo;
- ✓ Presença no Colóquio denominado de “Vinha e Vinho, Turismo e património Cultural nos Territórios dos GAL” – na Feira Nacional da Agricultura 2019 em Santarém;
- ✓ Participação no Seminário “Desenvolvimento Sustentável ao Nível Local” na Universidade Católica de Lisboa;
- ✓ Assinatura do Pacto 2030 – Federação Minha Terra em Campo Maior;

- ✓ Sessões de Esclarecimento sobre os atuais programas de Apoio ao investimento Empresarial Portugal 2020 no Território da ADICES: Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela;
- ✓ Reunião da - Estratégia de Desenvolvimento Territorial 2030, em Coimbra;
- ✓ Presença na Exposição Comemorativa dos 100 Anos no Museu da Republica António José de Almeida, com a presença do Sr. Presidente da República Dr. Marcelo Rebelo de Sousa;
- ✓ Participação no workshop Regional “Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do PT2020”, na CCDR Centro em Coimbra;
- ✓ Presença na Conferência Internacional “Florestas saudáveis, Benefícios para Todos” que decorreu em Aveiro;
- ✓ “Seminário Agrícola” – Agricultura, Circuitos Curtos, Agroalimentares, Medidas de Apoio em Santa Comba Dão;
- ✓ Participação Solene de abertura oficial da Feira do Vinho do Dão 2019, no Auditório do edifício Multiusos na Praça do Município de Nelas;
- ✓ Participação na Assembleia Geral de Consorciados do PROVERE “Termas do Centro” - 2019- 2021, que decorreu no Luso;
- ✓ Participação na FICTON 2018 - Câmara Municipal de Tondela;
- ✓ Reunião de Acompanhamento da execução da medida 10.2 – Autoridade de Gestão – PDR220 – Implementação das Estratégias LEADER;
- ✓ Participação no Workshop – Dinamização de CCA e Estratégias Alimentares Territoriais, em Oeiras;
- ✓ Participação no Colóquio – 20 anos da ENLCD: Passado, Presente e Futuro- Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu – em Viseu;
- ✓ Ação de Formação de Controlo Administrativo dos Pedidos de Pagamento FEADER- FEAMP, em Vila Real;
- ✓ Participação na Conferência – LEADER/CLLD - 2019 Conference, em Amarante;
- ✓ Presença no Ciclo de Conferências “O Futuro da Europa” – Política Regional da EU em Penela;
- ✓ Participação no Evento - “Diáspora”, em Viseu;
- ✓ Participação na Conferência - Capital Humano – O Novo Desafio da Estratégia Empresarial – ISCAC – em Coimbra.
- ✓ Assembleia Geral da Federação Minha Terra, em Tomar.

## Atividade: Empreendedorismo

Participação na Plataforma de Cooperação Institucional organizada em Redes no âmbito da estratégia Portugal 2020, na qual a região Viseu Dão Lafões viu aprovado o seu Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial 2020 (PDCT 2020), a ADICES participou, nas reuniões da Plataforma - Rede Emprego, Empresas e Empreendedorismo. Estas Redes têm por objetivo central assegurar a relevância e a eficácia dos projetos concebidos e a executar no âmbito do PDCT e, designadamente, animar/dinamizar, suportar e monitorizar intervenções concebidas e desenvolvidas na região, pelos seus atores, dirigidas a públicos diferenciados e com necessidades diversas.

Os trabalhos decorreram ao longo do ano de 2019, tendo o objeto dos mesmos sido candidatado a um aviso da RIS3.

Paralelamente a ADICES em parceria com o Município de Mortágua o SERQ- Centro de Inovação e Competências da Floresta , juntamente com mais dezassete (17) Entidades Parceiras, candidatou-se ao Aviso do Projeto Piloto para a Constituição de uma Rede Regional para a Valorização da Fileira da Floresta na Região Centro, nº Centro - 64 - 2019 - 05, no sentido de implementar naquele Município um projeto piloto na área da floresta denominado “F4F-FOREST for the FUTURE “, sendo o SERQ a Entidade Gestora.

No âmbito da Rede de Empresas e Empreendedorismo a CIM Viseu Dão Lafões, organizou um grupo de trabalho com o objetivo de implementar um projeto piloto para a valorização da pinha e do pinhão - concelho de Carregal do Sal. São parceiros neste grupo de trabalho, a CIM, o Município de Carregal do Sal, a Prof. Rosa Pires, a AIRV, o IPV, a ESAV, o Prof. Alfredo Simões e a ADICES.



### **Atividade: Cooperar para Desenvolver**

Construção dos projetos de cooperação no âmbito da abordagem LEADER/DLBC (promoção externa de bens e serviços transacionáveis, de promoção da gastronomia, dos produtos endógenos e recursos empresariais, eficiência energética, boas práticas de desenvolvimento local, etc.)

No que concerne à temática da Promoção do Território e da Valorização dos Produtos Locais, destacamos, algumas iniciativas de organização/participação em eventos de promoção/divulgação dos produtos e produtores locais, em certames locais e nacionais como a Feira da Pinha e do Pinhão do concelho de Carregal do Sal, EXPOMORTAGUA, FICTON, Semana Gastronómica do Cabrito e da Serra do Caramulo, e em certames nacionais, nomeadamente a presença no evento CHRISTMAS STATION RURAL MARKET, em Lisboa.

#### **Eventos Locais**

**Feira da Pinha e do Pinhão, EXPOMORTAGUA, Semana Gastronómica do Cabrito e da Serra do Caramulo, FICTON 2019**



## Eventos Nacionais

### CHRISTMAS STATION RURAL MARKET - *Natal é no Centro de Portugal!!*

O evento CHRISTMAS STATION RURAL MARKET Natal, teve como intuito promover e divulgar os produtos tradicionais e artesanato da região Centro de Portugal, tratando-se de uma iniciativa de 15 Associações de Desenvolvimento Local gestoras da Abordagem LEADER (*ADAE, ADELO, ADIBER, ADICES, ADIRN, ADRACES, GAL AVEIRO NORTE, GAL AVEIRO SUL, ECOMAR|ECOCOAST, DUECEIRA, LEADER OESTE, PINHAL MAIOR, PINHAIS DO ZÊZERE E TERRAS DE SICÓ*), com o apoio das Infraestruturas de Portugal. O Mercado de Natal Rural, realizou-se no dia 13 dezembro no Largo Duque de Cadaval, junto à estação do Rossio em Lisboa, entre as 10h00 e as 18h00, com uma Mostra de Natal com o que de melhor é produzido pelos produtores locais dos territórios presentes nesta iniciativa!

Esta iniciativa decorreu no âmbito da promoção do território, produtos locais e artesanato, onde estas entidades e os produtores locais dos territórios participantes, apresentaram o que de melhor se faz no mundo rural!



Vinhos, queijos, enchidos, azeite, compotas, doces, mel, entre tantos outros, são os produtos de excelência com garantia de qualidade que aqui poderá encontrar e que se apresentam como excelentes propostas para ofertas de Natal! No que respeita à participação da ADICES, no seu stand foi possível provar, degustar e comprar alguns dos melhores enchidos do Fumeiro Flor do Sal de Carregal do Sal.

Para além de pretender dar a conhecer os produtos tradicionais, esta iniciativa pretendeu incentivar a visita aos territórios rurais do centro de Portugal e divulgar a qualidade dos produtos da região Centro, estimulando a atividade económica dos produtores locais.







## ATIVIDADE FORMATIVA – projeto formação Capacitação para a Inclusão

A atividade formativa da ADICES ministrada no decurso do ano de 2019 caracterizou-se pela continuidade do desenvolvimento do projeto formativo: Capacitação para a Inclusão, iniciativa desenvolvida pela ADICES em parceria com os CLAS – Conselhos Locais de Ação Social e os Municípios do território de intervenção.

Este projeto formativo foi financiado pelo POISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, no âmbito da tipologia 3.05 – “Capacitação para a Inclusão”. Pretendeu-se com este projeto ir ao encontro dos objetivos definidos na ELD - Estratégia Local de Desenvolvimento da ADICES para o território, nos Planos de Desenvolvimento Social definidos no seio de cada Rede Social envolvida e também no âmbito das necessidades formativas e de emprego de cada concelho.

A concretização desta candidatura permitiu à ADICES dar continuidade ao seu trabalho de participação e envolvimento ativo junto dos atores e entidades locais, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento do nosso território, e principalmente para reforçar e promover a capacitação e desenvolvimento de competências de natureza pessoal, social e profissional que facilitem o acesso ao mercado de trabalho, potenciando a empregabilidade e reduzindo a vulnerabilidade económica da população local.

**INSCRIÇÕES ABERTAS**

# FORMAÇÃO

**ADICES**

- 300h CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO DOMÉSTICA E FAMILIAR
- 300h CAPACITAÇÃO PARA PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL
- 300h CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO PESSOAL E PREVENÇÃO DE SOBREENDIVIDAMENTO
- 300h CAPACITAÇÃO PARA O PROCESSO DE AUTONOMIZAÇÃO COM BASE AGRÍCOLA
- 30h GESTÃO DE CONFLITOS
- 60h INCLUSÃO DIGITAL
- 60h SAÚDE - HÁBITOS E ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS
- 60h EDUCAÇÃO CÍVICA E PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA
- 120h LITERACIA DIGITAL
- 60h CAPACITAÇÃO E EMPODERAMENTO FEMININO
- 60h SABER ESTAR ONLINE

**ADICES**  
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL  
Av. General Provedor Delgado, nº19 2440-026 Santa Comba Dão  
Tel: 232 890 100 | Fax: 232 890 081  
E-mail: adices@adices.pt | www.adices.pt

**DGERT**  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
PROGRAMA OPERACIONAL  
POISE  
2020

Os destinatários destas ações de formação, foram grupos potencialmente vulneráveis, constituídos nomeadamente por pessoas com baixos rendimentos, desempregados de longa duração, beneficiários do RSI, adultos que não sejam detentores das competências básicas de leitura, escrita, cálculo e TIC ou com baixos níveis de qualificação.

O plano formativo aprovado decorreu de 4 de junho de 2018 a 27 de novembro de 2019, sendo composto por 11 cursos com 28 ações, com diferentes cargas horárias e foram dinamizadas nos 5 concelhos de intervenção da Associação, (Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela).

**CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO - CURSOS / AÇÕES APROVADAS**

<b>Designação do Curso/Ação</b>	<b>Concelho</b>
Capacitação para a gestão doméstica e familiar	Carregal do Sal
	Mortágua
	Santa Comba Dão
Capacitação para processo de autonomização pessoal e profissional	Carregal do Sal
	Mortágua
	Santa Comba Dão
Capacitação para a gestão pessoal e prevenção de sobre-endividamento	Águeda
	Tondela
Capacitação para o processo de autonomização com base agrícola	Águeda
	Santa Comba Dão
Gestão de conflitos	Águeda
	Santa Comba Dão
Inclusão digital	Carregal do Sal
	Santa Comba Dão
	Mortágua
Saúde - Hábitos e estilos de vida saudáveis	Tondela
	Carregal do Sal
	Mortágua
Educação cívica e prevenção de violência	Águeda
	Carregal do Sal
	Mortágua
Literacia digital	Tondela
	Carregal do Sal
Capacitação e empoderamento feminino	Carregal do Sal
	Águeda
	Mortágua
Saber estar online	Águeda
	Tondela

As ações desenvolvidas por concelho e concluídas em 2019 foram as seguintes:

Designação do Curso/Ação	Concelho
Capacitação para a gestão doméstica e familiar	Mortágua
	Santa Comba Dão
Capacitação para processo de autonomização pessoal e profissional	Carregal do Sal
	Mortágua
	Santa Comba Dão
Capacitação para a gestão pessoal e prevenção de sobre-endividamento	Águeda
	Tondela
Capacitação para o processo de autonomização com base agrícola	Águeda
	Santa Comba Dão
Gestão de conflitos	Águeda
Inclusão digital	Carregal do Sal
	Mortágua
Saúde - Hábitos e estilos de vida saudáveis	Tondela
Educação cívica e prevenção de violência	Águeda
Literacia digital	Tondela
Capacitação e empoderamento feminino	Águeda
	Mortágua
Saber estar online	Águeda

As seguintes 3 ações, de 300 horas cada, iniciaram ainda no final de 2018 e tiveram a sua conclusão em 2019:

Designação do Curso/Ação	Concelho
Capacitação para a gestão pessoal e prevenção de sobre-endividamento (300H)	Tondela
Capacitação para a gestão doméstica e familiar (300H)	Mortágua
	Santa Comba Dão

A tabela seguinte resume os principais indicadores físicos do projeto na sua globalidade:

Nº de ações aprovadas/ concluídas	28
Nº de formandos efetivos	453
Nº de formandos Certificados	406
Taxa de execução de participantes	107,80%
Volume de formação executado	60057
Taxa de execução (volume executado/ volume aprovado):	96,71%
Nº de formadores envolvidos	24
Nº de ações iniciadas em 2018 a transitar para 2019	3

#### Imagens de algumas ações de formação



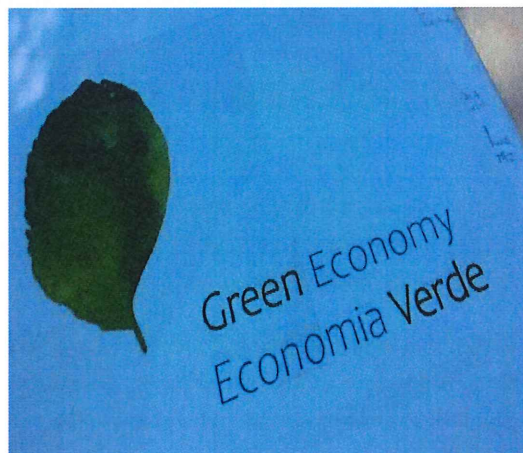
## COOPERAÇÃO

A medida da Cooperação constituiu-se um excelente instrumento de atuação pelo conhecimento que proporciona e pela experiência que transporta.

A ADICES viu em 2019 a aprovação de duas importantes candidaturas no âmbito da Cooperação. O projeto de Cooperação transnacional denominado “Economia Verde – uso múltiplo da floresta” e o projeto de cooperação interterritorial “Aldeias de Portugal”.

No que respeita ao projeto de Cooperação transnacional “Economia Verde – uso múltiplo da floresta” (*Green Economy Multiple rest of forest*, na versão transnacional), é de grande importância para o território, atendendo à área florestal ocupada nos 5 Municípios, às preocupações de natureza económica e ambiental do tema e à pertinência de novas abordagens relativas à gestão das florestas.

O projecto *Green Economy/Economia Verde* é co-financiado no âmbito da Abordagem LEADER/DLBC do PDR2020 – Programa de Desenvolvimento Rural e pretende-se que o mesmo contribua para que os diferentes territórios rurais possam partilhar boas práticas relacionadas com a economia verde, o sector florestal e o desenvolvimento sustentável, nomeadamente num conhecimento mútuo de sistemas florestais e de gestão florestal com características diferenciadas; usos sustentáveis da floresta nas área de: produtos, recursos, energia, turismo, entre outros.



Decorrente destes objetivos, são vários os projetos de natureza produtiva, cultural e patrimonial, ambiental, educativa e turística que constituirão o enfoque desta Conferência, sendo que se encontra preparado um Programa de atividades diversificado e intenso que percorrerá os territórios das 3 entidades.

Neste contexto a Parceria composta pelos GAL - Grupos de Ação Local **ADELO** (concelhos de Cantanhede, Mealhada, Mira, Montemor-O-Velho, Figueira da Foz e Penacova), **ADICES (Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tondela)** e **DUECEIRA** (Lousã, Miranda do Corvo, Penela e Vila Nova de Poiares) recebeu entre os dias 21 e 25 de outubro, a comitiva de representantes de congéneres da Suécia, Finlândia e Luxemburgo, parceiros internacionais no âmbito deste projeto de Cooperação Transnacional *GREEN ECONOMY – Multiple Use of Forest / ECONOMIA VERDE- Uso Múltiplo da Floresta*.

O programa no território da ADICES contou inicialmente com uma visita ao Hotel Palace do Bussaco que para além de cerca de sessenta representantes da parceria, entre diretores, técnicos, empresários e outros Agentes dos territórios, contou ainda com convidados institucionais das diferentes tutelas.

Também neste primeiro dia foi realizada uma plantação simbólica de árvore na Mata Nacional do Bussaco.



Seguiu-se uma visita à empresa Pellets Power, Lda. Em Mortágua. Esta empresa é de grande importância para o território pois dedica-se à produção de *pellets* que são produzidos com os resíduos de madeira natural.

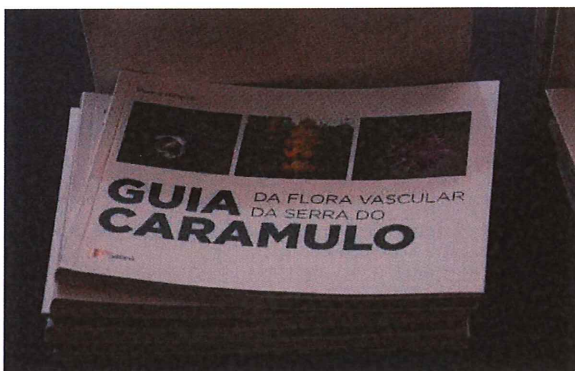
Outra das visitas realizadas foi à visitou-se a Central de Biomassa também instalada no concelho de Mortágua e inserida numa extensa área florestal englobando 29 concelhos, que contribuem para o abastecimento da central. Os resíduos da limpeza das florestas representam uma importante fonte de energia renovável e uma excelente prática ambiental. Além da energia produzida e do contributo para a limpeza das matas, esta central tem um significativo impacto socioeconómico, ao contribuir para o desenvolvimento de novas atividades económicas em regiões com tendência para a desertificação humana. A central emprega cerca de 20 trabalhadores e estima-se que gerará, indiretamente, cerca de 200 postos de trabalho.



No último dia de visita ao nosso território foi apresentado no Hotel do Caramulo a Edição do **Guia da Flora Vasculuar da Serra do Caramulo**.

O CEISCaramulo – Centro de Estudos e Interpretação da Serra do Caramulo é o parceiro desta vontade feita ação.

A publicação do “Guia da Flora Vasculuar da Serra do Caramulo” pretende ser alavanca de esperança renovada, após uma parte significativa do maciço da “mais linda serra” ter sido, gravemente ferido, nos grandes incêndios de 2013 e 2017.



No que respeita à candidatura “Aldeias de Portugal”, esta foi submetida em 2018, tendo sido aprovada no final do ano, dezembro de 2019, com dotação orçamental de 80.198,92 Euros. Esta candidatura foi elaborada em parceria com 16 GAL’s nacionais e tem por objetivos promover a capacidade e animação do nosso território através da classificação de uma aldeia em cada um dos nossos cinco municípios.

No que se refere a esta candidatura - “Aldeias de Portugal” o mesmo pretende classificar e dinamizar cinco (5) Aldeias do nosso Território de intervenção uma (1) por Município.

Essa classificação e posterior dinamização das atividades associadas será concretizada em estreita articulação com os respetivos Municípios, através dos seus interlocutores, entretanto já designados.



## Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo

A ADICES — Associação de Desenvolvimento Local, em parceria com a Câmara Municipal de Penacova, Câmara Municipal de Seia; Câmara Municipal de Santa Comba Dão, Câmara Municipal de Carregal do Sal e da Câmara Municipal de Tondela, contando com a consultoria científica, tecnológica e deontológica do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS20/UC), está a estruturar nos próximos dois anos a Rede de Centros de Interpretação e/ou Casas-Museu de História e Memória Política da Primeira República e do Estado Novo. Incluirá a mesma valência de salvaguarda e reutilização de património cultural, de divulgação científica e animação cultural, de debate sobre questões de memória histórica e de formação para a cidadania, de lazer e turismo culturais e de natureza.

Visando reforçar a respetiva capacidade de potenciar o desenvolvimento de territórios de baixa densidade, a Rede estabelecerá laços de cooperação com espaços contíguos e já consolidados enquanto ofertas qualificadas em termos de património cultural e natural, nomeadamente, a cidade de Coimbra (antes de mais, a Universidade de Coimbra — Alta e Sofia e a Fundação Bissaya Barreto), a cidade de Viseu e o Parque Natural da Serra da Estrela. Procurará, ainda, alcançar o apoio de entidades como o Museu da Presidência da República, o Ministério da Cultura, o Turismo de Portugal, a Direção Regional de Cultura do Centro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, o Turismo Centro Portugal, a Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra, a Comunidade Intermunicipal Viseu, Dão, Lafões e a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.

Quanto aos vetores nucleares da Rede, serão o Centro de Interpretação da Primeira República/Casa-Museu António José de Almeida (Vale da Vinha, Penacova), o Centro de Interpretação do Estado Novo (Vimieiro, Santa Comba Dão), o Centro de Interpretação do Antissemitismo e do Holocausto/Casa-Museu Aristides de Sousa Mendes (Cabanas de Viriato, Carregal do Sal), o Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo (Caramulo, Tondela) e o Centro de Interpretação da Primeira República/Afonso Costa (Seia). Ocorrerá a reabilitação e reutilização de cinco edifícios (duas ex-residências familiares, duas ex-escolas e um ex-sanatório), bem como a salvaguarda e rentabilização social de outro património cultural material (integrado e móvel) e imaterial.

Quer a concepção das estruturas museológicas (reabilitação dos edifícios, exposições de longa duração e exposições temporárias), quer as atividades complementares — de âmbito local e regional, nacional e global — decorrerão dos pressupostos deontológicos e epistemológicos, teóricos e metodológicos da nova historiografia e da nova museologia. A consultoria científica, tecnológica e deontológica da Rede ficará a cargo, na etapa inicial, do CEIS20/UC; numa segunda fase, de um Conselho Consultivo para o qual serão convidados o Museu da Presidência da República, unidades de investigação, subunidades orgânicas de instituições de ensino superior, associações cívicas.

Tendo por objetivos a promoção do aprofundamento da democracia e do desenvolvimento integrado/sustentável, a Rede decorrerá de uma postura intelectual objectivante e problematizadora (de reconstituição e contextualização, comparação e interpretação), comprometendo-se a atenuar os riscos de inculcação ideológica (valoração laudatória ou



condenatória, ocultação de factores relevantes ou negacionismo) ou de promoção sensacionalista (saudosismo e naturalização de questões inequivocamente fracturantes). A Rede procurará, igualmente, por um lado, acolher iniciativas oriundas das comunidades envolventes de cada um dos seus vectores nucleares; por outro, fomentar a intervenção dessas mesmas comunidades.

No que concerne às valências complementares, estarão em causa, entre outras, a edição de materiais de divulgação (catálogos, obras coletivas e monografias, filmes, jogos educativos, etc.) e a organização de eventos (colóquios, debates, mini-cursos, ciclos de cinema, campos de férias, etc.); a participação em atividades comemorativas e o acolhimento de públicos pré-estruturados; a atração de públicos nacionais e internacionais interessados em temáticas como a implantação de regimes demoliberais e a Primeira Grande Guerra, as ditaduras de tipo fascista e o antisemitismo/o Holocausto; a dinamização de rotas temáticas a propósito de património cultural e/ou natural.

O lazer e o turismo são uma das motivações da Rede, sendo expectável a territorialização de efeitos positivos (diretos e indiretos), com um impacte equacionado pelo menos em duas dimensões. Em primeiro lugar, a Rede implica o enriquecimento da Região Centro, identificando pontos de interesse e diversificando a eficácia apelativa do território. Com as respetivas narrativas biográficas, políticas e sócio-culturais, os Centros de Interpretação alargam a cartografia turística da região, gerando o aumento da procura e o reforço da relevância de um conjunto diversificado de lugares. A integração destas diferentes geografias numa mensagem turística articulada será, ainda, uma oportunidade de coesão numa região condicionada por alguns factores estruturais de desagregação.

Este conjunto de espaços museológicos comprova a participação do território em causa na história política do século XX português. Um tal facto poderá, ao mesmo tempo, motivar a participação ativa das comunidades locais e gerar novos fluxos, com motivações específicas. Através do turismo, a Rede será uma oportunidade para aumentar os conhecimentos sobre o percurso recente de Portugal, para promover a elevação da cultura política e do pensamento crítico, ambos estratégicos no atual contexto europeu e mundial.

Em segundo, para além da motivação de novos fluxos turísticos, a Rede deverá associar-se às procuras já existentes, facultando-lhe outras opções e permitindo estadas mais alargadas. Para além da articulação interna da Rede, este projeto deve apontar para a procura de 'nexos turísticos' a partir de cada um dos vértices do sistema. Numa dinâmica de geometria variável que integrará múltiplas escalas geográficas, cada um dos Centros de Interpretação deve estar associado a outras ofertas e redes turísticas que, a começar pela escala municipal, ampliem os interesses e permitam a procura de produtos turísticos integrados. A partir do Caramulo e de Seia será importante a associação ao turismo de serra e montanha, como será importante, por exemplo, a ligação de Cabanas de Viriato e de Coimbra às redes nacionais e internacionais de judiarias e turismo judaico.

Nesta lógica de capitalização horizontal dos diferentes nexos turísticos, será importante associar o sistema ao Rio Mondego, um eixo que poderá agregar toda esta estrutura (com umnexo muito particular em Penacova), a partir do qual se pode enriquecer esta narrativa turística com storytellings objectivantes que representem a vida política, social, económica e cultural do país

durante o século XX. A Rede contribui, finalmente, para o desenvolvimento do turismo criativo (atual vanguarda do turismo cultural). Ao mesmo tempo, pode contribuir para a concretização de algumas das metas turísticas projetadas para o futuro, alinhando a região com a Estratégia Turismo 2027, que aponta para a sustentabilidade social e ambiental desta atividade.

### **1. Centro de Interpretação da Primeira República/Casa-Museu António José de Almeida (Vale da Vinha, Penacova)**

ex-residência familiar

#### **Temas da exposição permanente:**

- A casa de Vale da Vinha e o contexto familiar;
- Biografia pessoal, profissional e política de António José de Almeida;
- A fase da “propaganda republicana”;
- A Primeira República;
- A Ditadura Militar e o Estado Novo;
- A memória de António José de Almeida e da Primeira República;
- A Europa e o Mundo no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- Ligações a fenómenos atuais associáveis (condições sócio-económicas e sócio-culturais, ideologias e regimes políticos, religiosidades e sociedades; arte contemporânea e design, jornalismo e comunicação, sociabilidades e religiosidades, educação cívica e ambiental).

#### **Exposições temporárias:**

- Vale da Vinha, São Pedro de Alva e Penacova no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- Coimbra e a Universidade de Coimbra no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- São Tomé e Príncipe e outros “territórios não autónomos” sob tutela portuguesa no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- Lisboa no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- O Brasil no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- A viagem de 1922;
- O PRP e outras organizações republicanas;
- A Primeira Grande Guerra;
- O sidonismo;

- A crise dos regimes demoliberais em Portugal, na Europa e no Mundo;
- Escritores e jornalistas no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- Correntes intelectuais e artísticas no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX.

## 2. Centro de Interpretação do Estado Novo (Vimieiro, Santa Comba Dão)

ex-escola primária

### Temas da exposição permanente:

- A Ditadura Militar, o Estado Novo — instituições e organizações dos regimes; Igreja e “ação católica”; tradicionalistas, conservadores e/ou modernizadores; o debate acerca da natureza autoritária ou totalitária e fascista ou não fascista; “Estado de exceção” e “Estado normal” — e outras ditaduras na Europa/no Mundo durante a “Época do Fascismo” e ao longo da “Guerra Fria”;
- Repressão e enquadramento na Ditadura Militar, no Estado Novo e noutras ditaduras na Europa/no Mundo durante a “Época do Fascismo” e ao longo da “Guerra Fria”;
- Apoio, absentismo, resistência informal e oposição formal à Ditadura Militar, ao Estado Novo e a outras ditaduras na Europa/no Mundo durante a “Época do Fascismo” e ao longo da “Guerra Fria”;
- Mais vetores nucleares da Ditadura Militar e do Estado Novo (nacionalismo e catolicismo, corporativismo e centralismo, colonialismo e bilateralismo assimétrico, anti-democracia e anti-socialismos, darwinismo social e sexismo; colónias/protectorados/mandatos, guerras/guerras civis/guerras coloniais), comparando com outras ditaduras na Europa/no Mundo durante a “Época do Fascismo” e ao longo da “Guerra Fria”;
- Características e funções dos ditadores na Ditadura Militar, no Estado Novo e em outras ditaduras na Europa/no Mundo durante a “Época do Fascismo” e ao longo da “Guerra Fria”;
- As políticas da Ditadura Militar e do Estado Novo, bem como outras ditaduras na Europa/no Mundo durante a “Época do Fascismo” e ao longo da “Guerra Fria”, para a educação e para o urbanismo/a arquitectura;
- A imagem externa do Estado Novo em resultado da iniciativa de portugueses e de estrangeiros;
- Poderes locais e poderes regionais na Ditadura Militar, no Estado Novo e em outras ditaduras na Europa/no Mundo durante a “Época do Fascismo” e ao longo da “Guerra Fria”;
- A Guerra Colonial, o Golpe Militar e a Revolução do 25 de Abril de 1974;
- Ligações a fenómenos atuais associáveis às noções de democracia e de ditadura (regimes políticos, populismos e irracionalismos, condições sócio-laborais e relações sócio-culturais, violência e enquadramento das populações, imigrantes e exilados, conflitos militares e refugiados, recursos naturais e ambiente, etc.);

- Ligações a fenómenos atuais associáveis a uma noção ampla e multifacetada de liberdade (arte contemporânea e design, jornalismo e comunicação, sociabilidades e religiosidades, educação cívica e ambiental, etc.).

#### **Exposições temporárias:**

- A memória, quer da Ditadura Militar e do Estado Novo, quer da resistência à ditadura (antes e depois do Golpe Militar/Revolução de 25 de Abril de 1974);
- Os ditadores: António de Oliveira Salazar e Marcello Caetano;
- Outros dirigentes do Estado Novo: Pedro Teotónio Pereira, Armindo Monteiro, Santos Costa, etc.;
- Sidonismo, Ditadura Militar e Estado Novo;
- O Estado Novo, a ONU e os “territórios não autónomos”;
- O Estado Novo e as Forças Armadas;
- A propaganda no Estado Novo;
- O ensino no Estado Novo;
- A Igreja e a “ação católica” no Estado Novo;
- O Estado Novo, a OECE/o “Plano Marshall”, a CEE e a EFTA;
- O Estado Novo e a NATO.

### ***3. Centro de Interpretação do Antissemitismo e do Holocausto/Casa-Museu Aristides de Sousa Mendes (Cabanas de Viriato, Carregal do Sal)***

ex-residência familiar

#### **Temas da exposição permanente:**

- Judeus, cripto-judeus e “marranos”, em Portugal, na Europa e no Mundo, durante a Época Contemporânea;
- Sefarditas e asquenazitas; diferentes posturas face à religião e ao Estado-Nação(ões); tradicionalismo, integração, ajudalismo e sionismo; cidadãos, imigrantes, refugiados e exilados;
- Antijudaísmo, antissemitismo (moderado, radical e genocidário), filosemitismo; nacionalismo e darwinismo social, xenofobia e racismo; regimes políticos, “sociedades civis”, violência de massas e genocídio;
- Portugal, as comunas judaicas e os cristãos novos; judeus, criptojudéus e “marranos”; a CIL e a CIP; o Capitão Artur de Barros Basto e a “Obra do Resgate”; a diáspora sefardita e o ladino;

- O regime, o aparelho de Estado e a “sociedade civil” portuguesa de 1933 a 1939, de 1939 a 1941 e de 1941 a 1945; os imigrantes, os refugiados e os exilados de origem judaica; o antissemitismo radical, a violência de massas e o Holocausto;
- Aristides de Sousa Mendes, o MNE e os refugiados de origem judaica;
- A memória social de Aristides de Sousa Mendes.

#### **Exposições temporárias:**

- Aristides de Sousa Mendes, o seu contexto familiar e o seu percurso de vida;
- Joaquim Mendes dos Remédios, o Portugal do último quartel do século XX/do primeiro quartel do século XIX e discursos sobre os judeus;
- A diáspora judaica e o Estado de Israel;
- O ladino e a diáspora sefardita;
- Antijudaísmo, antissemitismo e filosemitismo no Portugal da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX;
- Judeus em Portugal na Época Contemporânea;
- A CIL e a CIP;
- Os “marranos” no Portugal contemporâneo;
- As relações entre Portugal e Israel.

#### **4. Centro de Interpretação da Estância Sanatorial do Caramulo (Caramulo, Tondela)**

##### **Temas da exposição permanente:**

- A tuberculose e outras doenças infecto-contagiosas no Portugal, na Europa e no Mundo da primeira metade do século XX;
- Políticas, instituições e organizações de saúde no Portugal da Primeira metade do século XX em comparação com outros países da Europa e do Mundo;
- A Estância Sanatorial do Caramulo e a resposta de Portugal ao problema da tuberculose na primeira metade do século XX;
- Doentes e famílias, médicos e enfermeiros, funcionários e comunidades envolventes;
- A Família Lacerda e a Estância Sanatorial do Caramulo;
- A Estância Sanatorial do Caramulo, António de Oliveira Salazar e o Estado Novo;
- A Estância Sanatorial do Caramulo depois da “Época da tuberculose”.

#### **Exposições temporárias:**

- Quotidianos na Estância Sanatorial do Caramulo;
- A tuberculose na produção artística;
- Políticas de saúde em Portugal e noutros países;
- Outros sanatórios em Portugal;
- Outras “exceções à regra”: o percurso de Bissaya Barreto;
- Projetos de salvaguarda e revitalização da Estância Sanatorial do Caramulo.

### **5. Centro de Interpretação da Primeira República/Afonso Costa (Seia)** ex-escola primária

#### **Temas da exposição permanente:**

- Seia e o contexto familiar;
- Biografia pessoal, profissional e política de Afonso Costa;
- A fase da “propaganda republicana”;
- A Primeira República;
- A Ditadura Militar e o Estado Novo;
- A memória de Afonso Costa e da Primeira República;
- A Europa e o Mundo no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- Ligações a fenómenos atuais associáveis (condições sócio-económicas e sócio-culturais, ideologias e regimes políticos, religiosidades e sociedades; arte contemporânea e design, jornalismo e comunicação, sociabilidades e religiosidades, educação cívica e ambiental).

#### **Exposições temporárias:**

- Seia no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- Coimbra e a Universidade de Coimbra no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- Lisboa no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX;
- O PRP e outras organizações republicanas;
- A Primeira Grande Guerra;
- O sidonismo;
- O Tratado de Versalhes e a SDN;
- A crise dos regimes demoliberais em Portugal, na Europa e no Mundo.

## **Estruturas de governação e gestão:**

1. Estatutos
2. Direção
3. Conselho Consultivo (unidades de investigação, subunidades orgânicas de instituições de ensino superior, Museu da Presidência da República, associações cívicas: Alberto De Bernardi, Fernando Rosas, Avraham Milgram, Elvira de Azevedo Mea, José Pacheco Pereira, Luís Farinha, Raquel Henriques da Silva; Museu da Presidência da República, Casa dos Patudos, APCM, DHEEAA/FLUC, CEIS20/UC, DH/FCSH/UNL, IHC/FCSH/UNL, DHEPI/FLUP, CITCEM/UP, DH/UE, DH/UM, DH/FLUL, DH/ISCTE-IUL, ICS/UL, CEHR/UCP)
4. Gabinete de Investigação
5. Serviço de Relações Públicas (imagem e comunicação, angariação de públicos, acompanhamento de públicos, acessibilidade(s))
6. Recepções, auditórios e segurança
7. Lojas e cafetarias
8. Laboratório de conservação e conservação preventiva
9. Reserva técnica
10. Atelier de museografia
11. Acessibilidade
12. Centro de Documentação (documentação escrita de arquivo e impressa, documentação gráfica e audio-visual, documentação material, documentação oral de memória e de pós-memória, livros/revistas e filmes, etc.).

## **Modalidades de funcionamento:**

- Exposições de longa duração (objetos de valor intrínseco e cenografia, textos e conteúdos multimédia com diferentes dimensões/acessos, cronologias e organigramas);
- Produção e permuta de exposições temporárias (objetos de valor intrínseco e cenografia, textos e conteúdos multimédia com diferentes dimensões/acessos, cronologias e organigramas);
- Organização de eventos (locais e concelhios, regionais e nacionais, internacionais);
- Colóquios e cursos + publicações e outros produtos;
- Correlacionamento com educação e formação formais, lazer e turismo;
- Ligações a Coimbra (Universidade de Coimbra — Alta e Sofia, Portugal dos Pequenitos), Arouca, Viseu, Serra da Estrela.

## CONTAS 2019

O ano 2019 foi marcado pela continuidade do PDR – FEADER, a Cooperação, o SISE - FERDER e FSE, pela continuidade/conclusão da formação do POISE - Capacitação para a Inclusão, sem esquecer a preparação de candidaturas tais como: o CLDS 4G de Santa Comba Dão, o F4F de Mortágua e os Centros Interpretativos.

É de salientar que, a contabilidade se encontra organizada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e que, para uma análise adequada dos valores das contas, se encontram em anexo quatro documentos produzidos pelos serviços de contabilidade, de acordo com a Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), no anexo 1 - Demonstração de Resultados por Natureza; Anexo 2 - Balanço e o Anexo 3 - Anexo às Demonstrações Financeiras para o ano de 2019.

Importa então, analisar a situação das contas neste ano, no que respeita às questões que se referem aos rendimentos e aos custos.

### Demonstração de Resultados por Naturezas

A demonstração de resultados por naturezas revela um resultado líquido positivo do período, no valor de 95.982,15€ cuja estrutura de Rendimentos e Gastos é a seguinte:

- Subsídios, Doações e Legados à exploração (75) = +488.774,94 €
- Fornecimentos e Serviços Externos (62) = - 176.303,54€;
- Gastos com o Pessoal (63) = - 281.818,86€;
- Gastos de Depreciação e Amortização (64) = -6.251,03€;
- Outros Rendimentos (78) = + 77.033,51€;
- Outros Gastos (68) = - 5.586,74€;
- Juros e Rendimentos Similares Obtidos (79) = + 139,43€;
- Juros e Rendimentos Similares Suportados (69) = 5,56€
- Resultado Líquido do Período = + 95.982,15€

Para um melhor entendimento dos valores que dão suporte aos dados da demonstração de resultados, passamos a apresentar algumas notas explicativas aos mesmos:

- **Subsídios, doações e legados à exploração (75)** - Esta conta apresenta um saldo de +488.774,94€ que provêm do Estado e Outros Entes Públicos, mais concretamente do PRD 2020 – Medida 10.4.1.- Funcionamento e animação, da Medida 10.3.1.- Cooperação Interterritorial e Transnacional – GREEN Economy, Aldeias de Portugal e Entre Serras e da Medida 20.2.1.- Assistência Técnica - Rede Rural Nacional, do POI SE – Tipologia 3.05 – Capacitação para a Inclusão e do PORCentro – CCDRC – Capacitação Institucional nas parcerias DLBC.



- Contencioso e notariado no valor de 76,51€;
- Despesas de representação no valor de 1.969,38€;
- Limpeza, higiene e conforto no valor de 1.881,89€;
- Outros serviços no valor de 2.631,96€, em custos com serviços bancários nomeadamente os custos de manutenção da conta corrente, anuidades dos cartões MB e transferências interbancárias;
- Gastos com a garantia bancária necessária para o adiantamento funcionamento, no âmbito do PDR2020, no valor de 3.172,17€.

- **Gastos com Pessoal (63)** - Esta conta apresenta o saldo de 281.818,86€. Os custos encontram-se repartidos entre:

- Remunerações com o pessoal, que englobam os subsídios de férias e natal, no valor de 147.786,98€;
- Bolsas de formação a formandos, no montante de 48.200,19€;
- Ajudas de custo no valor de 1.688,96€;
- Encargos sobre remunerações num total de 35.056.50€; em TSU, CGA, ADSE e Fundo de Garantia;
- Seguros de acidentes de trabalho no valor de 1.956,82€;
- Seguros de acidentes pessoais dos formandos, no montante de 892,42€;
- Medicina no Trabalho num total de 290.70€;
- Subsídio de alimentação dos técnicos no valor de 5.824,17€;
- Subsídio de alimentação dos formandos num total de 32.650,65€;
- Subsídio de transporte dos formandos, no montante de 6.353,72€;
- Abono para falhas no valor de 1 200,00€.

- **Outros Rendimentos (78)** - Esta conta apresenta um saldo de 77.033,51€, com especial destaque para os rendimentos que advêm das quotizações dos associados, no valor de 74.820,00€, a receita proveniente da miniprodução de energia dos painéis fotovoltaicos no valor de 2.213,51€

- **Outros Gastos (68)** - Esta conta apresenta um saldo de 5.586,74€, com destaque para:

- Impostos no montante de 3.508,11€, com especial destaque para o IMI e o IUC;
- Quotização da Federação Munha terra, no montante de 2.000,00€.

- **Juros e rendimentos similares obtidos (79)** - Esta conta apresenta um saldo de 139,43€ de onde se relevam os juros obtidos das aplicações financeiras.

- **Juros e rendimentos similares suportados (69)** - 5,56€

- **Fornecimentos e serviços externos (62)** - Esta conta apresenta o saldo de 88.833,88€, em custos suportados com o funcionamento dos projetos e da Associação, tais como: trabalhos especializados, publicidade e propaganda, vigilância, honorários, conservação e reparações, livros e documentação técnica, material de escritório, artigos para oferta, eletricidade, combustíveis, água, deslocações e estadas, serviços diversos, rendas e alugueres, comunicação, seguros, contencioso e notariado, despesas de representação, limpeza e higiene e conforto, outros serviços e gastos com garantias bancárias, subdivididos da seguinte forma:

- Trabalhos especializados no valor de 51.876,81€, com especial destaque para a prestação de serviços, da Made In Action, Lda (9.225,00€) e da Mestreclique, Lda (7.086,63€.) no apoio à execução da candidatura da formação, no âmbito do POISE e da Cancela Contabilidade, Lda (6.180,75€);
- A publicidade e propaganda no valor de 5.869,03€, com destaque para a Blackmedia (2.706,00€) com a produção de do vídeo institucional, a CIM-RC (1.208,00€) com a participação na “Fête des Vendanges-2017”, e a publicação de anúncios e spots publicitários para a promoção e divulgação das medidas do PACTO 2020;
- Honorários no valor de 70.333,20€ com especial relevo para a prestação de serviços dos formadores do POI SE;
- Conservação e reparações no montante de 2.014,00€, com destaque para os serviços de manutenção das viaturas e de equipamentos;
- Os materiais de escritório e outros artigos, no valor de 13.005,97€, adquiridos em especial para a formação e funcionamento geral da associação;
- A energia e os fluídos no valor de 6.881,81€, com os custos energéticos e consumo de água, para o funcionamento geral da Associação, consumo de combustíveis para as deslocações efetuadas para participação em seminários, congressos, reuniões e ações de formação e as relacionadas com o acompanhamento do PDR2020 e do SI2E e acompanhamento das ações de formação a decorrer nos diversos concelhos;
- Deslocações, estadas e transportes no montante de 5.860,13€, com destaque para a participação no projeto de cooperação Green Economy - Luxemburgo, as portagens nas deslocações relacionadas com as participações em seminários, workshops, reuniões e ações de formação;
- Serviços diversos, no valor de 19.969,39€ distribuídos por:
  - Rendas e alugueres com o montante de 4.760,87€, relativo ao arrendamento de espaços e aluguer de equipamentos para o bom desenrolar das acções de formação a decorrer no âmbito do POI SE;
  - Comunicação no valor de 3.408,38€, com especial incidência na relacionada com o acompanhamento PDR2020, do SI2E e da Formação - POI SE;
  - Seguro das viaturas, multirriscos do edifício e dos painéis solares, no valor de 2.068,23€;

**Resultado líquido do período (818)** - Esta conta apresenta um saldo de +95.982,15€.

## Balanço

Para um melhor entendimento dos valores que dão suporte aos dados do balanço, passamos a apresentar algumas notas explicativas aos mesmos:

### **Ativo não corrente: €785.700,86**

- Ativos Fixos Tangíveis (43) - Esta conta apresenta um saldo de 779.707,88€, distribuído entre terreno, edifício e outras construções, equipamento administrativo e de transporte e as depreciações acumuladas.
- Ativos Intangíveis (44) - Esta conta apresenta um saldo de 1.051,65€, devido à aquisição de programas para computadores.
- Investimentos Financeiros (41) - Esta conta apresenta o saldo de 4.941,33€, em que 4.000,00€ correspondem à participação da ADICES no Capital Social da ProRegiões, Lda e 941,33€ ao Fundo de compensação do trabalho.

### **Ativo corrente: €455.705,19**

- Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros (26) - Esta conta apresenta o saldo de 10 000,00€, que diz respeito ao capital subscrito na ProRegiões, Lda.
- Outras ativos correntes (14) - Esta conta apresenta o saldo de 125.000,00€, que engloba os valores aplicados a prazo na CCAM.
- Caixa e Depósitos bancários (11/12) - Estas contas apresentam o saldo de 271.822,01€.

### **Fundos Patrimoniais: €1.236.445,20**

- Resultados Transitados (56) - Apresentando o saldo de 686.536,31€ resultados transitados de anos anteriores.
- Excedentes de revalorização - Apresentando o saldo de 648.437,26€, valor atribuído ao património da ADICES (edifício sede, viaturas, equipamentos administrativos e outros).
- Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais - Apresentando o saldo de 194 511,12€, que diz respeito à doação dos *Dumpers* ao Município e Juntas de Freguesia de Carregal do Sal, ocorrida em 2014.
- Resultados líquidos do período (818) - Esta conta apresenta o saldo de 95.982,15€.

### **Passivo corrente: €4.960,85**

Estado e outros entes Públicos (24) - Esta conta apresenta o saldo de 6.823,46€ e refere-se a valores relativos a Segurança Social, IRS, CGA e ADSE, a regularizar em janeiro de 2019.

## CONCLUSÃO

A análise económico-financeira apresentada sintetiza os resultados alcançados pela ADICES, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019.

Pelo exposto conclui-se que a ADICES obteve um Resultado Contabilístico Positivo no exercício de 2019 no valor de 95.982,15€, aumentando assim os seus Fundos Patrimoniais neste valor.

A Direção propõe à Assembleia-geral, a aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2019 e ainda que os resultados sejam contabilizados como resultados transitados.

## ADICES – Associação de Desenvolvimento Local

*Santa Comba Dão, 29 de abril de 2020*

# ANEXOS



## Balanço (31.12.2019)

ATIVO	DATAS		VARIACÃO	
	31-12-2019	31-12-2018		
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis	779 707,88	785 897,41	-6 189,53	-0,01 €
Bens do património histórico e cultural			0,00	
Ativos Intangíveis	1 051,65	1 051,65	0,00	0,00 €
Investimentos Financeiros	4 941,33	4 653,66	287,67	0,06 €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00	
Outros créditos e ativos não correntes			0,00	
	785 700,86	791 602,72	-5 901,86	-0,01 €
<b>Ativo corrente</b>				
Inventários			0,00	
Créditos a receber	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00 €
Diferimentos			0,00	
Outros ativos correntes	173 883,18	166 749,62	7 133,56	0,04 €
Caixa e depósitos bancários	271 822,01	180 327,37	91 494,64	0,51 €
	455 705,19	357 076,99	98 628,20	0,28 €
<b>Total do ativo</b>	<b>1 241 406,05</b>	<b>1 148 679,71</b>	<b>92 726,34</b>	<b>0,08 €</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>				
Fundos			0,00	
Excedentes técnicos			0,00	
Reservas			0,00	
Resultados transitados	686 536,91	662 487,33	24 049,58	0,04
Excedentes de revalorização	648 437,26	648 437,26	0,00	0,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	-194 511,12	-194 511,12	0,00	0,00
Resultado líquido do período	95 982,15	24 048,98	71 933,17	2,99
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>	<b>1 236 445,20</b>	<b>1 140 462,45</b>	<b>95 982,75</b>	<b>0,08</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Provisões			0,00	
Provisões específicas			0,00	
Financiamentos obtidos			0,00	
Outras dívidas a pagar			0,00	
	0,00	0,00	0,00	
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	-1 862,83	1 535,67	-3 398,50	-2,21
Estado e outros entes públicos	6 823,68	6 681,59	142,09	0,02
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			0,00	
Financiamentos obtidos			0,00	
Diferimentos			0,00	
Outros passivos correntes	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
	4 960,85	8 217,26	-3 256,41	-0,40
<b>Total do Passivo</b>	<b>4 960,85</b>	<b>8 217,26</b>	<b>-3 256,41</b>	<b>-0,40</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>	<b>1 241 406,05</b>	<b>1 148 679,71</b>	<b>92 726,34</b>	<b>0,08</b>

**Demonstração de Resultado por Natureza (31.12.2019)**

RENDIMENTOS E GASTOS	DATAS		VARIACÃO	
	31-12-2019	31-12-2018		
Vendas e serviços prestados	488 774,94	285 812,83	202 962,11	71%
Subsídios, doações e legados à exploração				
Variação nos inventários de produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	-176 303,54	-88 833,88	-87 469,66	98%
Gastos com o pessoal	-281 818,86	-249 323,79	-32 495,07	13%
Gastos de Depreciação e Amortização	-6 251,03	-6 250,00	-1,03	0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)				
Provisões (aumentos / reduções)				
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Outras imparidades (perdas / reversões)				
Aumentos / reduções de justo valor				
Outros rendimentos	77 033,51	88 120,21	-11 086,70	-13%
Outros gastos	-5 586,74	-5 613,72	26,98	0%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>95 848,28</b>	<b>23 911,65</b>	<b>71 936,63</b>	<b>301%</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização				
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>95 848,28</b>	<b>23 911,65</b>	<b>71 936,63</b>	<b>301%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	139,43	137,33	2,10	2%
Juros e rendimentos similares suportados	-5,56	0,00	-5,56	#DIV/0!
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>95 982,15</b>	<b>24 048,98</b>	<b>71 933,17</b>	<b>299%</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>				
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>95 982,15</b>	<b>24 048,98</b>	<b>71 933,17</b>	<b>299%</b>

## Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Direto)

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2019	2018
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes		0,00	1 670,77
Pagamentos a Fornecedores		-99 721,88	-9 319,35
Pagamentos ao Pessoal		-195 645,45	-249 323,79
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-295 367,33</b>	<b>-256 972,37</b>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		34,86	194,53
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		154 358,77	116 259,63
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>-140 973,70</b>	<b>-140 518,21</b>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			0,00
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros			0,00
Outros Activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Activos			
Subsídios ao investimento		232 334,47	
Juros e rendimentos similares			137,33
Dividendos			
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>232 334,47</b>	<b>137,33</b>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		139,43	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-5,56	
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de actividades de financiamento (3)</b>		<b>133,87</b>	<b>0,00</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		91 494,64	-140 380,88
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		180 327,37	320 708,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período		271 822,01	180 327,37



*Demonstração (individual/consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais (31.12.2019)*

DESCRICO	NOTAS	Capital Prprio atribudo aos detentores do capital da empresa-me										Interesses minoritrios	Total do Capital Prprio		
		Capital Realizado	Acces (quotas) prprias	Outros instrumentos de capital prprio	Prmios de emisso	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transiados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorizao	Outras variaes nos fundos patrimoniais			Resultado liquido do perodo	Total
<b>POSIO</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	662 487,33	0,00	648 437,26	-194 511,12	24 048,98	1 140 462,45	0,00	1 140 462,45
<b>ALTERAES NO PERODO</b>															
Primeira adopo de novo referencial contabilstico															0,00
Alteraes de polticas contabilsticas															0,00
Diferenas de converso de demonstraes financeiras															0,00
Realizao de excedente de revalorizao de activos fixos tangveis e intangveis															0,00
Excedentes de revalorizao de activos fixos tangveis e intangveis e respectivas variaes															0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00		0,00					0,00
Outras alteraes reconhecidas no capital prprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24 048,98	0,00	0,00	0,00	0,00	71 933,17	71 933,17	0,00	71 933,17
<b>RESULTADO LIQUIDO DO PERODO</b>															0,00
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24 048,98	0,00	0,00	0,00	0,00	71 933,17	95 982,75	0,00	95 982,75
<b>OPERAES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERODO</b>															
Realizaes de capital															0,00
Realizaes de prmios de emisso															0,00
Distribuies															0,00
Entradas para cobertura de perdas															0,00
Outras operaes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POSIO NO FIM DO PERODO N</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	686 536,91	0,00	648 437,26	-194 511,12	95 982,15	1 236 445,20	0,00	1 236 445,20	

## Demonstração (individual/consolidada) das alterações nos Fundos Patrimoniais (31.12.2019)

DESCRICÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio		
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Translatados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais				Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1		0,00				0,00		636 531,91		648 437,26	-194 511,12	25 955,42		1 116 413,47		1 116 413,47
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>																
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																0,00
Alterações de políticas contabilísticas																0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																0,00
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																0,00
Ajustamentos por impostos diferidos																0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 955,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 955,42	0,00	25 955,42
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>													-1 906,44			-1 906,44
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 955,42	0,00	0,00	0,00	-1 906,44		24 048,98	0,00	24 048,98
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>																
Realizações de capital																0,00
Realizações de prémios de emissão																0,00
Distribuições																0,00
Entradas para cobertura de perdas																0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	662 487,33	0,00	648 437,26	-194 511,12	24 048,98		1 140 462,45	0,00	1 140 462,45

## **1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

A ADICES - Associação de Desenvolvimento Local é uma Associação constituída em 21 de janeiro de 1991, com sede na Avenida General Humberto Delgado, nº 19 em Santa Comba Dão e sem fins lucrativos, à qual foi atribuído o número de contribuinte 502 573 430.

A ADICES é constituída por cinco municípios sendo:

- Município de Águeda
- Município de Carregal do Sal
- Município de Mortágua
- Município de Santa Comba Dão
- Município de Tondela

## **2- REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo – ESNL.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2019, são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

## **3- PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS**

### **Ativos Fixos Tangíveis**

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Não é considerada qualquer quantia residual.

Os dispêndios com reparação que não aumentam a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

### **Imparidade dos Activos**

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos activos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a activos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

### **Custos de Empréstimos Obtidos**

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

### **Instrumentos Financeiros**

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

#### **i) Fornecedores e Outras Dívidas a Terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

## ii) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com um risco de alteração de valor não significativo.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

## Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afetam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras são as que compreendem as vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

#### 4- FLUXOS DE CAIXA

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2019			31.12.2018		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	381,90		381,90	430,35		430,35
	...			0,00			0,00
	Subtotais	381,90	0,00	381,90	430,35	0,00	430,35
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	271 440,11		271 440,11	179 897,02		179 897,02
	Outros depósitos bancários			0,00			0,00
	...			0,00			0,00
	Subtotais	271 440,11	0,00	271 440,11	179 897,02	0,00	179 897,02
Outros equivalentes de caixa	Títulos de Participação			0,00			0,00
	Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Totais</b>		<b>271 822,01</b>	<b>0,00</b>	<b>271 822,01</b>	<b>180 327,37</b>	<b>0,00</b>	<b>180 327,37</b>

#### 5- FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2019	2018
Trabalhos Especializados	51 876,81 €	25 990,52 €
Publicidade e Propaganda	5 869,03 €	6 694,10 €
Vigilância e segurança	60,89 €	60,89 €
Honorários	70 333,20 €	15 000,00 €
Conservação e reparações	2 014,00 €	4 809,79 €
Outros	432,31 €	381,94 €
Livros e documentação técnica	0,00 €	11,92 €
Material de escritório	7 580,93 €	4 560,40 €
Artigos para oferta	5 213,66 €	1 246,50 €
Outros	211,38 €	153,80 €
Eletricidade	3 868,46 €	4 513,55 €
Combustíveis	2 694,64 €	2 798,57 €
Água	318,71 €	258,85 €
Deslocações e estadas	5 860,13 €	8 206,61 €
Rendas e alugueres	4 760,87 €	1 787,80 €
Comunicação	3 408,38 €	2 722,04 €
Seguros	2 068,23 €	1 692,51 €
Contencioso e notariado	76,51 €	95,12 €
Despesas de representação	1 969,38 €	249,40 €
Limpeza, higiene e conforto	1 881,89 €	1 780,18 €
Outro serviços	2 631,96 €	3 633,52 €
Gasto com garantias bancárias	3 172,17 €	2 185,87 €
<b>TOTAL</b>	<b>176 303,54 €</b>	<b>88 833,88 €</b>

*lw*

## 6- GASTOS COM O PESSOAL

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Vencimentos	195 904,92 €	181 594,10 €
Ajudas de custo	1 688,96 €	1 340,33 €
Encargos com remunerações	35 033,19 €	35 652,93 €
Fundo de garantia do trabalho	23,31 €	21,96 €
Seguro de acidentes no trabalho	2 849,24 €	3 145,45 €
Medicina no trabalho	290,70 €	769,65 €
Subsidio de alimentação	5 824,17 €	6 873,56 €
Subsidio de alimentação - formandos	32 650,65 €	15 492,96 €
Subsidio de transporte - formandos	6 353,72 €	3 217,85 €
Abono para falhas	1 200,00 €	1 200,00 €
Formação externa do pessoal	0,00 €	15,00 €

TOTAL 281 818,86 € 249 323,79 €

## 7- OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos incluem os rendimentos a seguir discriminados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Quotizações	74 820,00 €	74 820,00 €
Painéis fotovoltaicos	2 213,51 €	3 030,12 €
Ganhos em sinistros	0,00 €	1 321,60 €
Correções relativas a anos anteriores	0,00 €	8 948,49 €

TOTAL 77 033,51 € 88 120,21 €

## 8- OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas correspondem a gastos relativos às seguintes sub rubricas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impostos directos		
IMI - Imposto municipal sobre imóveis	3 230,02 €	3 230,02 €
Comissões bancárias	0,00 €	0,00 €
IUC das viaturas	278,09 €	274,65 €
Taxas	0,00 €	109,05 €
Quotizações - Minha Terra	2 000,00 €	2 000,00 €
Outros não especificados	78,63 €	0,00 €

TOTAL 5 586,74 € 5 613,72 €

## 9- ACTIVO FIXO TANGÍVEL

Equipamento básico	168 270,16 €	168 270,16 €
Equipamento de transporte	38 139,91 €	38 139,91 €
Equipamento administrativo	82 113,52 €	82 052,02 €
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>	<b>39 505,05 €</b>	<b>39 505,05 €</b>
Diminuições		
Depreciações	-26 980,32 €	-20 729,29 €
<b>Quantia escriturada líquida final</b>	<b>779 707,88 €</b>	<b>785 897,41 €</b>

## 10- JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

	2019	2018
Juros suportados	5,56 €	0,00 €
	<b>5,56 €</b>	<b>0,00 €</b>

## 11- CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica clientes apresentava as seguintes maturidades:

<b>a Receber</b>	2019	2018
< 90 dias	0,00 €	0,00 €
90 - 180 dias	0,00 €	0,00 €
>180 dias	0,00 €	0,00 €
	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>



## 12- ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias (activo):

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IRC	425,71 €	426,22 €
IRS - trabalho dependente	2 352,00 €	2 411,00 €
IRS - Trabalho Independente	290,20 €	-159,80 €
TSU - segurança Social	3 668,53 €	4 429,07 €
ADSE	-0,25 €	-876,76 €
Caixa Geral de Aposentações	87,49 €	451,86 €
<b>TOTAL</b>	<b>6 823,68 €</b>	<b>6 681,59 €</b>

## 13- OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>Acréscimos de rendimentos:</b>		
Interreg III C	3 849,09 €	3 849,09 €
Portugal 2020-PDR- Medida 10,4,1	-22 629,96 €	25 247,44 €
Portugal 2020-PDR-Medida 20,2,2	4 966,66 €	2 502,55 €
Portugal 2020-PDR- Medida 10,3,1 - GREEN	39 949,32 €	9 775,70 €
Portugal 2020-PDR-Medida 10,3,1 - Aldeia	604,53 €	146,55 €
Portugal 2020-PDR-Medida 10,3,1 - SERRAS	196,99 €	95,06 €
Portugal 2020 - POISE - Inclusão	81 521,18 €	73 693,81 €
Portugal 2020 - CENTRO - FSE	88 270,53 €	49 579,67 €
<b>Adiantamentos:</b>		
Adiantamento PDR - Medida 10,4,1	-128 291,80 €	-128 291,80 €
Adiantamento POISE INCLUSAO	-24 704,91 €	0,00 €
Município de Santa Comba Dão	-12,43 €	-12,43 €
Município de Mortágua	-23,57 €	-23,57 €
<b>Municípios - Quotas:</b>		
Município de Santa Comba Dão	3 940,55 €	3 940,55 €
Município de Águeda	1 247,00 €	1 247,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>48 883,18 €</b>	<b>41 749,62 €</b>

## 14- CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica caixa e depósitos bancários apresentava as seguintes composições:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	381,90 €	430,35 €
<b>Depósitos bancários</b>		
CA - Caixa Agricola	200 363,75 €	140 403,18 €
CGD - Caixa Geral de Depósitos	71 076,36 €	39 493,84 €
<b>TOTAL</b>	<b>271 822,01 €</b>	<b>180 327,37 €</b>

## 15- FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 a rubrica fornecedora apresentava as seguintes maturidades:

<b>a Pagar</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
< 90 dias	1 862,83 €	1 535,67 €
90 - 180 dias	0,00 €	0,00 €
>180 dias	0,00 €	0,00 €
	<b>1 862,83 €</b>	<b>1 535,67 €</b>

A Direção

---

O Contabilista Certificado

---

Santa Comba Dão, 31 de dezembro de 2019



